

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

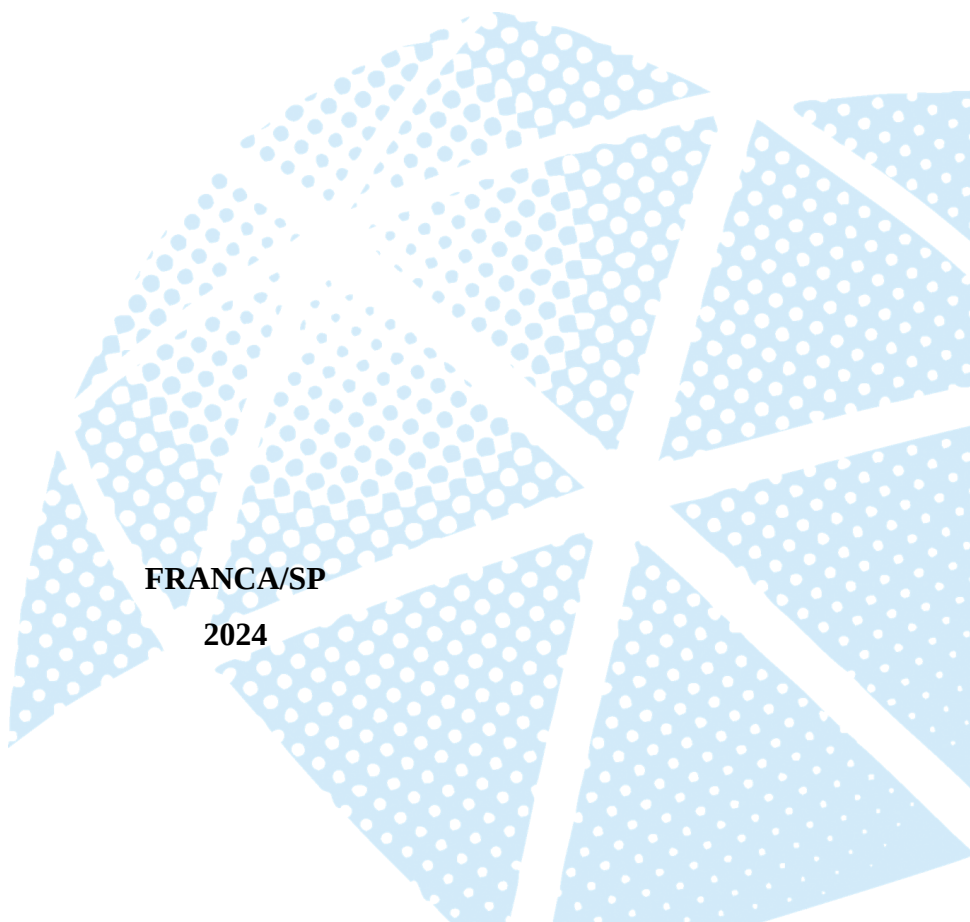
BRUNA PEREIRA CAETANO

PALAVRA, IMAGEM, E SOM:

A relação entre a Cultura, o Teatro e a Dimensão Educativa do Serviço Social brasileiro

FRANCA/SP

2024



BRUNA PEREIRA CAETANO

PALAVRA, IMAGEM, E SOM:

A relação entre a Cultura, o Teatro e a Dimensão Educativa do Serviço Social brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Adriana Giaqueto Jacinto

FRANCA/SP

2024

Ficha catalográfica:

C128p	Caetano, Bruna Pereira PALAVRA, IMAGEM E SOM : A relação entre a Cultura, o Teatro e a Dimensão Educativa do Serviço Social brasileiro / Bruna Pereira Caetano. -- Franca, 2024 129 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto 1. Cultura. 2. Serviço Social. 3. Teatro. 4. Dimensão educativa. 5. Hegemonia. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa beneficia a sociedade por fomentar cultura como fortalecedora de processos que se oponham injustiças sociais. Ao relacionar o Serviço Social com a educação e o teatro, o estudo potencializa a construção de uma sociedade pautada na equidade, onde a cultura popular seja valorizada e utilizada na promoção de mudanças societárias, fortalecendo movimentos contra-hegemônicos locais e globais.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research benefits society by promoting culture as a key element in strengthening processes that oppose social injustices. By linking Social Work with education and theater, the study enhances the construction of a society based on equity, where popular culture is valued and used to drive societal change, empowering local and global counter-hegemonic movements.

BRUNA PEREIRA CAETANO

PALAVRA, IMAGEM, E SOM:

A relação entre a Cultura, o Teatro e a Dimensão Educativa do Serviço Social brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Adriana Giaqueto Jacinto

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Giaqueto Jacinto

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

Prof.^a Dr.^a Josiane Julião Alves de Oliveira

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Porto Alegre

Franca/SP

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que ousaram querer mais, apesar do pouco que a vida lhes prometeu. Que a nossa insatisfação com o momento presente seja o motor que nos move a caminho de nossas vontades.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, e mais importante, agradeço a minha família, que me deu apoio incondicional para realização não só dessa pesquisa, mas do mestrado como um todo. Se não fosse os esforços deles em me ajudar a realizar meus sonhos, é pouco provável que tivesse conseguido. Seu apoio foi fundamental em minha perseverança com o curso, além de dar forças para minhas aspirações profissionais e acadêmicas. Com a ajuda deles, tive a oportunidade de residir em Franca/SP durante quase todo o meu tempo como mestranda, de modo que pude mergulhar profundamente em todas as oportunidades que o curso tinha a me oferecer.

Nesse mesmo sentido, agradeço a CAPES, cuja bolsa de pesquisa foi ideal para que pudesse me dedicar exclusivamente aos meus estudos, possibilitando que, ao seu final, tenha acumulado tantas conquistas. Os projetos que integrei e as publicações que realizei só foram possíveis porque minhas condições objetivas relativas à minha permanência em Franca/SP foram cobertas pela bolsa, me dando tempo hábil para investir em meus estudos. Dessa forma, sinto que tive a oportunidade de ser remunerada pelo meu trabalho enquanto pesquisadora, recebendo uma das poucas bolsas disponíveis, e por isso sou muito grata. No entanto, é impossível mencionar a CAPES sem expor necessárias ressalvas. O trabalho de pesquisador no país tem a remuneração apelidada de “bolsa” e carece de direitos trabalhistas.

Por esses motivos, uso o espaço para deixar um apelo para a expansão do investimento em pesquisa no Brasil, validando essa área como campo crucial para o desenvolvimento econômico e social do país. Para além, é urgente o reconhecimento do pesquisador em sua condição de trabalhador, afirmando assim os seus direitos básicos como remunerações justas, férias, décimo terceiro e demais pontos essenciais para garantir respeito e vida digna para essa categoria. São muitos os nossos que se encontram acometidos pelo adoecimento mental, esgotados e sugados por um trabalho que, sem regulamentação correta, é atravessado por cargas horárias excessivas e salários baixos. É ilógico que uma função tão fundamental para a vida de todos seja tão desvalorizada.

Citando meu tempo como mestranda, seria impossível não expor minha enorme gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP campus de Franca e sua incrível equipe de técnicos e professores. Em especial, agradeço a Professora Maria José, por acreditar no meu trabalho e ter oportunizado minha integração em tantos projetos que coordena, e me ajudado na jornada de tentar estudar no exterior. Assim como a Professora Adriana, minha orientadora, sem a qual esse trabalho teria sido impossível. Sou grata pela paciência e

conselhos, em todas as vezes que tentei mergulhar fundo demais no mestrado e me envolver em mais coisas do que seria possível realizar nas 24h do dia, perdendo de vista meu propósito enquanto pós-graduanda.

Agradeço também a minha antiga orientadora da graduação, Professora “Ritinha”, que mesmo depois de formada seguiu acreditando no meu potencial como pesquisadora e me convidando para participar de projetos e publicações. Deixo também minha gratidão a Professora “Josi”, que me deu muitos conselhos em meu sonho de internacionalizar meus estudos.

Esses últimos anos não foram fáceis. São diversos os atravessamentos para fazer pesquisa no Brasil, principalmente em uma instituição pública. Nesse contexto, reclamar incessantemente me foi necessário, para extravasar as frustrações diárias. Por isso, deixo meu especial obrigada a meus queridos amigos, tanto os que fiz durante a pós-graduação, quanto os que me acompanharam desde antes, que estiveram sempre dispostos a trocar lamentações ou rir para esquecermos dos problemas. Amizades são fundamentais em minha vida e sei que nesse quesito, tenho poucos, mas bons amigos.

Agradeço também aos Orixás, em especial meu anjo da guarda Yorimá, que me mantem firme em meu caminho. Ainda que as vezes eu deixe as dificuldades turvarem minha visão, no fim do dia sempre sei que o me guia é minha fé, e que aquilo que é meu, me aguarda.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim. O ano de 2024 foi repleto de frustrações e tristezas, que muitas vezes me tentaram a desistir. Mesmo assim, persisti e finalizei essa tapa tão importante, resultado de tantas batalhas. Que esse trabalho me seja sempre um lembrete de que grandes feitos não são construídos da noite para o dia, e que o esforço sempre vale a pena.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (Gramsci, 2015a, p. 77)

RESUMO

Esse trabalho tem como propósito discutir a relação entre a cultura, o teatro, e a dimensão educativa do Serviço Social brasileiro. Para isso, considera a sociabilidade em seu cerne capitalista, baseada na exploração de classes, e tem como base a teoria cultural de Gramsci, que vê a cultura como meio de difusão ideológica e manutenção da hegemonia burguesa. O trabalho se aprofunda na teoria gramsciana da cultura como o meio que expressa os hábitos da população, examinando a arte e a estética, tendo-as como espaço por onde ocorre a manipulação burguesa para manter seu domínio. A pesquisa também propõe uma leitura sobre a Estética na visão do teatrólogo Augusto Boal que propõe a arte como manifestação estética fundamental, dividida em três principais canais: palavra, imagem e som. Boal defende a necessidade de as massas populares retomarem esses canais para criar uma "Estética do Oprimido". Atrelado a esse contexto, o trabalho reflete a formação histórica do capitalismo no Brasil e sua influência no Serviço Social, destacando a necessidade de uma prática profissional que vá além da conciliação de classes. Dessa forma, a dimensão educativa do Serviço Social é destacada, considerando seu papel histórico e simbólico de controle social pelo Estado, em contraste com seu projeto ético-político. Partindo desse cenário, aborda a relação entre os objetos propostos a partir da argumentação de que esses elementos podem anunciar a construção de uma nova sociedade, com o potencial de contribuir para movimentos contra-hegemônicos e a emancipação social. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é relacionar a dimensão educativa do Serviço Social brasileiro com a cultura e o teatro, propondo uma reflexão sobre como os assistentes sociais podem influenciar criticamente na organização cultural dos sujeitos. Os objetivos específicos incluem analisar o papel da cultura na sociedade, compreender o potencial educativo do Serviço Social e refletir sobre a arte e o teatro como práticas educativas emancipadoras. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, se ancorando no materialismo histórico-dialético para compreender os movimentos da sociedade e suas implicações para o Serviço Social.

Palavras-chave: Cultura; Serviço Social; Teatro; Dimensão educativa; Estética; Hegemonia.

ABSTRACT

This work discusses the relationship between culture, theater, and the educational dimension of Brazilian Social Work. It considers sociability in its capitalist essence, based on class exploitation, and is grounded in Gramsci's cultural theory, which views culture as a means of ideological diffusion and maintaining the bourgeois hegemony. The work delves into Gramscian cultural theory as the medium that expresses the population's habits, examining art and aesthetics as spaces through which bourgeois manipulation occurs to maintain its dominance. The research also proposes an interpretation of aesthetics through the lens of Augusto Boal, who posits art as a fundamental aesthetic manifestation divided into three channels: word, image, and sound. Boal advocates for the need for the popular masses to reclaim these channels to create an "Aesthetics of the Oppressed." In this context, this work reflects on the historical formation of capitalism in Brazil and its influence on Social Work, emphasizing the necessity of a professional practice that transcends class conciliation. Thus, the educational dimension of Social Work is highlighted, considering its historical and symbolic role of social control by the State, in contrast to its ethical-political project. From this perspective, the work addresses the relationship between the proposed objects, arguing that these elements can herald the construction of a new society with the potential to contribute to counter-hegemonic movements and social emancipation. Therefore, the general objective of this work is to relate the educational dimension of Brazilian Social Work with culture and theater, proposing a reflection on how social workers can critically influence the cultural organization of individuals. The specific objectives include analyzing the role of culture in society, understanding the educational potential of Social Work, and reflecting on art and theater as emancipatory educational practices. The research is based on the bibliographic method, anchored in historical-dialectical materialism, to understand societal movements and their implications for Social Work.

Keywords: Culture; Social Work; Theater; Educational Dimension; Aesthetic; Hegemony.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PALAVRA: A cultura como um processo intrínseco sociedade e sua simbologia de manipulação da palavra.....	18
2.1 <i>A categoria cultura e sua trajetória na sociedade</i>	21
2.2 – <i>A estética de Augusto Boal e o teatro como expressão cultural emancipadora.....</i>	35
3. IMAGEM: O Serviço Social Brasileiro e sua Dimensão Educativa: A dicotomia entre a “imagem” do capital e a “imagem” da emancipação	52
3.1. <i>A “Conjuntura”: As perspectivas pedagógicas do Serviço Social brasileiro no contexto cultural.....</i>	55
3.2. <i>O “Cotidiano”: A atuação do Serviço Social no âmbito do trabalho e das políticas públicas</i>	62
3.3. <i>A “Estrutura”: A instrumentalidade e suas dimensões como fundamentação da atuação profissional</i>	73
4. SOM: A relação entre a dimensão educativa do Serviço Social brasileiro e a organização da Cultura: Os sons distantes de uma nova sociedade.....	85
4.1 – <i>O Intelectual Orgânico no processo educativo para a construção da contra hegemonia</i>	90
4.2. <i>Paulo Freire, Boal e o princípio educativo de Gramsci: Caminhos educativos emancipatórios;</i>	99
4.3. <i>O papel dos assistentes sociais na organização da cultura através da dimensão educativa</i>	109
5. CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS	124

1. INTRODUÇÃO

Palavra, imagem e som, que hoje são canais de opressão, devem ser usados pelos oprimidos como formas de rebeldia e ação, não passiva contemplação absorta. Não basta consumir cultura: é necessário produzi-la. Não basta gozar arte: necessário é ser artista! Não basta produzir ideias: necessário é transformá-las em atos sociais, concretos e continuados. [...]. Arte e Estética são instrumentos de libertação. (Boal, 2009, p. 19)

Qualquer debate que perpassasse o Serviço Social brasileiro, principalmente ao se propor a refletir acerca do projeto ético-político hegemônico coletivamente construído pela categoria, precisa considerar a sociedade repartida em classes e a dicotomia entre elas. Sendo assim, como realce inicial para a análise a ser realizada no decorrer desse trabalho, é importante retomar que há um processo histórico de exploração exercido pela burguesia sobre a classe trabalhadora, moldando a atual conjuntura.

Nesse cenário, a sociabilidade predominante ao redor do globo é a capitalista. Tal sistema se ancora na produção desenfreada de lucro, angariado por meio da exploração de uma grande parte da sociedade em detrimento de outra. Essa esfera social que se impõe sobre as demais, a burguesia, se apoia na classe trabalhadora para conseguir o excedente de produção que se configura enquanto “mais valia”, e difunde uma ideologia em defesa dos seus interesses de maneira tão intensa, que se tornou hegemônica.

Através desse cenário, partindo da perspectiva cultural trabalhada por Gramsci (2015a), que a compreende como algo intrínseco à dinâmica da sociedade, esse texto partirá do pressuposto que é por meio dos campos culturais que a sociedade se organiza e que se difundem as ideologias. Através da organização cultural, a lógica burguesa se dissemina, naturalizando processos de opressão e afirmando-a enquanto dominante.

Dessa forma, por meio dos campos culturais, a classe hegemônica propaga uma perspectiva de alienação, em que a busca incessante por lucro distancia o trabalhador da compreensão de sua realidade, de modo a impedi-lo de absorvê-la em sua totalidade e o condena a uma condição de replicador da lógica capitalista. Para além, os processos alienantes presentes

na estrutura da sociedade também tornam os sujeitos da classe trabalhadora grandes defensores deste sistema, ainda que ele se baseie em sua exploração constante, contribuindo com o processo de manutenção da ideologia capitalista enquanto hegemônica.

Frente ao contexto exposto, o momento inicial desse trabalho buscará um aprofundamento nas questões que perpassam a cultura na sociedade, pensando-a como uma categoria da teoria gramsciana, para então compreendermos o papel da arte e da estética inseridos nesse cenário. Pensaremos a cultura enquanto o campo em que os indivíduos podem elaborar símbolos e signos que expressam e instituem seus valores, de modo que sua manipulação pela classe dominante vem sendo intensa ao longo da história. Através desses processos, a cultura é utilizada pela burguesia para propagar um conceito de realidade conforme seus interesses, de maneira que as relações estabelecidas pelos sujeitos em seu cotidiano se tornam pautadas pelos ideais hegemônicos.

Atrelado a esse panorama, em seu livro a “A Estética do Oprimido”, publicado em 2009, o teatrólogo brasileiro Augusto Boal aborda a perspectiva de Estética enquanto a relação entre sujeito e objeto e sua forma de percebê-lo. Para ele, a arte e suas expressões são manifestações estéticas por traduzirem a forma como os indivíduos se organizam em sociedade e expressam suas ideias. Nesse cenário, ele defende a existência de três canais estéticos fundamentais, por onde essas relações ocorrem: palavra, imagem e som.

No contexto de luta de classes, em que a burguesia tem cooptado a organização cultural para desenhá-la de acordo com sua conveniência, esses canais estéticos são utilizados enquanto instrumento de manipulação, para coagir a classe trabalhadora a permanecer em sua condição de explorada. Por isso, ao longo de sua obra, o teatrólogo aborda a urgente necessidade de as massas populares regatarem esses canais, de modo a criarem coletivamente uma “Estética do Oprimido”.

Dessa forma, no primeiro capítulo, denominado “Palavra”, associaremos a linguagem na perspectiva gramsciana com a cultura e o teatro, entendendo esses campos enquanto intrínsecos à sociedade.

No momento seguinte, esse trabalho tem enquanto objetivo relacionar o conservadorismo inerente ao capitalismo, devido à formação sócio-histórica da contemporaneidade, com o Serviço Social, compreendendo que essa conexão se dá através da cultura e sua influência na sociedade. Para isso, traçamos um caminho que se debruça sobre os pontos essenciais em relação ao objeto abordado, para que possamos compreender de maneira profunda o debate apresentado.

Por esse motivo, no segundo capítulo, nos propomos a compreender o processo de entificação do capitalismo no Brasil, suas causas e consequências, refletindo sobre como essa questão influencia na formação do Serviço Social brasileiro, e nos desafios que perpassam desde sua gênese até o contexto atual. Através desse ensejo, buscamos mostrar como a organização da sociedade por meio dos campos culturais influencia o Serviço Social, pontuando a importância de debatermos sobre essas relações para que seja possível elaborar uma atuação profissional que não se esgote na conciliação de classes.

Dessa forma, no capítulo “Imagem”, fazendo analogia aos símbolos expressados através da relação entre sociedade e Estado, pensando na dimensão educativa do Serviço Social brasileiro e sua história como um todo, tendo em vista que a profissão vem sendo usada pelo Estado enquanto simbologia de controle social, traçando uma dicotomia com o que a profissão tem enquanto Projeto Ético-Político.

Pensando, então, no que está hegemonicamente firmado como horizonte social e político para a sociedade enquanto assistentes sociais, refletir sobre formas de retomar a estética e fortalecer a cultura popular compõe o compromisso ético com a classe trabalhadora. Enquanto profissionais em contato direto com a população, com potencial pedagógico de influir nos movimentos da sociedade, ao vislumbrar a necessidade de construir um sistema econômico baseado na participação popular, integra as atribuições profissionais buscar estratégias que contribuam para essa formação.

Dessa maneira, o momento final desse trabalho tem como propósito se debruçar sobre o Serviço Social brasileiro e sua dimensão educativa, pautando a relação que traça com a Cultura e sua expressão artística, o teatro. Refletindo acerca dos três principais campos estéticos delimitados por Boal, e entendendo que cada um deles é campo fundamental no processo de reconstrução da sociedade, a proposta é relacioná-los com o debate a ser realizado, compreendendo que é necessário pautar uma estética que pertença ao povo, se quisermos alcançar uma nova sociedade.

Ainda, buscamos compreender o assistente social enquanto intelectual orgânico, dentro da perspectiva de Gramsci (2016), abordando a relação que a profissão estabelece entre a população e o Estado. Entender o que leva o filósofo a delimitar esse conceito e o papel que os profissionais exercem na organização da cultura é fundamental para que se torne nítida a perspectiva educativa que perpassa o Serviço Social.

Partindo dessas premissas, refletimos também acerca da educação nos moldes do modo de produção capitalista, compreendo-a como substancial para esse sistema, de modo que

modificá-la é parte basilar do processo de criação de uma nova organização da cultura. A educação, assim como a cultura, acompanha a formação sócio-histórica de nossa sociedade, sendo cooptada pelos interesses da classe dominante e contribui com a afirmação da ideologia burguesa como hegemônica. Ambas são utilizadas por essa mesma classe para propagar uma perspectiva de naturalização do capitalismo, que garante sua dominância e continuidade. Por isso, compreender a emancipação que perpassa a educação também se faz ponto chave no debate que propõe uma reflexão sobre as possibilidades para elaboração de uma nova sociabilidade. Para além, ambas possuem fortes rebatimentos para o Serviço Social e a atuação de seus profissionais.

Ainda, por serem dotados de uma perspectiva política, tanto a cultura quanto a educação contêm aspectos que se contrapõem à alienação propagada pela lógica vigente. Dessa forma, possuem caráter contraditório, com concepções antagônicas, disputando a prevalência do ideal central que os define, podendo, desta forma, contribuir com movimentos contra-hegemônicos.

Sendo assim, no terceiro e último capítulo, intitulado “Som”, buscando fazer uma relação com os ruídos enquanto expressão dos sentidos e sentimentos dos sujeitos, que urgem por uma sociedade que não os subjuga cotidianamente, visamos tratar sobre a relação entre a cultura, o teatro e a dimensão educativa da profissão se hasteando como forma de contribuir para esse processo, para que possam vir a ser o som que anuncia a construção de uma nova sociedade.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é relacionar a dimensão educativa do Serviço Social brasileiro com a cultura e o teatro. Isso porque, como apresentado, na formulação sócio-histórica de nossa sociedade, a cultura exerce papel fundamental na dinâmica social. Desse modo, em consonância com o projeto ético-político coletivamente estabelecido pela categoria, se faz crucial para assistentes sociais pensar em como podem influenciar criticamente, por meio de sua dimensão educativa, no processo da organização cultural dos sujeitos.

Para além, essa pesquisa também tem como objetivos específicos analisar o papel da cultura enquanto intrínseca à sociedade, como abordamos no primeiro capítulo, para então, em no segundo momento, compreendermos melhor o potencial educativo que se faz intrínseco ao Serviço Social, passando por sua trajetória histórica, teórica e metodológica. Para além, buscamos refletir sobre a cultura, a arte, e em especial o teatro, enquanto práticas educativas que podem contribuir para a emancipação social dos sujeitos, traçando processos contra-hegemônicos que fomentam a perspectiva crítica da população.

Através desse trajeto, a proposta desse trabalho é pensar como a arte e a cultura podem contribuir para o Serviço Social e para a sociedade. Não é ao acaso que são tratadas como campos irrelevantes, deixadas de lado, sendo desconsideradas enquanto conhecimento e parte fundante da vida humana. E, por serem dotadas de tantos potenciais emancipatórios, é urgente para os profissionais assistentes sociais, ao atuarem frente às expressões da questão social, seja enquanto pesquisadores ou nos espaços ocupacionais enquanto linha de frente, apropriarem-se delas para traçar novas estratégias de resistência ao sistema econômico vigente.

Ainda, se faz importante pontuar que o estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica. Ao nos debruçarmos sobre autores que abordam as questões discutidas de maneira profunda, buscamos traçar relações entre seus argumentos e os objetivos propostos, como fundamentação ao debate.

De tal maneira, ancorando-nos no materialismo histórico-dialético, que parte da premissa que é necessário compreender os movimentos de nossa sociedade, para que se torne nítida a posição em que a conjuntura se encontra, esta pesquisa buscou abordar a cultura como organização da sociedade, apontando as rebatimentos teóricos e práticos que essa perspectiva gera para o Serviço Social. Para que o projeto ético-político hegemônico da categoria seja efetivado, é necessário lutar para transpor a perspectiva que dita o sistema que explora a classe trabalhadora como o ideal, naturalizando as expressões da questão social.

2. PALAVRA: A cultura como um processo intrínseco sociedade e sua simbologia de manipulação da palavra

As ideias dominantes em uma sociedade são as ideias das classes dominantes, certo, mas, por onde penetram essas ideias? Pelos soberanos canais estéticos da Palavra, da Imagem e do Som, latifúndios dos opressores! É também nestes domínios que devemos travar as lutas sociais e políticas em busca de sociedades sem opressores e sem oprimidos. Um novo mundo é possível: há que inventá-lo (Boal, 2009, p. 15)

A história de nossa sociedade a partir do capitalismo é a história da luta de classes. Isso ocorre devido à forma como o sistema societário é organizado, baseando-se na obtenção desenfreada de lucro. Para isso, há uma parte dominante da população, a burguesia, que utiliza a força de trabalho da classe trabalhadora, submetendo-a a jornadas exaustivas com baixas remunerações, para que a maior parte dos ganhos do que foi produzido permaneça em sua posse, contribuindo com a acumulação capitalista. Esse modo de produção e reprodução da sociedade, ainda que passando por algumas modificações ao longo da história, ainda é a base que sustenta o sistema capitalista na contemporaneidade.

Partindo dessa premissa, o primeiro momento desse trabalho tem como principal objetivo refletir acerca da cultura nos moldes desse modo de produção. Acompanhando a formação sócio-histórica de nossa sociedade, sendo cooptada pelos interesses da classe dominante, a cultura vem sendo utilizada por essa mesma classe para propagar uma perspectiva de naturalização do capitalismo, que garante sua hegemonia e continuidade.

Ao mesmo tempo, por ser dotada de uma perspectiva política, ela contém aspectos que se contrapõem à alienação propagada pela lógica vigente. Com isso, possui um caráter contraditório, com concepções antagônicas, disputando a prevalência da ideologia central que a define.

Nesse cenário, é importante manter em mente que a cultura é um conceito perpassado por diversas compreensões dentro da filosofia e da sociologia na atualidade, e não necessariamente será lida como relacionada ao movimento histórico e dialético de nossa sociedade. Podendo ser compreendida de diversas maneiras, a cultura é uma categoria que demanda estudos aprofundados, de modo que se faz necessário elucidar sua trajetória histórica, para que se torne nítido seu caráter político.

A proposta desse trabalho é pensar a cultura e suas expressões enquanto processos intrínsecos às classes e seus movimentos antagônicos, relacionando-a com a formação sócio

histórica do sistema capitalista. Dentro desse contexto, a linguagem se ergue como importante elemento para a compreensão da cultura (Gramsci, 2016), por traduzir através de simbolismo a visão de mundo dos sujeitos.

Na realidade, toda corrente cultural cria sua linguagem, isto é, participa do desenvolvimento geral de uma determinada língua nacional, introduzindo termos novos, enriquecendo de conteúdo novos termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o julgamento de determinadas situações atuais etc. (Gramsci, 2016, p. 181)

Abreu (2002), ao tratar acerca da linguagem discutida por Gramsci, pontua que, para o filósofo, ela se constitui como o meio pelo qual os sujeitos expressam e compartilham a forma como vislumbram a realidade. Sendo assim, pensando na cultura como um instrumento de manipulação, é por meio dela que a classe dominante dissemina sua ideologia, traçando códigos e símbolos sociais que naturalizam sua expressão.

Esses são os motivos que levam esse trabalho a se ancorar na perspectiva Gramsciana de leitura da cultura e sua relação com a sociedade. Antônio Gramsci foi um pensador marxista italiano preso em 1926 por suas críticas ao sistema burguês da Itália no período. Durante os 8 anos que passou preso, enquanto sua saúde, que já era delicada, se degradava no cárcere, escreveu 33 cadernos em que analisava a sociedade através da perspectiva crítica de Marx. Postumamente, seus cadernos foram publicados e vieram a se tornar grandes acréscimos ao marxismo na atualidade, estabelecendo categorias que guiam as análises críticas ao sistema societário vigente.

Suas contribuições iluminaram várias teorias de análise da realidade, que se debruçaram em compreender os movimentos dinâmicos de nossa sociedade através do conhecimento histórico. Com isso, foi possível um novo olhar sobre a sociedade, compreendendo as mudanças no campo cultural através da profunda influência da divisão de classes e da sua busca para obter lucro a todo custo.

Nesse contexto, a perspectiva cultural na qual nos ancoraremos no decorrer desse trabalho é a Gramsciana devido a sua compreensão de cultura enquanto parte fundamental da vida dos “homens” e da sociedade (Gramsci, 2017), entendendo-a como chave no processo de mudança de modelo societário. O teórico defendia que a arte, que se manifesta como expressão cultural, pode fomentar uma contra-hegemonia, por permitir que nasça novos grupos sociais com perspectivas distintas da vigente.

Lutar por uma nova arte significaria lutar para criar novos artistas individuais, o que é absurdo, já que é impossível criar artificialmente os artistas. Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que está se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade e, por consequência, mundo intimamente relacionado com os “artistas possíveis” e com as “obras de arte possíveis”. [...] Um novo grupo social que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, com uma segurança de si que antes não possuía, não pode deixar de gerar, a partir de seu interior, personalidades que, antes, não teriam encontrado força suficiente para se expressar completamente num certo sentido. (Gramsci, 2014, p. 60)

Corroborando com essa ideia, Boal (2009), em seu livro “A Estética do Oprimido”, trata sobre a manipulação da sociedade através das expressões culturais, com as classes dominantes afastando a população dos processos de produções culturais e artísticas no propósito de manter sua hegemonia. Para isso, manipulam os meios de comunicação, como rádios, televisão, jornais e até expressões artísticas como livros e filmes, para garantir um senso comum de que a vida na sociedade capitalista é ideal.

Nesse contexto, o teatrólogo traz a “palavra” como um canal estético cooptado pela burguesia como “arma” para manipular as classes subalternas. “Palavra”, como a ação dada a um pensamento, carrega em si o potencial de moldar ideias e perspectivas daqueles que a escutam. Sempre que ditas, as palavras são simbologias que têm contidas em si os sentidos daqueles que as proferem, e por isso, podem simbolizar algo sem de fato representar esse objeto. Uma mesma palavra pode ser dita mil vezes por diversas pessoas e em cada uma das vezes, apresentar um significado completamente distinto. Da mesma forma que aquele que recebe a mensagem pode interpretá-la de formas diferentes.

Palavras são símbolos. Para que um símbolo exista, é necessária a concordância dos interlocutores. Como quase tudo na vida social, também as palavras se tornam objeto de encarniçadas lutas. A etimologia mostra a correlação de forças da sociedade no momento em que fabricou uma palavra a fim de revelar - ou esconder - uma verdade. A semântica torna-se um campo de batalha em que todas as forças em conflito procuram, a cada palavra, atribuir-lhe o sentido que mais lhes convenha. A luta semântica é luta pelo Poder. (Boal, 2009, p.69-70)

Por essa razão, Boal (2009) trata a palavra como um dos principais meios de representação de poder. As formas como as coisas, desde objetos às palavras, são representadas em nossa sociedade ditam a compreensão da população acerca delas. No decorrer desse capítulo entenderemos melhor como a cultura influencia a visão de mundo dos sujeitos, que por sua vez influenciará nas interpretações que dão a tudo aquilo que os circundam.

Desse modo, a “palavra”, através da linguagem, é um dos meios na qual a hegemonia da burguesia vem sendo difundida, ditando comportamentos que garantam a manutenção do

sistema do capital. Manipuladas para representar aquilo que a classe dominante dita, a palavra se hasteia como uma expressão cultural, canal simbólico cooptado para representar uma perspectiva que leva os sujeitos a defenderem um sistema que os subjugam.

Dentro desse contexto, corroborando com a perspectiva Gramsciana que trabalha a arte, através da cultura, como um instrumento contra-hegemônico, Boal (2009) destaca o teatro como alternativa para romper com os padrões de manipulação dos canais estéticos, por possibilitar uma quebra da ideologia dominante. Para o teatrólogo, ao colocar realidades em cena, o teatro possibilita que a população debata formas de alterá-la, como um ensaio de ações a serem tomadas no cotidiano.

Vale ressaltar que para que seja possível um debate sobre estética, tal qual a cultura, e entendê-la em todas as suas nuances, é necessário compreendermos que os seus conceitos podem ser abarcados em diversas perspectivas, e as mudanças de como é tratada acompanha a história da sociedade. Nessa direção, para que se torne nítido a relação entre cultura, a dimensão educativa do Serviço Social e seus rebatimentos para a profissão precisamos, como realce inicial, viajar pelas décadas que antecederam nosso tempo atual, no propósito de vislumbrar como a cultura era trabalhada até então.

Sendo assim, para realização da análise da cultura e uma de suas expressões, o teatro, buscaremos nos debruçar sobre a cultura enquanto uma categoria gramsciana, que se relaciona de forma profunda com a estrutura de nossa sociedade. Na ótica de Antônio Gramsci (2017), pensaremos a cultura como capaz de expor os hábitos da nossa sociedade, para depois nos aprofundarmos sobre a estética, através da visão de Augusto Boal (2009).

Compreender a manipulação presente nos canais estéticos, palavra, imagem, e som, é passo fundamental para que se torne nítido como a hegemonia da ideologia burguesa se sustenta em nossa sociedade atual. Por essa razão, utilizaremos as analogias realizadas por Boal (2009), para entendê-las enquanto inseridas na dinâmica da sociedade, debruçando-nos sobre os fatores fundantes da cultura.

Dessa forma, como destaque inicial para a discussão que nos propomos a trazer no decorrer desse trabalho, que hasteará a relação entre a dimensão educativa do Serviço Social com a cultura em nossa sociedade, esse momento inicial tem como proposta pensar a cultura como um contraponto para a alienação propagada pela lógica dominante.

2.1 A categoria cultura e sua trajetória na sociedade

Como exposto, o capitalismo é o sistema societário mais adotado ao redor do globo, imergindo sociedades em anos de exploração desenfreada. Marcado por uma divisão contundente entre classes sociais, há uma hierarquização entre elas, em que uma exerce controle rígido sobre a outra para garantir sua dominância. Mesmo na atualidade, em que a maioria dos países se encontram em um regime democrático onde há uma ideia geral de liberdade, a classe dominante segue predominando sobre a dominada, utilizando-se de mecanismos para disseminar sua ideologia, o que garante sua soberania.

Para isso, há uma manipulação, ainda que sutil, do que comumente se compreende como verdade. A verdade é ditada por uma ideologia, a qual cria um senso comum que afirma algo como sendo próprio e justo, de modo a tornar a realidade uma verdade que deve ser seguida por todos (Souza, 2017).

Seguindo essa lógica, pensaremos no conceito de ideologia como um conjunto de ideias, produto das transformações sociais e históricas, traduzindo a visão de mundo de um grupo de pessoas (Souza, 2017). Ela integra a estrutura da sociedade, sendo capaz de justificar a realidade, naturalizando hábitos e perspectivas de vida. É dentro do campo da ideologia em que são formadas todas as outras premissas que resultam na maneira com que os sujeitos compreendem a verdade.

[...] desde que se dê ao termo "ideologia" o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) - isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (Gramsci, 2015, p. 79)

Ainda, Gramsci (2015a) aborda que a ideologia não pode existir sozinha – ela sempre estará moldada de acordo com uma teoria específica, na qual o autor se refere como “doutrina”, atuando como instrumentos pautados em princípios morais para orientar o comportamento humano. Para o teórico ela não se propõe a ler a realidade, mas sim guiar uma compreensão baseada em princípios que corroborem com a visão de um determinado seguimento da sociedade.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 2014 p. 185)

Nos moldes capitalistas, em que há dominância de classes, a ideologia que prevalece é ditada pela classe dominante, que difunde suas verdades como absolutas. Com esse processo, elas são absorvidas pela sociedade e se tornam um consenso, um senso comum. Abreu (2002) entende o senso comum como “uma mistura desordenada de elementos da ideologia dominante” (Abreu, 2002, p. 137), que influencia os hábitos e condutas morais da população. Através do senso comum da população, a ideologia burguesa se faz hegemônica.

É importante frisar, como adendo ao assunto trabalhado, que o conceito de hegemonia na perspectiva Gramsciana não é diretamente definido pelo autor, principal teórico a trazer o termo “hegemonia” para a teoria marxista (Duriguetto, 2014). Ainda que ele trate sobre o assunto em todos os seus cadernos, é apenas no “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.” (Gramsci, 2017), o 13º caderno, que o tema passa a ser mais bem delineado. Partindo das categorias de Estrutura e Superestrutura, para o autor, hegemonia provém da relação dialética entre a sociedade civil e a política, estabelecendo dominância entre ideologias.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (Gramsci, 2017, p. 21)

Gramsci (2017) aborda que é no senso comum que os sujeitos formam a visão de mundo que orienta todos os seus pressupostos sobre a sociedade, ainda que possam ser de forma desconexa com a realidade. Essa dominação ideológica gera uma contradição entre as classes dominadas, que se conformam com um sistema que se baseia em sua exploração. No entanto, o teórico (2017) também trata sobre o bom senso, tendo-o como elementos abstraídos da própria experiência de vida.

Nesse mesmo contexto, Gramsci (2017) aborda a “opinião pública”, como a “força do consenso”, que coopta a percepção da população para que corroborem com a ideologia dominante. Para o autor, para que a hegemonia burguesa seja possível, é necessário que haja uma concepção adotada por uma maioria, de modo que o Estado cria uma opinião a ser disseminada pelas expressões culturais e para angariar aceitação popular, para que seja então considerada a ideia mais visada.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se

equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (Gramsci, 2017, p. 88)

Arelado a esse panorama, tratando-se de concepções de mundo, existem ideologias que não se conformam com aquela ditada pela classe dominante, podendo se opor diretamente a ela. Essa ideologia, que se baseia em uma perspectiva crítica, gera um movimento que se contrapõe à lógica hegemônica, questionando a verdade posta e formando, assim, uma contra hegemonia.

De acordo com Souza (2017), todas as ideologias são mutáveis, podendo se transformar para se adaptar à sociedade ou até se extinguirem. Aquilo que é tido como senso comum pode, como tem acontecido, se alterar ao longo da história, adequando-se para permanecer parte da sociedade. É um movimento típico da ideologia burguesa cooptar as novas tendências que aparecem para garantir sua hegemonia. Mas na mesma medida em que a perspectiva hegemônica se modifica para acompanhar o campo cultural, a contra hegemonia também se movimenta, avançando na sociedade para ganhar espaço.

Gramsci (2017) se refere a esse fenômeno como sendo uma “crise de autoridade”.

E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (Gramsci, 2017, p. 60)

Para além, nenhuma ideologia é imutável. Da mesma forma em que variam, as ideologias podem igualmente deixar de existir.

Para Gramsci, o marxismo vai passar, como todas as ideologias. Para tanto, é necessário que aquilo que mantém de pé a ideologia hegemônica, deixe de existir. Quando a propriedade privada dos meios de produção deixarem de existir, também deixará de existir a ideologia marxista. Isso porque, dentro de uma ideologia majoritária e hegemônica, a ideologia marxista é contra hegemônica e assim sendo, aquilo que era puramente utopia, ou seja, pensamento visto como algo inviável em um dado momento histórico e que se propõe crítico daquilo que é hegemônico, deixará de sê-lo para passar a constituir aquela estrutura ideológica que antes a censurava. (Souza, 2017, p. 71)

Desse modo, assim como a sociedade está em constante mudança, as ideologias acompanham sua dinâmica, podendo surgir novas perspectivas da realidade, que não necessariamente se oporão às ideologias já postas. O âmbito cultural se impõe como um dos espaços em que se estabelece esse movimento transitório.

Se procurarmos o significado de “cultura” em um dicionário, encontraremos algo relacionado ao ato de plantar e cultivar a terra, ou o seu conceito biológico. Para além, ao pensarmos em cultura, de súbito, costuma nos vir à cabeça, principalmente quando fazemos o recorte da cultura brasileira, as diversidades que encontramos nas regiões de nosso país, como no frevo e a congada, ou no acarajé e a feijoada. No entanto, o significado de cultura, ao menos o que concerne à concepção adotada neste trabalho, vai muito além dessas questões.

Não se limitando à definição que lhe é atribuída na biologia, ou ao cultivo realizado no campo, o conceito de cultura aqui considerado visa debatê-la com uma abordagem que a vislumbra como algo intrínseco à nossa sociedade, capaz de definir um extenso conjunto de questões que perpassam o mundo atual (Chauí, 2009). Desse modo, essa nova conceituação para a palavra, que a relaciona com os hábitos e práticas de uma determinada população, é algo recente, e teve início no período do Iluminismo.

Em seu livro: “Democracia e Cultura” (2009), Marilena Chauí expõe que esse movimento intelectual tinha a cultura enquanto um “padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade” (Chauí, 2009, p. 24). Ela era utilizada como uma forma de avaliar a política de diferentes nações, determinando o seu grau de evolução. Dessa forma, esse movimento determinava o conceito enquanto “progresso”, tendo a Europa, em seu modelo capitalista, como o padrão de evolução ideal. Nesse sentido, qualquer país que não estivesse com o sistema econômico, material e produtivo no mesmo ritmo que o continente, era tido como atrasado, e até “primitivo”. Essa determinação também supunha que todos deveriam alcançar os padrões europeus de mercado, eventualmente – tratando o capitalismo enquanto única e necessária alternativa de modelo econômico.

Ao tratar sobre esse período, quando Gramsci (2014) aborda a perspectiva cultural no contexto da Itália imersa no Renascimento, período histórico berço do iluminismo, o teórico pontua que o movimento foi muito mais artístico do que político, carecendo de uma renovação ideológica. Para ele, os intelectuais da época protagonizaram um movimento sem participação popular, de modo a ser politicamente reacionário, resultando em sua derrota. Tal fato marca a perspectiva cultural gramsciana, por demonstrar para o autor a necessidade de uma análise que

se proponha a pensar a construção histórica como intrínseca à herança cultural. Para Gramsci (2014), refletir sobre o capitalismo da época é incluir a organização cultural dos grupos que representaram o Renascimento.

[...] apresentou a ideia de que a burguesia italiana não soubera unificar o povo durante o “Risorgimento” e que essa fora uma das causas de sua derrota e da interrupção de seu desenvolvimento como classe dirigente na Itália. Tratava-se de um “egoísmo” de classe que impedira uma revolução rápida e vigorosa na península no século XIX como havia sido a Revolução Francesa-de 1789. (Mussi, 2017 p.53)

De acordo com a trajetória histórica descrita por Chauí (2009), no século que sucede o iluminismo, o conceito de cultura se altera, sendo tratada a partir da diferença entre natureza e história, significando, então, a ruptura entre o mundo humano e a ordem natural, no sentido de que a dimensão humana ultrapassa os instintos que ditam a adaptação ao meio em que “o homem” se insere, sendo ele capaz de traçar ações na busca por meios e fins possíveis. Tal fato ocorre através da linguagem e do trabalho, pois esses permitem que os sujeitos possam transcender “os dados imediatos dos sinais e dos objetos de uso para recriá-los numa dimensão nova” (Chauí, 2009, p. 27), sendo essa a dimensão humana.

Por fim, a partir do século XX, através da antropologia social e política, o conceito eurocentrista de cultura é abandonado e, incorporando-o com o que era tido no século anterior, passa a ser mais abrangente ao ser tratado enquanto

[...] a produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, dos modos de habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais – particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família – das relações de poder, da guerra e da paz, das noções de vida e morte. (Chauí, 2009, p. 28)

Em resumo, a cultura se torna o espaço em que os sujeitos elaboram e instituem suas práticas, seus valores e suas concepções acerca do mundo em que os circundam. Através dela, definem o que são seus conceitos de lei, o que é ou não aceito em sua sociedade, e a forma como se deve agir e traçar relações sociais. É essa a concepção de cultura que norteará a discussão a ser realizada no decorrer deste texto.

Essa perspectiva cultural, para Gramsci, “teve o seu papel social, já que esteve sempre relativamente articulada às características de um determinado modo de viver, que supunha uma determinada forma de produzir e de distribuir a riqueza social criada pelo trabalho” (Vieira, 1999, pág. 62). A modificação dentro dos modos de produção da sociedade, com o

fortalecimento da industrialização, traz à tona uma nova ideologia com demandas sociais diferentes, marcando a necessidade de se tratar o campo cultural sob um novo panorama.

Nessa direção, pensarmos nas iguarias das regiões brasileiras, ao abordarmos a cultura do Brasil, não é de todo errado. Essas questões representam as expressões culturais de determinados povos, suas práticas que exprimem alguns comportamentos que delimitaram em seu território. No entanto, como apresentado, o conceito de cultura se constitui em algo muito mais extenso do que essas questões, sem se limitar às suas expressões.

Faz-se importante retomar que, na atualidade, a história da sociedade é marcada pelo movimento de antagonismo entre as classes sociais, em que uma se impõe sobre a outra, explorando-a para obter lucro. Dessa forma, existe uma classe dominante, a burguesia, que utiliza de meios coercitivos para garantir sua hegemonia sobre a classe dominada, a trabalhadora.

Tal dualidade termina por criar uma cisão interna na sociedade, que atrapalha o conceito tão abrangente de cultura definido no século XX. Assim, existe uma divisão cultural, que tece dois tipos de culturas predominantes na atual conjuntura: a cultura formal, ou “alta cultura” (Gramsci, 2014), correspondente às classes dominantes, e a cultura popular, que expressa, de maneira espontânea, as relações e práticas da classe trabalhadora (Chauí, 2009).

Nessa direção, é por meio da cultura que a burguesia dissemina o projeto que a mantém imperante sobre as demais, legitimando a exploração econômica e a dominação política através das relações sociais. Dessa forma, separa os bens culturais entre “cultos” e “incultos”, sendo que para se ter acesso ao primeiro geralmente se cobra um valor econômico elevado, de forma que nem todos tenham acesso às produções culturais, que são construídas coletivamente, porém, desigualmente socializadas – o que determina uma concepção da massa popular como “ignorante”, tida como intelectualmente inferior.

A cultura de massa é uma cultura produzida para o consumo de massa, atendo às necessidades do produtor, visando o lucro. A indústria cultural é a forma pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações de produção, lançada no mercado e consumida, desta forma, ela ocupa um lugar de lazer na vida do trabalhador, sem que para isso ele necessite pensar. (Scherer, 2013, p. 65)

Existe, então, uma indústria cultural, que mercantiliza as expressões culturais, como as artes, no propósito de manutenção da ideologia dominante. Para tal, cria a impressão de que se existe uma “liberdade” para o consumo de cultura, repassando a ideia de que todos possuem a mesma possibilidade de acesso aos bens culturais, e, caso não os consumam, configura como demérito próprio (Scherer, 2013), de modo a deixar de lado, explicitamente, os valores

econômicos inalcançáveis de muitos desses bens para a maior parte da população. Assim, o que cada classe deve ler, ouvir e assistir fica determinado pela oportunidade de acesso daquele produto, que se baseia através de seu valor financeiro, determinado a cargo do mercado.

Corroborando com essa perspectiva, para Adorno e Horkheimer (1994), da escola de Frankfurt, a indústria cultural não só adapta os produtos culturais, como as artes e o cinema, ao consumo de massa da população, mas também determina à população aquilo que deve ser consumido. Para eles, a cultura foi manipulada a tal ponto que tudo o que ela dissemina é unânime, reforçando uma alienação da sociedade em relação a si mesma.

Chauí (2009) expõe que existem quatro ações tomadas pela indústria cultural, aliada da burguesia para garantir a hegemonia da lógica dominante, sendo que as duas primeiras já foram supracitados e o terceiro se constitui como a criação de um conceito “médio”, que dita o tipo de consumidor que terá acesso a determinado bem cultural. Isso ocorre pois, para que a cultura possa de fato ser comprada, precisa atrair o consumidor sem surpreendê-lo, de modo que se sinta confortável tendo acesso sempre aos mesmos conteúdos, que ditam um determinado comportamento. Assim,

A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, trazer-lhe informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. A “mídia” é o senso comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova. (Chauí, 2009, p. 36)

É perceptível que, nos meios televisivos, existe sempre uma narrativa muito semelhante. Muda-se um pouco a história, os personagens, mas no fim sempre há o mesmo enredo delimitado, expressando, de forma explícita, quem exatamente é o vilão e o herói daquele conto. Assim são disseminados os comportamentos que se fazem aceitos na sociedade, como se deve ou não agir, ser, e quais as consequências de se pensar diferente do ditado. É através dessas narrativas padronizadas que se convence a sociedade a agir conforme a agenda burguesa, garantindo sua dominância.

Por fim, a quarta ação delimitada por Chauí (2009) consiste na disseminação da concepção de que cultura se resume a lazer e entretenimento. Ela explicita que o lazer pode se fazer importante por diversos motivos, dentre eles destaca o fato de ser uma necessidade biológica, tempo em que o corpo humano repõe as forças físicas e mentais. No entanto, vem sendo utilizado como fonte de descanso, simplesmente para que a classe trabalhadora possa

produzir mais ao exercer seu trabalho, além de se constituir como um dos principais momentos em que a ideologia dominante é propagada.

Para Adorno e Horkheimer (1974), os produtos culturais resultantes do processo de massificação se tornam tão obsoletos em traduzir o real significado da cultura que nem ao menos podem ser consumidos como entretenimento. Em filmes e rádios, a reprodução do ser humano se resume à sua versão moldada pela sociedade capitalista, de modo a garantir que “a mera reprodução da mente não guie para uma expansão da mente” (Adorno, Horkheimer, 1974, p. 100, tradução nossa), da forma como deveria.

As qualidades que exigem atenção tornaram-se tão familiares em outros filmes e produtos culturais já previamente conhecidos pelos sujeitos que eles aparentam ser automáticos. O poder da sociedade pautada na lógica industrial está impresso nas pessoas de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural são tão potentes que não podem ser consumidos nem mesmo como forma de distração. Cada um deles é uma reprodução do gigantesco maquinário econômico, que, desde o início, mantém todos sob controle, tanto no trabalho quanto nos momentos de lazer (Adorno, Horkheimer, 1974, p. 100, tradução nossa).

Em suma, a cultura, como exposto, deveria expandir a visão de mundo dos sujeitos, contribuindo para a evolução da sociedade, mas a massificação causada pela indústria cultural a torna alienante, atuando como um instrumento de manutenção do sistema capitalista.

Nessa direção, entretenimento e cultura se distinguem, a partir do momento em que a segunda se configura enquanto trabalho, expondo as concepções de mundo do seu criador, de modo a interpretá-lo e criticá-lo – o que torna possível transformá-lo (Chauí, 2009). Por meio dela, é possível imaginar, pensar e sentir as experiências cotidianas não só próprias, mas também como coletivas. Para além, pensando que a sociedade é marcada pela dominação de uma classe sobre outra, o acesso à cultura se torna um direito básico dos cidadãos, assim como de produzi-la.

A indústria cultural determina como entretenimento as expressões artísticas repetitivas, que apenas reproduzem o que é ditado como certo pelo senso comum, resumidas ao mero consumo do que está na moda, ou seja, é algo passageiro. Ao invés de se configurarem enquanto uma conexão com a realidade, exercem uma ação oposta, que ilude o espectador, publicizando a propaganda de que viver na ordem capitalista é algo agradável, de modo que é alienante.

Esbarramos então, no conceito de alienação. Na teoria Marxiana, ela está intrinsecamente relacionada ao trabalho, referindo-se à situação que o capitalismo submete o trabalhador, de não se reconhecer naquilo que produz.

O autor Wanderley Codo, em sua obra: “O que é a Alienação?” (1986), ao explicar a concepção da categoria trabalho a partir da teoria inaugurada por Marx, destaca que, na perspectiva ontológica, o trabalho que separa “o homem” da condição de ser natural e o torna ser social. Devido à intencionalidade (teleologia) que o trabalho carrega, há uma distinção entre os sujeitos e os animais, que vivem orientados por seus instintos. Por meio dele, há a transformação dos meios naturais nos produtos que são utilizados para a sobrevivência humana.

Pensando no contexto capitalista, o trabalho é apropriado pela classe dominante e utilizado de forma desenfreada para garantir a mais valia, temos então um cenário em que não é mais possível o sujeito se reconhecer naquilo que produz. Para exemplificar, Codo (1986) traz a situação hipotética do processo de criação de um banco. Antes, para utilizar um banco, um indivíduo precisava montá-lo por inteiro, iniciando o processo na escolha da madeira, perpassando o seu corte até chegar na montagem do objeto. Na sociabilidade capitalista, esse indivíduo passa a ser um dos funcionários de uma fábrica que produz bancos onde, para aumentar a produtividade, se torna responsável apenas pela ação de fixar uma das quatro pernas do banco. Ao longo do dia, o trabalhador fixa 500 pernas em 500 bancos, resultando na fabricação de 500 bancos produzidos no decorrer da jornada de trabalho de um quantitativo de trabalhadores. No entanto, o trabalhador só teve contato com aquela única função a qual exerce cotidianamente. Ele não tem a consciência de como ocorre o processo de construção de um banco e assim, não consegue construí-lo sozinho. Por outro lado, o sujeito que precisa de um banco, não precisa mais produzi-lo por inteiro. Ao invés disso, pode ir até a loja e adquirir o produto pronto, sem jamais entender como se dá seu processo de construção. Dessa forma, o autor exemplifica que esse é o trabalho alienado abordado por Marx.

Se o homem se projeta no seu trabalho, o que ocorrer com ele se reproduzirá de alguma forma conosco. No trabalho organizado na sociedade capitalista, ocorre uma ruptura, uma cisão, um divórcio entre o produto e o produtor, o trabalhador produz o que não consome, consome o que não produz. (Codo, 1986, p. 19).

No entanto, é necessário expor que essa categoria é perpassada por muitas complexidades, por haver uma diversidade teórica e metodológica no seu emprego dentro das ciências sociais brasileiras (Oliveira, Rocha, Wellen, 2019). A categoria teórica “alienação”, interpretada por Marx em sua juventude, não a explicita com maior intensidade teórica. O referido sociólogo, ao tratar a categoria alienação em uma fase madura, tece outras abordagens ao tema, que não são exatamente iguais ao que fez anteriormente. Para além, os seus estudiosos

também entram em dissonância quanto à questão em tela, de modo que não há um único entendimento quanto a alienação.

[...] Tal problemática não se findou no interior da formação do pensamento de Marx nem nas distinções de traduções de suas terminologias. Essa imprecisão virou um dissenso que, por seu turno, se consubstanciou em espaço e motivo para debates díspares acerca da relevância dessa categoria, os analistas não somente se distanciam de um entendimento unívoco como, em alguns casos, chegaram a estabelecer posições extremas e quase dualistas. (Oliveira, Rocha, Wellen, 2019, p. 321)

Nessa direção, é impossível trazer uma concepção do que seja, exatamente, a alienação. Nos limites desse estudo reflexivo, o processo de alienação tratado perpassa a questão da transformação do “Homem” e tudo que o cerca, intrínseco à sociedade capitalista, em mercadoria. O modo de produção capitalista gera um estranhamento do “Homem” com o mundo que o circunda, de modo que ele não se reconhece em seu próprio cotidiano, como um sujeito capaz de intervir em sua realidade.

Dessa forma, ao pensarmos que a indústria cultural transforma a cultura, que institui as práticas e valores de uma determinada sociedade, em mercadoria, esse é um processo alienante. Através do entretenimento, as classes dominantes propagam uma perspectiva de vida em consonância com seus interesses, separando a dimensão humana dos sujeitos ao despi-los de sua condição criadora.

A cultura e suas expressões, como por exemplo a arte, deixam de ser um espaço em que os sujeitos expressam sua realidade, e sua visão sobre ela, e se tornam mero replicadoras da ideologia dominante. Essa é uma das formas que a cultura termina sendo um dos principais meios em que se propaga a lógica dominante, através da alienação.

No entanto, da mesma forma com que as expressões culturais, ao serem resumidas a mero entretenimento, vem sendo utilizadas em uma perspectiva de disseminação da ideologia capitalista, quando em uma perspectiva crítica, elas podem gerar um processo inverso.

Diante do exposto, podemos perceber que as expressões culturais são a maneira que grupos ou pessoas expressam e difundem um determinado conhecimento, que é definido através de sua cultura. As principais expressões culturais mais conhecidas são: o teatro, a música e a dança, que demonstram como o seu criador enxerga o mundo que o cerca, sua realidade, e seu entendimento sobre ela.

Dessa forma, a cultura popular, tratada por Chauí (2009) como a cultura da classe trabalhadora, se constitui enquanto aquela que é produzida pelo povo, de maneira coletiva, demonstrando seus costumes e hábitos locais. Essa forma de cultura é tida por muitos enquanto

inferior, “inculta”, como expressa Chauí, em um sentido de invalidar tudo aquilo que não é ditado pela classe dominante. Essas expressões culturais não se limitam na concepção de mundo da burguesia, mas do próprio povo, expondo sua realidade através de sua própria criatividade.

Percebemos, então, que há expressões culturais que não estão vinculadas aos interesses da classe dominante. Há formas de se produzir arte e cultura através de uma perspectiva crítica, que difere da que é posta pela ordem vigente. Sendo assim, da mesma forma em que a cultura pode ser um dos principais meios das quais se propaga a alienação, ela pode igualmente exercer um papel oposto e guiar aqueles que tem contato com ela rumo a um processo de transformação social.

Augusto Boal, o idealizador do “Teatro do Oprimido” (1979), aborda em sua obra: “Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas” (2019) a questão da expropriação do teatro do povo pela burguesia para ser utilizada enquanto uma “arma” para a manutenção do sistema capitalista. Dessa forma, traz como é importante que haja uma reapropriação do teatro pela população pois, quando em uma perspectiva crítica, ele pode ser uma “arma” para sua libertação, por permitir colocar em cena realidades que são ignoradas. Para isso, o teatrólogo expõe que não basta apenas consumir a cultura, é necessário produzi-la.

Palavra, imagem e som, que hoje são canais de opressão, devem ser usados pelos oprimidos como formas de rebeldia e ação, não passiva contemplação absorta. Não basta consumir cultura: é necessário produzi-la. Não basta gozar da arte: necessário é ser artista! Não basta produzir ideias: necessário é transformá-las em atos sociais, concretos e continuados. (Boal, 2009, p.19)

A alienação gerada no processo de mercantilização de tudo pela sociedade, inclusive dos próprios sujeitos, invisibiliza suas identidades, sua capacidade de produzir e pensar criticamente. Scherer (2013) coloca que a alienação separa “o homem” do seu caráter humano-genérico, de modo que deixa de se perceber enquanto um protagonista de sua própria vida, e se torna apenas um “simples objeto em cena” (Scherer, 2013, p. 57), consumido pelo ato de trabalhar para ser capaz de sobreviver.

Dessa forma, ao ter contato com uma expressão cultural que tenha um cunho crítico, ou seja, não caminha em consonância com os interesses da classe dominante, há uma quebra desse processo, que gera inquietações e reflexões sobre a conjuntura. Quando utilizada para expor novas compreensões da realidade, elucidando perspectivas de vida que geralmente são invisibilizadas, as expressões culturais podem levar os sujeitos a perceberem sua totalidade, auxiliando no processo de se compreenderem enquanto ser social, detentores de direitos. Para

melhor trabalhar essa questão, Scherer (2013) traz a arte e suas potencialidades transformadoras, colocando que ela tem

[...] a capacidade de constituir o homem em sua totalidade, de tal modo que ele desenvolva a capacidade de, como um humano não fragmentado, se conectar com os outros homens, em busca da criação de uma consciência não alienada, isto é, formando conceitos próprios, que dizem respeito à sua realidade, assim como à sua individualidade como ser humano particular, bem como com a sua cultura, como ser social. (Scherer, 2013, p. 73)

Sendo assim, o autor analisa a arte enquanto um elemento da sociabilidade humana, por possibilitar “aos Homens” que se reconheçam enquanto seres individuais e coletivos, gerando um processo de contra hegemonia da lógica vigente. Através do processo criativo que essa expressão cultural gera, os indivíduos podem manifestar sua realidade, expondo sua visão de mundo, compreendendo o cenário no qual estão inseridos. Podem, assim, enxergar uns aos outros, visualizando-se enquanto humano singular e genérico.

Através dessa perspectiva, nota-se que é urgente pensarmos em uma democratização do acesso à cultura. Como exposto no início deste texto, não é por acaso que ocorre uma diferenciação entre a cultura que é tida como “cultura” e “incultura”, sendo uma com valor financeiro elevado. Afastar a classe trabalhadora dos potenciais transformadores da cultura é uma das estratégias utilizadas pela burguesia para garantir sua hegemonia. Ainda que necessária devido à perspectiva de “lazer”, as artes acessíveis são aquelas que propagam a perspectiva alienante conveniente para a classe dominante.

Arelado a esse cenário, Gramsci (2014) aborda em seus cadernos sobre a elite intelectual de sua época, que era constituída pelos considerados como “cultos”, protagonizando os campos culturais do período, enquanto o resto da população tem seus produtos culturais inferiorizados e ignorados pela história. Por isso, pontua a importância de difusão da cultura entre as classes operárias, visando à promoção de sua autonomia intelectual. Para ele, a cultura precisava estar à frente na luta política contra a burguesia, de modo que a classe subalterna também se tornasse produtora de conhecimento crítico.

“Todos são cultos porque participam da vida, confrontando-se com a natureza e a sociedade, defrontam-se com problemas reais e produzem soluções práticas” (Vieira, 1999, p. 59). Com isso, democratizar o acesso à cultura é considerar que ela integra a formação do indivíduo e a estrutura de nossa sociedade, e todos têm o potencial de participar de sua criação, independente da classe social a qual pertencem. O que se distingue é o valor social agregado ao que é produzido.

Para além, Gramsci (2014) não aborda a questão de fomentar a valorização da cultura popular em uma perspectiva de dominação sobre a cultura elitizada. Pelo contrário, seguindo a lógica anteriormente apresentada no início deste texto sobre ideologias hegemônicas, quando a perspectiva de uma cultura “alta” e outra “inculta” deixar de existir, estingue-se também a necessidade de hierarquizar as produções culturais. Gramsci (2017) aborda o conceito de “cultura da promoção”, que independe de dominante e dominado, mas se propõe a repensar as organizações sociais objetivando uma sociedade em que todos podem se tornar produtores de criticidades e participarem de modo coletivo dos processos políticos.

Com isso, a urgência de democratizar o acesso à cultura é evidente. Essa divisão cultural atua no propósito de reforçar a exploração e dominação de uma classe sobre outra, retirando o direito dos cidadãos tanto de consumir quanto produzir expressões culturais. Ademais, é crucial discutir a inclusão da opinião popular nas decisões sobre políticas culturais, de modo a ampliar o acesso à cultura. O próprio Estado afasta a população das políticas culturais, visando manter a hegemonia da exploração capitalista, contribuindo para a perpetuação da exploração na esfera cultural.

Graças aos estudos e às críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é aquele a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação dependendo das condições históricas e das formas populares de organização. (Chauí, 2009, p. 33)

É importante pontuar que no Brasil, o Estado tem historicamente adotado uma postura antidemocrática em relação à cultura (Chauí, 2009). No sentido antropológico, o Estado por si só é um produto da cultura e, portanto, não pode ser um produtor dela. Pautando o atual cenário, os governos se mantêm alinhados à lógica da indústria cultural, contribuindo com o processo que mercantiliza as artes e as expressões culturais como um todo, através de leis que priorizam produções artísticas de grande empresa, como exemplo a Lei Rouanet (Lei nº 8.313 – Lei Federal de Incentivo à Cultura do dia 23 de dezembro de 1991).

Tal fato resulta em uma contradição do verdadeiro propósito do Estado, tendo em vista que, enquanto produto cultural, seu objetivo deveria ser calcado em exercer ações que buscassem “ampliar o campo cultural público, transformando a criação social em cultura oficial” (Chauí, 2009, p.43), retirando de um grupo restrito o poder de realização das produções

culturais. O que vem ocorrendo, no entanto, é um atendimento das demandas desse grupo dominante, de modo a auxiliá-lo no processo de torná-lo hegemônico.

Esse cenário se sustenta na perspectiva neoliberal do Estado brasileiro, que nega direitos para garantir a hegemonia do capital, transformando direitos em serviços mercantilizados e reforçando os privilégios de classe. Esse processo, observado nas políticas públicas em geral, como na saúde, previdência e assistência social, também se reflete nas políticas culturais.

Por fim, a cultura se configura enquanto uma dimensão essencial da política, de forma que atuam juntas, em um processo de manipulação da sociedade. Torna-se nítido, então, que a cultura pode ser uma forma de poder (Scherer, 2013), por permitir que sejam manipuladas as notícias e a maneira como funciona a sociedade, construindo estratégias de dominação que se alastram de maneira sutil pelos canais culturais que permeiam nosso cotidiano.

Ao fim do primeiro momento deste texto, torna-se explícito que a cultura tem um grande papel em nossa sociedade, definindo nossos hábitos e concepções de mundo, que, por estarmos inseridos em um sistema capitalista, corrobora com a lógica da classe dominante. Sendo assim, apropriarmo-nos de expressões culturais que tenham uma perspectiva crítica torna-se urgente, se quisermos nos libertar de uma ordem societária que se baseia na exploração de poucos sobre muitos.

2.2 – A estética de Augusto Boal e o teatro como expressão cultural emancipadora

São muitas as maneiras pelas quais se pode entender o conceito de estética. Para uma pessoa que não se debruça em estudos de sociologia e filosofia, estética provavelmente será definida como algo associado ao “belo”, a achar algum determinado objeto ou sujeito bonito. Ainda que esse conceito não esteja de todo errado, o sentido filosófico da palavra propõe compreendê-la de uma forma mais profunda, como algo intrínseco à sociedade.

“Estética é a tradução da palavra grega *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade” (Chauí, 2000, p. 411). É importante pontuar que essa concepção de estética como algo relacionado aos “sentidos” é derivado da Grécia antiga, e afirmada por Platão (427 a.c. – 348 a.c.), que pontuava que a dimensão estética é indispensável para a formação humana (Silva, 2023). De acordo com Silva (2023), para o filósofo, há duas formas de conhecimento: o sensível e o inteligível, sendo o primeiro pautado em crenças, opiniões e suposições formadas a partir dos sentidos e aparência dos objetos. Com isso, o conhecimento sensível exprime as ideias e valores de um sujeito. Nesse contexto, a arte já era tratada como

algo pertencente à estética, mas considerada apenas como uma imitação das aparências reais das coisas, situada no pensamento sensível.

Este conhecimento era estético, pois na civilização grega o "sentir" estava relacionado principalmente com as sensações que temos diante da interação que possuímos com a natureza e com o convívio em sociedade. Segundo OS gregos. Tais sensações são provocadas a partir do momento que estamos em contato com inúmeros fenômenos sociais presentes em nossa volta e que são substancialmente construídos por nós, como por exemplo, as interações entre diferentes culturas, o sentimento que temos ao vivenciar determinadas situações como, ao ouvir determinada canção, visualizar uma paisagem do cotidiano, apreciar uma obra de arte ou um espetáculo artístico, dentre tantas outras. Ou seja, como podemos verificar, o significado da estética se relaciona intimamente com o fato de existirmos socialmente (Silva, 2023, p. 94)

Chauí (2000) traz que o primeiro autor a se referir à palavra estética como um conceito etimológico e algo diretamente relacionado às artes foi o alemão Alexander Baumgarten, em 1790. Para ele, as obras de arte buscavam despertar sensibilidade através do “belo”. A estética era a “Ciência do Conhecimento” (Boal, 2009), tratando de sentido sensorial estimulado pela relação entre sujeito e objeto.

Concordando em partes com o tratado por Baumgarten, Boal (2009) trata a estética como sendo captada por meio de um “pensamento sensível”, que se constitui como uma forma não-verbal de se pensar. Por meio dos pensamentos é que há a articulação entre os significados atribuídos às “coisas” e o conhecimento, transformando-se, então, em “Pensamento Simbólico”, que pode traduzir esses significados em ações.

Dessa forma, o “belo” faz parte da estética, mas não a resume, pois não necessariamente um objeto despertará sentimentos de prazer (Boal, 2009). Uma mesma criação estética, seja ela de qualquer natureza, poderá despertar sentimentos distintos nos sujeitos, variando suas compreensões, podendo ser associada ao feio ou ao bonito.

Considerando que a cultura se configura como a forma como os sujeitos compreendem sua realidade, como já exposto, as concepções estéticas estão associadas à cultura de uma sociedade, que interpretará um objeto como sendo algo agradável ou não, através de sua própria visão de mundo.

Como são muitas as culturas e as verdades que delas emanam; como são tantas as divisões no seio das sociedades, e tantos e tão dispares seus valores, A Estética e o Belo não possuem universais e eternos. Já se pode falar de uma só Estética, única, que seria a do pensamento único, arma de exploração dos oprimidos e da opulência dos opressores. (Boal, 2009, p. 35)

Dessa forma, para explicar a estética, Boal (2009) expõe que ela consiste na relação profunda das duas formas de pensamento geradas pelos sujeitos: O “Pensamento Sensível” e o “Pensamento Simbólico”. O primeiro são os pensamentos e conhecimentos adquiridos através dos sentidos, e podem ser traduzidos em palavras ou não, enquanto o “Pensamento Simbólico” traduz o intelecto, que consiste na organização das sensações, emoções e ideias, e os transformam em ação.

Em suma, Boal (2009) trata os dois pensamentos como indispensáveis para a vida humana, por um traduzir como a pessoa capta o mundo que a circunda e o outro, como essa compreensão é transmitida. Para o teatrólogo, Baumgarten não está inteiramente correto em sua concepção de estética porque ele se limita ao Pensamento Simbólico, tendo em vista que suas reflexões abordam apenas as palavras e gestos do sujeito. E a estética, ao menos para Boal (2009), não é apenas um, mas sim a interlocução entre os dois pensamentos, demonstrando como os sentidos de uma pessoa influenciam o seu comportamento no mundo.

Através dos sentidos, os sujeitos entram em contato com o mundo exterior, enquanto no âmbito dos pensamentos, essas concepções são traduzidas e estruturadas em concepções, tornando-se estéticas.

Os ouvidos ouvem e os olhos olham, mas quem escuta e vê cérebro. As informações óticas são inócuas; organizadas em imagens pelo cérebro-artista, ganham sentido, emoção e valor. Ouvidos ouvem, o cérebro escuta e organiza sons em timbres, melodias ritmos, aos quais atribui valores ou as descarta em bulício e algaravias. O mesmo acontece com os demais sentidos: são estruturantes, não máquinas registradoras. (Boal, 2009, p. 56)

Dessa forma, na estética de Boal (2009), existem três principais canais estéticos, responsáveis pela captação de ideias através dos sentidos: a palavra, a imagem e o som. Através desses canais, a cultura é apreendida e se torna parte dos sujeitos, influenciando em sua forma de pensar e agir.

Sendo assim, é também por meio deles que a manipulação da cultura é disseminada, regulando os pensamentos e sentimentos da população, para que se adequem ao sistema vigente. A manipulação da palavra, como por exemplo em jornais, da imagem, através de fotos e da televisão, e do som, por meio de rádios, é chamada por Boal de “Estética Anestésica”, por entorpecer a consciência dos sujeitos e “programá-los” para a obediência e falta de criatividade.

É importante pontuar que “palavra” é exposto pelo teatrólogo como um dos canais mais manipulados, tendo em vista que ela transmite a verdade, do ponto de vista de quem a diz.

Palavras são pensamentos sensíveis transformados em simbólicos através de ações, que, por meio do processo de alienação, podem se tornar dissociados da realidade.

Como símbolos, as palavras estão condicionadas à interpretação daqueles que as dizem, e são frequentemente utilizadas como instrumento de manipulação, coerção e controle. Para exemplificar, Boal (2009) usa as leis, que são palavras simbolicamente utilizadas para a manutenção da ordem dentro da sociedade. A existência de uma lei não necessariamente prejudica alguém – o que o faz é quando (ou não) essa lei é aplicada, variando de acordo com os interesses de seus responsáveis.

As palavras “liberdade” e “democracia” também são usadas como exemplos de palavras que foram manipuladas e distorcidas até se perderem de seu real significado.

Liberdade e democracia, por exemplo, na mídia neoliberal, passaram a ter o significado que lhes atribuem seus atuais proprietários – o neoliberalismo captura e monopoliza palavras-chave para a compreensão do mundo, e chama de democracia – o poder do povo – ao que sabemos ser uma plutocracia – o poder do dinheiro –, oligarquia – o poder de poucos. (Boal, 2009, p. 78)

Em teoria, a democracia é o regime de governo em que todos teriam o direito pleno da palavra, como simbologia ao poder de opinar sobre seus representantes. Corroborando com essa ideia, Pogrebinschi (2007) afirma que na teoria marxiana, a democracia verdadeira só é possível em um cenário em que não exista alienação. Como vivemos em eterna contradição entre o Estado e a sociedade civil, tendo em vista que a perspectiva política se apresenta como algo universal, mas a esfera socioeconômica exerce função privada, um pleno direito de posicionamento é algo quase inalcançável.

Dessa forma, a cultura hegemônica hasteando uma perspectiva alienante, através dos canais estéticos, impede que a população escolha representantes que corroborem com seus interesses. A palavra, a imagem e o som são cooptados para que seja disseminada uma ideia de que os interesses do capital são os mesmos do que os da classe trabalhadora, de modo que nas urnas, o resultado da maioria se alinhe aos interesses da burguesia.

É interessante pontuar que Gramsci (2017) também aborda os meios de comunicação como principais disseminadores da ideologia burguesa. Para o teórico, eles são o meio por onde se difundem a criação de entusiasmo ou pânico na população, sempre que a burguesia acredita necessário, incitando o ódio aos sindicatos e manipulando a opinião pública. Através desses canais, havia uma manipulação das grandes massas, principalmente as que os sindicatos enfrentavam dificuldade em organizar, garantindo a manutenção da ordem burguesa.

Entre os elementos que recentemente perturbaram a direção normal da opinião pública por parte dos partidos organizados e definidos em torno de programas definidos, devem ser postos na linha de frente a imprensa marrom e o rádio (onde estiver muito difundido). Eles possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem alcançar objetivos determinados, nas eleições, por exemplo. Tudo isto está ligado ao caráter da soberania popular, que se exerce uma vez a cada 3-4-5 anos: basta o predomínio ideológico (ou melhor, emotivo) naquele dia determinado para ter uma maioria que dominará por 3-4-5 anos, ainda que, passada a emoção, a massa eleitoral se separe de sua expressão legal (país legal diferente de país real). (Gramsci, 2017, p. 249)

Para além, os canais estéticos também estão condicionados à interpretação de quem os recebe (Boal, 2009). Através das palavras, as verdades são ditas conforme a concepção de mundo de quem as diz, e também são recebidas de acordo com a perspectiva de quem as escuta. Por isso, a cultura se impõe como ponto crucial na compreensão da realidade.

Ainda, as palavras derivam de uma linguagem, uma das principais formas através das quais a comunicação ocorre (Boal, 2009). Enquanto linguagem, palavras são fundamentais para a articulação dos pensamentos, colocando sentido e concretude em sentimentos abstratos. Elas permitem a ponderação acerca de acontecimentos e possibilidades, prospectando o futuro e refletindo sobre o passado.

A linguagem das palavras é essencial para a constituição do ser humano, pois nos permite articular pensamentos sobre o que não está em contato com os sentidos, pensar o futuro que não existe, refletir sobre o passado revoluto. Permite empenhar a palavra, escrever cartas de amor e ódio, diários de bordo; adiar e antecipar organizar o tempo e criar agendas e calendários; dar significados ao espaço e valores abstratos a terra; jogar xadrez e jogar no vulnerável cassino da Bolsa; usar dinheiro e cartão de crédito, emprestar e cobrar juros, hipotecar e continuar morando na mesma casa, como se nada fosse. Sobretudo, permite imaginar o não acontecido e ponderar possibilidades de acontecer. (Boal, 2009, p. 69)

É importante pontuar que a linguagem se constitui como principal tradução do ponto de vista de um sujeito, expressando suas ideias (Gramsci, 2015). Dessa forma, a língua é uma concepção de mundo integral, e não apenas um símbolo indiferenciado, dá forma a qualquer conteúdo, de modo que se constitui como “produto social”, que expressa a cultura de um povo.

Nesse contexto, Gramsci (2015a) aborda a linguagem como um conjunto de noções e conceitos determinados historicamente, contendo elementos da visão de mundo de uma determinada cultura. Para o filósofo, ela não pode ser resumida à gramática, como leitura vazia de um conteúdo, ou meramente como palavras, tendo em vista que essa, como dito por Boal (2009), são símbolos de coisas e objetos e estão sempre cooptadas por visões políticas, culturais e históricas.

Por essa razão, Gramsci traz a linguagem como algo metafórico, porque sempre carrega um contexto cooptado pela hegemonia, perpassando lutas políticas e históricas.

A linguagem é sempre metafórica. Talvez não se possa dizer exatamente que todo discurso seja metafórico com relação à coisa ou ao objeto material e sensível referido (ou ao conceito abstrato), a fim de não ampliar demasiadamente o conceito de metáfora; contudo, pode-se dizer que a linguagem atual é metafórica com relação aos significados e ao conteúdo ideológico que as palavras tiveram nos períodos anteriores da civilização (Gramsci, 2014, p. 115).

Da mesma forma com que os outros canais estéticos, imagem e som também expressam perspectivas manipuladoras, capazes de moldar aqueles que têm contato com elas para que sigam suas vontades. Para Boal (2009), a única forma de buscar contornar a incerteza trazida por esses canais é buscando se aproximar deles de outras formas, transformando palavras em simbologias e sons em melodias, de modo a senti-las, para que se tornem puramente estética, sem serem cooptadas pela lógica hegemônica.

Tal questão ocorre devido ao fato de que, para Boal (2009) a estética alienante se infiltra nas pessoas de maneira violenta, sem que haja espaço para pensamentos que se oponham as ideias dominantes, apropriando-se dos significados e os esvaziando ao ponto “que, podendo significar qualquer coisa, não significam nada”. (Boal, 2009, p. 153). O autor denomina esse fenômeno que ocorre no inconsciente dos sujeitos como uma “invasão de cérebros”, comparando-o com a forma com que um país invade outro em uma guerra.

Palavras são obra e instrumento da razão simbólica, não dá razão sensível: temos que transcendê-las, buscar outras formas de comunicação sejam apenas simbólicas, mas também sensoriais – comunicações estéticas. Atenção: esta transcendência estética da Razão é a razão do teatro e de todas as artes. Não podemos divorciar razão e sentimento, ideia e forma, palavra e voz. Razão simbólica e razão sensível são sólidos casais, mesmo quando as turras, bicadas. A palavra escrita é voz pressentida ou imaginada. (Boal, 2009, p. 105).

Por essas razões, Boal (2009) defende a urgência de se criar uma nova estética, que se oponha à alienação presente nos canais estéticos, que se posicione a favor da classe popular ao se basear em sua própria cultura: a estética do oprimido.

E, para isso, é urgente a democratização dos canais estéticos. Como a terra, a água e o ar, a palavra, a imagem e o som são indissociáveis da vida humana, e deveriam ser de livre acesso para todos. “A Estética do Oprimido é a estética dos direitos humanos” (Boal, 2009, p.132), porque busca que sejam reapropriados pelos sujeitos, os seus direitos perdidos de ditarem como sua própria cultura opera.

Imagem, palavra e som não circulam livres na sociedade – são canalizados pelas estações de rádio e tv, pelos livros, revistas e jornais, escolas e universidades, e pela propaganda na beira da estrada. Tudo isso tem dono! Vivemos no mundo virtual desses três impérios. Palavra, som e imagem são livres enquanto possível criação acessível a todos os seres humanos, mas os meios de comunicação que os fazem circular são privativos do poder econômico que os fabrica, padroniza, difunde, controla e usa. (Boal, 2009, p. 136)

Dessa forma, para que seja possível tomar de volta os canais estéticos, não basta apenas ampliar o acesso aos meios de comunicação. É necessário que os sujeitos passem a produzir as expressões culturais, para que se tornem produtores de criticidades, e passem a gerar produções que não estejam atravessadas por perspectivas alienantes.

E, segundo Boal (2009), a forma mais eficiente de realizar esse feito é através da arte.

De acordo com Scherer (2013), arte é uma das formas que os sujeitos encontram de produção cultural em relação à natureza, permitindo ensaiar compreensões da realidade que podem gerar estratégias contra-hegemônicas. Através da arte, os sujeitos podem criar conceitos próprios, que tratem sobre sua própria visão de mundo, reconhecendo-se tanto quanto sujeitos singulares quanto coletivos.

Corroborando com essa ideia, Boal (2005) fala da arte como capaz de reinventar a realidade a partir da perspectiva do artista, para que ele possa ver o mundo de um ponto de vista diferente daquele ditado pelo sistema vigente. Com isso, a arte pode expressar os ideais dos indivíduos, representando sua própria forma de ver as situações cotidianas.

Seguindo essa lógica de tradução de uma realidade, para Benjamin (1990), a arte ultrapassa os limites da linguagem, por ser capaz de comunicar as verdades e os sentimentos de seu criador, sem separar a imagem de seu significado. Para o autor, a arte possui uma “aura”, que demonstra a autenticidade dessa produção, transpassando tudo o que ela é, desde sua origem até sua duração material e histórica. E, quando repetida vezes demais, a arte perde sua “aura”, deixa de transparecer os sentimentos de seu criador, e passa a ser um mero objeto replicado, perdido de seu propósito.

Para Boal (2009), a “aura” abarcada por Benjamin (1990) é definida por meio da cultura de um indivíduo. Em seus ensaios, Benjamin (1990) aborda o sentido ritualístico da arte, quando usada com propósitos religiosos, como foi principalmente nos primórdios da humanidade. “A singularidade da obra de arte é idêntica à sua forma de se instalar no contexto da tradição” (Benjamin, 1990, p. 211), de modo que uma produção artística está diretamente associada à herança cultural que possui.

Complementando esse pensamento, Boal (2009) argumenta que se reproduzida com o mesmo propósito com a qual foi criada, a “aura” da produção artística permanece, continuando a exercer o papel de tradução dos sentimentos de seu criador. No entanto, ela se esvazia quando é utilizada para outros fins, como para manipular uma opinião.

Como exemplo, Boal (2009) usa o campo da fé, e as obras artísticas produzidas com o propósito de representar situações e rituais religiosos. Ainda que reproduzidas diversas vezes ao longo dos séculos, a imagem de um santo segue possuindo sua “aura” quando usada pelos fieis com o propósito de adoração. Mas quando líderes religiosos escondem essa obra artística, ou utilizam dela para criar cenários que não condizem exatamente com o real, manipulando seus fiéis a acreditar naquilo que os convém, a “aura” se esvai. Dessa forma, a “aura” da expressão cultural é manejada como um objeto de controle. Como “arma”.

Boal (2009) argumenta que a “aura” da arte é o que a faz ser arma.

Em várias de suas obras, o teatrólogo se refere às artes como uma arma, cooptada e utilizada em larga escala pelas classes dominantes como instrumento de dominação. Isso porque o autor acredita que, tal qual preconizava Maquiavel (1469 – 1527), conflitos políticos sempre existiram e existirão em nossa sociedade, sendo através deles que a sociedade avança. Partindo dessa mesma premissa, Chauí (2005) aborda como as políticas sociais se originam das lutas sociais, resultado de uma ação que busca lidar com as divisões sociais.

Ainda, a autora explica que, para Maquiavel, a perspectiva de unidade alegada pelos líderes da sociedade eram apenas um disfarce para justificar sua opressão, criando um discurso de que os interesses de todas as classes eram o mesmo, ignorando, completamente, que para que a sociedade funcione em seu sistema capitalista, uma classe precisa subjugar a outra para garantir sua obtenção de lucro.

Por essas razões, Boal (2009) aborda a importância de que, tal qual presumia Maquiavel, abandonemos a inocência. Os conflitos sociais são a base que sustenta o complexo sistema de exploração para obtenção de lucro. Se quisermos superá-lo, precisamos enxergá-lo como ele realmente é, analisando-o em seu cerne.

Se os canais estéticos vêm sendo utilizados como instrumentos de poder, armas para a dominação da população, eles devem ser reapropriados pela classe popular, e usados como enfrentamento à dominância. Por isso, Boal (2009) apresenta a estética do oprimido, e principalmente as artes, como armas contra a dominação da ideologia burguesa.

pensamento. Temos que libertar nossos pensamentos, Simbólico e Sensível - armas de luta. Uma nova Estética é necessária! (Boal, 2009, p.153)

Como exposto, a arte é simbologia gerada através da interlocução entre o “pensamento sensível” e o “pensamento simbólico”, produto da tradução da compreensão de mundos dos sujeitos (Boal, 2009). O pensamento sensível absorve o conhecimento acerca do mundo, e o Pensamento Simbólico transforma esses pensamentos em palavras, imagens ou sons, que ao carregarem em si a visão de mundo do seu criador, se transformando em arte. Por isso, para Boal (2009), todo e qualquer ser humano é artista.

Como consequência, buscando impedir o potencial transformador contido na criatividade de se pensar um mundo sem manipulação, a arte é apropriada pelas classes dominantes. Arte é condição da vida humana, intrínseca em nossas relações sociais e políticas, metáforas da realidade que refletem a sensibilidade do artista, exercendo, assim, uma função social (Scherer, 2013).

Através do contato com a arte, em sua contemplação, é trazido à tona a vulnerabilidade dos sujeitos, que são permeados pelos sentimentos dos artistas. Não há nenhum erro em consumir arte, apenas, mas em um cenário em que os canais estéticos estão completamente cooptados, a única forma de ir contra a “monarquia da arte” (Boal, 2009), é se tornando o produtor dela.

Ao criar um produto artístico, os sujeitos conseguem imaginar uma nova realidade a partir de sua perspectiva singular, vislumbrando um mundo diferente. Por essa razão, ela é um elemento capaz de incidir contra os processos de alienação, levantando reflexões profundas acerca do mundo, rompendo com ideias enraizadas pela perspectiva dominante.

Nessa direção, essa relação estabelecida pela arte pode vir a ser uma estratégia de contra hegemonia da lógica capitalista vigente, disseminada principalmente através dos processos alienantes. Ela abre espaço para que os indivíduos ensaiem, por meio de suas mais variadas expressões, novas maneiras de compreender a realidade.

Scherer (2013) aborda o caráter da arte de despertar nos sujeitos sua consciência enquanto seres individuais, dotados de suas próprias particularidades, mas também coletivos, através de um senso de totalidade. No processo de criação artística, há uma percepção sobre a cultura dos indivíduos, o que eles acreditam ser as melhores formas de agir e viver, que se estabelece por meio do coletivo.

Por essa razão, Boal (2009) também aborda a importância de que esse processo, para a criação de uma estética do oprimido, se dê através da criação de produções artísticas coletivas,

que se proponham a pensar soluções em conjunto para os problemas apresentados. Não que artes individuais não possuam em si o potencial transformador contido em qualquer expressão cultural, mas o despertar do “nós” é apresentado pelo teatrólogo como passo fundamental na superação da alienação dos canais estéticos. A mobilização popular é crucial no trânsito entre singular e plural, considerando subjetividades sem perder de vista a criação coletiva.

Neste sentido, a arte se constitui como uma forma de expressão cultural, que tem a capacidade de constituir o homem em sua totalidade, de tal modo que ele desenvolva a capacidade de, como um humano não fragmentado, se conectar com os outros homens, em busca da criação de uma consciência não alienada, isto é, formando conceitos próprios, que dizem respeito à sua realidade, assim como à sua individualidade como ser humano particular, bem como com a sua cultura, como ser social. No momento em que a arte propicia aos homens que se reconheçam entre si, como seres individuais e coletivos, ela se constitui como um elemento de sociabilidade humana. (Scherer, 2013, p.73)

Esses são os motivos que levam Boal (2009) a tratar o teatro como um grande instrumento de emancipação, fundando O Teatro do Oprimido (1979), pautado em jogos e exercícios teatrais que buscam ensaiar a revolução. Para além, o teatro também exerce em todo o seu processo os três canais estéticos, palavra, imagem e som, ensaiando possibilidades em todas as esferas da estética.

Tendo em vista que a perspectiva cultural que guia esse trabalho é a Gramsciana, é interessante pontuar, como adendo à discussão, que em seus cadernos, Gramsci (2017) também aborda a importância do coletivo na superação da hegemonia burguesa. O teórico afirmava que os sujeitos mais manipulados para exercer uma opinião pública conjunta eram aqueles que não se organizavam politicamente, e um dos maiores desafios dos sindicatos era alcançá-los. Ainda, pontua esse como o motivo da intensa tentativa do Estado de submeter sindicatos a sua razão: impedir que se organizando, a população ensaiasse formas de se impor contra a hegemonia burguesa.

É por meio desse contexto que o teatro, uma das expressões culturais advindas da arte, surge como uma alternativa de instrumento que coloca em cena as potencialidades da população, como um espaço que proporciona chances de representação do cotidiano, interpretando a vida social em que os indivíduos estão inseridos. A constituição de relações sociais se estabelece por meio de ações e observações sobre os processos que perpassam realidades, e o teatro permite que os indivíduos se enxerguem a partir de um ângulo que difere do comumente posto. Ao estar sobre um palco e encenar ali vivências que diferem da sua, há

uma facilitação da desconstrução de paradigmas e reformulação de conceitos, oferecendo uma nova maneira de compreender e intervir em sua própria realidade.

Ainda de acordo com Scherer (2013), o teatro pode ser visto como uma prática social, pois tem o poder de questionar a sociedade, fazendo o homem pensar criticamente o seu cotidiano, materializando, assim, uma manifestação artística crítica. O desafio do teatro é disponibilizar instrumentos que possibilitem ao homem afirmar-se e desenvolver-se, produzindo pensamentos próprios.

Tal possibilidade se dá devido ao enriquecimento de personalidade que a arte garante ao sujeito, sem menosprezar o contexto social, mas de modo a reviver o passado e o presente da humanidade. Para Boal (2015), tal questão permite sua compreensão e possibilita a criação de perspectivas que apontem para um “futuro melhor”, em um sentido de dispor de uma formação que se difere da baseada na obtenção desenfreada de lucro.

Essas são as razões que justificam a criação do teatro do oprimido¹, que se propõe a trabalhar técnicas teatrais na busca de aproveitar e explorar as potencialidades presentes no teatro. A técnica, realizada através de jogos e exercícios, pretende despir os participantes da condição de espectador e torná-los protagonistas, não apenas de peças de teatro, como de suas próprias vidas. Por meio de etapas, a proposta dessa técnica teatral é remover dos sujeitos os atravessamentos da sociedade, que moldam até mesmo seus corpos e a forma como se portam no cotidiano, para que deixem de ser “objetos em cena” (Boal, 2015) e se sintam como os sujeitos detentores de direitos que, de fato, são.

Boal (2015) argumenta acerca da passividade em ser espectador, apenas observar o desenrolar de ações em uma cena, condição nas quais os sujeitos são cotidianamente condicionados em uma sociedade que não lhes dá opções para além de trabalhar exaustivamente para que possam sobreviver. Por essa razão, um dos principais propósitos da técnica teatral inventada por ele é romper com as barreiras que definem os sujeitos enquanto “atores”, “protagonistas” e “espectadores”, de modo que todo e qualquer um pode influenciar nas situações que ocorrem no palco. Por isso, o teatrólogo cria o termo “espect-ator”, um sujeito ativo e capaz de intervir, executar e avaliar toda e qualquer situação cotidiana.

¹ O “Teatro do Oprimido” é uma técnica teatral idealizada em 1979 pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, que tem como propósito levar seus praticantes, através do teatro, a refletirem sua realidade e se verem enquanto capazes de transformá-la. A técnica visa apresentar situações e cenários que incentivem seus participantes a ensaiarem soluções possíveis para o que lhes é apresentado, intervindo nas cenas que desenrolam em sua frente (Boal, 2015).

O espectador, ser passivo, é menos que um homem e é necessário reumanizá-lo, restituir-lhe sua capacidade de ação em toda sua plenitude. Ele deve ser também o sujeito, um ator, em igualdade de condições com os atores, que devem por sua vez ser também espectadores. Todas essas experiências de teatro popular perseguem o mesmo objetivo: a libertação do espectador, sobre quem o teatro se habituou a impor visões acabadas do mundo. (Boal, 2015, p. 169)

Através dessa técnica, o dramaturgo traça formas de se trabalhar a necessidade de aproximar as classes oprimidas do teatro, como forma de se apropriar do pensamento crítico, que por tempo demais tem permanecido nas mãos da elite. Dessa maneira, na busca por alcançar esse propósito, essas técnicas quebram as barreiras impostas ao teatro, envolvendo a plateia no espetáculo, diluindo a relação entre espectador e ator, onde todos assumem papel de protagonista capaz de transformar pensamentos em ações.

Assim, o teatro se manifesta como criação e contemplação, possibilitando àqueles que dispõem dele que rompam com a estrutura capitalista a qual são condicionados e enxerguem a realidade como ela é, sem as regras e os preconceitos que são impostos em seu cotidiano. Isso porque o teatro efetua a linguagem estética em todas as suas etapas, exercendo um potencial pedagógico ao incluir todos os seus participantes na ação. Não diz “faça”, mas sim “e se fizermos?” (Boal, 2009).

[...] o espaço físico, o espaço estético e o espaço cênico já são Estética mesmo antes que entre em cena o primeiro ator. Quando entra, seu corpo é pintura, escultura e dança. Quando pronuncia sua primeira frase, suas palavras são poesia, ideia e emoção. Sua voz é música. Seus atos são os atos estetizados de um cidadão. Não se trata apenas de tornar agradável o espetáculo, torná-lo estético mas de descobrir a verdade escondida atrás dos nossos hábitos mecanizados de pensamento e comportamento repetitivo do dia a dia. (Boal, 2009, p. 164)

Dentro dessa perspectiva, o teatro, principalmente técnicas teatrais como o “teatro do oprimido” de Boal, podem atuar enquanto função social que aproxima os sujeitos dos direitos humanos, em um sentido de se compreenderem enquanto detentores desses direitos, capazes de intervir no mundo que os circunda. Assim, podem se ancorar nas expressões artísticas para elaborarem concepções de direitos que não se limitem à lógica capitalista, tornando-se ativos nos conflitos sociais que exponham seus próprios interesses.

Desse modo, A Estética do Oprimido propõe uma revolução na cultura (Boal, 2009), visando democratizar a estética, como demonstração à população de que são capazes de serem os produtores das expressões culturais. Ela se configura como um método fundamental na luta contra a “Invasão de Cérebros” que os canais estéticos efetivam atualmente, colocando os oprimidos como os protagonistas dos processos estéticos.

E para que isso ocorra, Boal (2009) deixa explícito que a revolução precisa ocorrer de maneira educativa.

Não leva a cultura ao povo, mas oferece meios estéticos necessários para o desenvolvimento de sua própria cultura, com seus próprios meios e metas. Não apenas educa nos elementos essenciais de como se pode fazer, mas pedagogicamente, estimula os participantes a buscarem seus caminhos. (Boal, 2009, p. 166)

O teatrólogo se refere à Estética do Oprimido como um processo pedagógico, buscando possibilitar que os sujeitos se reapropriem de sua vocação de criar, para que questionem hábitos que são socialmente apresentados como certezas. Ela se configura como instrumento de análise de ações e fatos, para então converter pensamentos em ações que ultrapassem o cerne da imaginação e alcancem a realidade. E isso só é possível através das ações dos próprios oprimidos, para que criem e exerçam sua própria verdade.

É comum que haja, na mídia, uma tentativa de separar os sujeitos entre os “aptos” ou não, os que possuem “talento” para as artes, distanciando os sujeitos de sua criação (Scherer, 2013). Essa perspectiva contribui para o caráter alienante da arte e constitui como um dos processos de mercantilização dessa expressão cultural.

Como exposto no primeiro momento desse capítulo, a indústria cultural transforma arte em mercadoria, limitando quem pode acessá-la ou não. Nesse mesmo processo, também limita quem pode produzi-la, elitizando a produção cultural.

Essa alienação da arte retira dela um de seus principais pilares, que a sustenta enquanto trabalho para além de dimensão artística, contribuindo para a mercantilização dos sujeitos. Para Scherer (2013), a conversão da arte em moeda de troca define um “talento” para a criação artística com propósito de retirar dela seu caráter transformador e a converte em objeto, tornando arte e artista mercadorias.

A maioria das pessoas não tem acesso a produções artísticas, assim como não tem a possibilidade de produzir arte, de se constituir em agentes partícipes do processo de produção artística, uma vez que, além de não serem dadas oportunidades para os indivíduos participarem deste processo, o seu tempo se torna cada vez mais escasso, devido à longa jornada de trabalho a qual grande parte das pessoas devem se submeter para conseguir, quando possível, atender às suas necessidades humanas. (Scherer, 2013, p. 81)

Essas são as razões que levam Boal (2009) a dizer que de forma alguma a Estética do Oprimido busca levantar algum enfrentamento ao profissional que faz de sua arte sua profissão. Pelo contrário, busca libertá-los, para que não mais precisem se limitar à popularidade de sua

arte no momento de produzi-la, tirando-a do contexto de mercadoria para que possam criar sem se preocupar com valores econômicos.

A democratização proposta pela estética de Boal (2009) visa contribuir para um processo em que todos se reconheçam enquanto artistas, questionando socialmente a ideologia burguesa, através de seus próprios sentimentos e valores. De modo algum pretende criar novas formas de produzir criticidades através das expressões artísticas. A proposta é radicalizar as artes, atingindo o seu cerne como dimensão da vida humana, revelando o artista que há dentro de cada sujeito. E, para isso, deve ser feita de forma coletiva, pelos oprimidos para os oprimidos.

Para o teatrólogo, é um processo no qual o aprender se dá esteticamente, através do diálogo, trabalhando ideias abstratas e emoções concretas (Boal, 2009). Com isso, o propósito é contribuir para a criação de uma cultura popular brasileira autêntica, passando por todas as formas estéticas de se compreender a realidade e superando a cultura hegemônica.

Corroborando com a perspectiva de Gramsci (2014), que argumenta que a criação de uma nova cultura precisa se dar através das artes, expressão cultural local. Para o teórico, na vida há arte, e através dela, é possível travar uma luta que se oponha à hegemonia da ideologia burguesa. Por meio da arte, um novo grupo social pode nascer, com segurança em criar novas formas de se expressar, com novos sentidos.

Dessa forma, o escritor italiano argumenta que as artes possibilitam uma nova cultura, contra-hegemônica, pautada em uma sociedade que não se baseia na exploração do capital.

Parece evidente que, para ser exato, deve-se falar de luta por uma “nova cultura” e não por uma “nova arte” (em sentido imediato). [...] Lutar por uma nova arte significaria lutar para criar novos artistas individuais, o que é absurdo, já que é impossível criar artificialmente os artistas. Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade e, por consequência, mundo intimamente relacionado com os “artistas possíveis” e com as “obras de arte possíveis”. [...] Um novo grupo social que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, com uma segurança de si que antes não possuía, não pode deixar de gerar, a partir de seu interior, personalidades que, antes, não teriam encontrado força suficiente para se expressar completamente num certo sentido. (Gramsci, 2014, p. 60)

De tal maneira, esse capítulo buscou trazer a arte enquanto forma de expressão cultural, que permite ao sujeito compreender a sua totalidade e a si mesmo enquanto ser social. Por meio desse processo, é possível para os oprimidos ensaiarem formas de intervirem no meio em que se inserem, possibilitando ações futuras, como em um “ensaio para a revolução” (Boal, 2015).

Essas propostas de arte enquanto instrumentos de apreensão da realidade se tornam ainda mais relevantes ao consideramos o Brasil, em que o Estado contribui para o afastamento

da população da formação da cultura e suas expressões, favorecendo o processo de agravamento das expressões da questão social, e enfraquecendo as políticas culturais. Nesse cenário, o Estado se faz aliado das classes dominantes, preconizando leis e legislações que limitam as políticas culturais e disseminam expressões artísticas que corroboram com a ideologia hegemônica, afastando a população de seu acesso.

Em um contexto em que a palavra, a imagem e o som, canais estéticos fundamentais à vida humana, são cooptados pela classe dominante e utilizados para garantir sua dominação, repensar a cultura se torna urgente. O “Pensamento Sensível” é manipulado pelos meios de comunicação, de modo que mesmo no inconsciente dos sujeitos, a lógica do capital é reproduzida desenfreadamente.

Com isso, os símbolos culturalmente criados por toda a sociedade seguem ditando o sistema capitalista como a única alternativa possível de ordem societária, impedindo que a população faça valer seus interesses. Mesmo a democracia, regime político que deveria dar espaço para que todos os cidadãos influenciem na política de seus países, tem seu significado cooptado, e enfrenta desafios para funcionar de forma plena.

De modo algum esse trabalho visa apontar a democracia como um problema, ou propor sua dissolução, pelo contrário. Assim, como a estética do oprimido aborda a importância de tornar nítidos os processos de opressão intrínsecos à nossa sociedade, para que possamos refletir sobre eles e ensaiar formas de superá-los, apontar as contradições presentes na organização de regimes democráticos também é feito na intenção de identificar seus problemas para que seja possível melhorá-los. A democracia em Marx, que preconiza a participação popular acima de tudo (Pogrebinski, 2007), só pode ser alcançada em um contexto em que não haja alienação, possibilitando que a população de fato defenda seus interesses.

Dessa forma, mesmo que o atual cenário brasileiro, marcado pelo descaso com a população, tende a acirrar cada dia mais o conservadorismo e demais contradições políticas, o teatro pode surgir como um processo de quebra da hegemonia, devido ao seu potencial de expor criticidades. Através dele, seja enquanto espectadores de peças teatrais, ou enquanto atores responsáveis pelos espetáculos, essa expressão artística rompe com os conceitos já enraizados e podem somar nas lutas dos movimentos sociais, que exigem a efetivação de seus direitos básicos, buscando uma vida mais digna dentro da sociedade que tem enquanto vigente um sistema econômico que se baseia na exploração do homem sobre o homem.

O teatro, quando não, atravessado pelos interesses do capital, abre possibilidades de o indivíduo observar-se, ver-se em cena, ver-se no seu cotidiano e, deste modo, ter

uma visão de si mesmo e do mundo que o cerca a partir de um ângulo que normalmente lhe é oculto. O teatro dá ao indivíduo a possibilidade de desconstruir paradigmas e reformular conceitos, oferecendo-lhe uma nova maneira de intervir na sua própria realidade. (Scherer, 2013, p. 87)

Vale evidenciar que o teatro, assim como as demais artes, são uma prática social, que coloca o cotidiano em cena e disponibiliza instrumentos que podem contribuir no processo de desenvolvimento de pensamentos (Scherer, 2013). Para Prates (2007), as artes geram um processo de “contextualização” da realidade, que permite uma ampliação na visão de mundo dos sujeitos, de modo que possam mediar situações singulares de maneira mais profunda, ampliando leituras reducionistas da realidade. Tal questão auxilia na consciência humano-genérica, por suspender a realidade da vida cotidiana, e assim levando-os a superar a leitura da realidade na perspectiva apenas da singularidade.

Em uma sociedade tão conformada com a ideologia burguesa, tendo-a disseminada em todos os meios de comunicação nas quais os sujeitos têm contato, qualquer proposta que quebre esse cenário já possui em si caráter crítico. A cultura da passividade entremeia todos os meios sociais, e qualquer demonstração de perspectiva contra-hegemônica pode somar em um processo de rompimento da alienação.

Com isso, a manifestação artística presente no teatro, quando ele se propõe a ultrapassar a ideologia hegemônica e expressa uma perspectiva crítica, vai muito além do entretenimento, viabilizando o poder político para os indivíduos que tem contato com ele. Para isso, o teatro precisa começar depois que as cortinas se fecham, ao fim do espetáculo, através das reflexões realizadas pelo que foi desenrolado em cena (Boal, 2019).

No entanto, ainda que exista potencial transformador no ato de expectar uma peça de teatro, é importante frisar, como realce final para esse momento da discussão, que para que de fato haja uma criação de uma nova cultura, é necessário que a população se torne produtora de criticidades. Os canais estéticos por tempo demais sustentaram a ideologia burguesa, defendendo seus interesses. Por mais que a quebra do cotidiano, resultado do acesso às artes, possua caráter contra hegemônico, a superação da manipulação da estética só é possível por meio de instrumentos correspondentes.

De acordo com Boal: “Arte é objeto, material ou imaterial. Estética é forma de produzi-lo e percebê-lo. Arte está na coisa; Estética, no sujeito e em seu olhar” (2009, p. 22). Dessa forma, apenas ter contato com a arte não necessariamente exercerá um movimento de oposição à manipulação ideológica e quebra da alienação.

Pode ser que o teatro não seja revolucionário em si mesmo, mas essas formas teatrais são certamente um ensaio da revolução. A verdade é que o espectador-ator pratica um ato real, mesmo que o faça na ficção de uma cena teatral. Enquanto ensaia jogar uma bomba no espaço cênico, está concretamente ensaiando como se joga uma bomba; quando tenta organizar uma greve, está concretamente organizando uma greve. Dentro dos seus termos fictícios, a experiência é concreta. (Boal, 2019, p. 154)

Dessa maneira, é urgente uma estética que possibilite a criação de uma nova cultura, tendo a cultura popular como protagonista e os interesses da classe trabalhadora presentes. É necessário criá-la.

3. **IMAGEM:** O Serviço Social Brasileiro e sua Dimensão Educativa: A dicotomia entre a “imagem” do capital e a “imagem” da emancipação.

Disto se deduz a importância que tem o “momento cultural” também na atividade prática (coletiva): todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade “cultural social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo
(Gramsci, 2015a, p. 319)

O Serviço Social está intrínseco na complexa trama na qual se baseia nosso sistema societário, de modo com que possui contradições justificadas pela divisão das classes sociais estruturantes. Criado pelo Estado com o propósito de apaziguar a luta dessas classes sociais, por muitos anos, a profissão teve como fundamentação perspectivas positivistas, que cooperavam com o sistema capitalista. No entanto, na realidade brasileira, a partir do momento em que os profissionais assistentes sociais passam a se compreender enquanto parte da classe trabalhadora, por venderem sua força de trabalho como todos, há uma organização coletiva para que seja hasteado um compromisso com a classe a qual pertencem. Este processo é tensionado por disputas e contradições no interior da categoria profissional, e culmina em um movimento de reconceituação, tanto na América Latina quanto no Brasil, que em linhas gerais propôs a tentativa de ruptura com as raízes conservadoras da profissão.

Nessa direção, por mais que a expectativa do Estado e da classe dominante seja uma atuação de assistentes sociais que condiz com sua agenda política pendendo para os interesses do capital, a profissão possui um projeto ético-político que busca construir, em conjunto com o público usuário das diversas políticas sociais, uma diretriz hegemônica na profissão, buscando efetuar seu trabalho profissional na perspectiva da luta por uma nova ordem societária que não se baseie em exploração. Não sem desafios, tendo em vista que a profissão atua no âmbito das políticas públicas, formuladas pela classe dominante, integrando os mecanismos que buscam mantê-la enquanto predominante.

Nesse cenário, de acordo com Paulo Netto (2009) o Serviço Social é uma profissão que se consolida em um contexto em que o governo passa a requisitar profissionais capazes de responder às demandas de uma população atravessada por mudanças econômicas de sua abordagem autoritária. A ditadura militar que assolou o país de 1964 até 1985 pretendia uma

modernização, que o autor se refere como “conservadora”, por acelerar uma industrialização pautada em moldes globais, que visava atender interesses exteriores.

Nesse cenário, a população foi afogada em jornadas extensas e salários incondizentes que acarretaram um agravamento das expressões da questão social, ameaçando a ordem duramente estabelecida pelo regime militar. Há, então, uma reformulação das políticas sociais, voltadas às demandas da classe trabalhadora, exigindo qualificação teórico-prática dos profissionais que atuavam em sua execução, em contato direto com a população.

Para isso, o Serviço Social é inserido nas universidades, de modo que passa a haver debates profundos sobre as teorias que atravessam a profissão no Brasil. Dessa forma, é na necessidade de um Serviço Social que operasse conforme seus interesses, que “a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (Paulo Netto, 2009, p. 129).

Nesse contexto, os profissionais passam a questionar a prática profissional que era esperada, de modo que a ideologia burguesa é confrontada por novas teorias, que abarcavam os interesses da classe trabalhadora. É nos desdobramentos desse movimento que se reconceitua a profissão, a qual passa a ter uma interlocução com a teoria marxista. O exercício e os posicionamentos teóricos do Serviço Social tornam-se o ponto chave de estudos e pesquisas, e a contestação crítica e política das transformações econômicas e sociais do período passam a hegemonicamente guiar o debate de fundamentação teórica da profissão.

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. (Yazbek, 2009, p. 6)

Mesmo assim, há um tempo histórico, marcado por congressos, encontros e debates da categoria, necessário para que a teoria marxista fosse hegemonicamente adotada pela profissão. É no bojo desse movimento que um novo projeto profissional é coletivamente construído, afirmando um compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Nesse projeto, compreende-se que a repartição de classes da sociedade é estrutura fundante do sistema capitalista, de modo que só pode haver a equidade para os trabalhadores por meio da construção de uma nova ordem societária (Paulo Netto, 2013).

É esse cenário, de acordo com Guerra (2007, p. 1), que marca o “confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional”, de forma que há um condicionamento sócio-histórico de nossa sociedade atravessando a profissão, e colocando empecilhos para que seja alcançado aquilo que é preconizado como o esperado pelos profissionais. Com a consciência de classe trazida pela teoria crítica, há um questionamento das práticas institucionais, sendo que a teoria marxista desponta como aporte teórico e metodológico ao exercício de assistente sociais, trazendo um debate sobre o trabalho e seus processos como forma de se compreender os desdobramentos da sociedade.

Essa necessidade de uma interpretação estrutural da realidade acarretou uma aproximação profunda com a leitura ontológica da sociedade, fundada na teoria crítica de Marx (2017). Dessa forma, para que a profissão possa realizar uma atuação profissional que corrobore com seu projeto ético-político, questionando as relações de estrutura, conjuntura e cotidiano (Martinelli e Moraes, 2012) da sociedade, é fundamental que haja uma aproximação com as categorias propostas por Marx, pois elas se propõem a compreender as estruturas que exprimem as formas de modos de ser, determinações e existências do ser social.

Com o que foi exposto, torna-se notável que existe uma dicotomia entre a “imagem” de defesa dos interesses burgueses esperado para a profissão, que deveria propor uma perspectiva cultural que corrobore com a lógica vigente, e a “imagem” calcada na perspectiva de uma construção coletiva de uma nova ordem societária, que é hegemonicamente defendida pelos/as profissionais atualmente.

Por tais razões, para que possamos entender as propriedades teóricas e metodológicas que ditam a atuação profissional, é necessário que primeiro haja uma compreensão do contexto contraditório na qual a profissão atua. Sendo assim, esse capítulo tem enquanto propósito se debruçar sobre essas contradições que perpassam o Serviço Social brasileiro sobre seus vários eixos, para que se torne nítida a necessidade de uma aproximação com a dimensão educativa, como objetiva o trabalho.

Da mesma forma que é necessário que passemos por esses âmbitos na leitura da sociedade, como parte substancial e propriedade da profissão, é impossível mergulhar na dimensão proposta e explicar seus conceitos fundamentais sem que primeiramente compreendamos a “conjuntura” do Serviço Social, seu “cotidiano” e sua “estrutura” de atuação.

Com isso, esse capítulo tem enquanto proposta se debruçar nesses movimentos antagônicos. Por isso, primeiramente analisaremos o Serviço Social por meio de sua trajetória e rebatimentos na sociedade, para então compreender as complexidades que atravessam sua

atuação cotidiana, de modo que, por fim, possamos entender a instrumentalidade, que fundamenta as dimensões profissionais.

3.1. A “Conjuntura”: As perspectivas pedagógicas do Serviço Social brasileiro no contexto cultural

De acordo com Abreu (2002), ao longo da história, o Serviço Social brasileiro passou por diversos processos de adaptação ao modo de produção de cada período, atendendo às demandas do capitalismo ao exercer um controle social que buscava responder ao agravamento das expressões da questão social. Nesse contexto, as mudanças nas perspectivas culturais de cada década perpassam a profissão, de maneira que os movimentos que resultam em sua consolidação acompanham o desenvolvimento social e econômico do país.

No Brasil, sua gênese se deu em uma perspectiva positivista, pautada em um conceito de “ajuda” para a população em situação de desproteção social, passando por diversas mudanças até encontrar o norte crítico que hegemonicamente nos deparamos hoje em dia. Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, acompanhando os ideais morais que marcavam o período, a profissão se orientava por ideais cristãos, com setores da sociedade civil protagonizando o enfrentamento das desigualdades sociais.

Corroborando com a ideologia da lógica dominante, a questão social era rebaixada a uma visão psicologizante, individualizando suas mazelas e culpabilizando os sujeitos por sua condição de desproteção. Nesse cenário, imperava uma perspectiva de filantropia, que tratava as expressões da questão social como problemas de cunho moral e desresponsabilizava o Estado.

Com as mudanças no padrão de acumulação capitalista, há alterações nas configurações das forças de trabalho, que incidem no Serviço Social ao demandarem sua legitimação por parte do Estado. Dessa forma, o processo que culmina na consolidação da profissão não se configura somente como uma ação vinda por parte das altas classes da sociedade na necessidade de adequação aos modos de produção. Ele se desenha a partir do conjunto de determinações históricas que partem tanto da população, que necessitava de atenção a suas demandas, como resposta do Estado às inquietações da classe trabalhadora. Com isso, a institucionalização do Serviço Social ocorre em um contexto de adaptação aos movimentos culturais da época, que se modificavam conforme o contexto sócio-político do período.

Buscando acompanhar os demais países ao redor do globo, em ritmo mais atrasado do que os demais países da América-Latina, os governos brasileiros, imersos em um contexto de ditadura civil-militar, buscavam implantar uma “industrialização pesada” (Paulo Netto, 2009), no propósito de fortalecer o capital industrial. Nesse cenário, ocorreu uma reorganização dos aparatos institucionais que interferiam na questão social, adaptando-se ao novo modelo econômico que intencionava privilegiar, ainda mais, o grande capital em detrimento da população, cortando gastos voltados para o atendimento de suas demandas.

Houve um intenso agravamento da condição de pauperismo da população brasileira, forçada a acompanhar as novas demandas do capital com jornadas de trabalho intensas e salários cada vez mais insuficientes. Como reposta, o Estado precisou traçar estratégias para garantir o funcionamento acelerado da classe trabalhadora, no propósito de apaziguar qualquer possível revolta que o descontentamento com as condições complexas de trabalho pudesse gerar, como também para garantir o pleno exercício de suas funções.

Esse processo gera o que Paulo Netto (2009, p. 117) vai se referir como “a criação de um mercado nacional de trabalho para assistentes sociais”, que precisavam de bases teóricas para atender as demandas da burguesia para o controle da população, mas ainda reiterando as formas tradicionais com intervenções perpassadas por traços subalternos de culpabilização que reafirmassem a hegemonia do capital.

É importante pontuar que esse novo momento da profissão tinha como propósito que as práticas profissionais se embasassem em perspectivas positivistas, tecnificando o conservadorismo da atuação de assistentes sociais (Yazbek, 2009).

a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Yamamoto (1992, p. 21) denomina de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais). (Yazbek, 2009, p. 5)

É esse o contexto que marca a inserção da profissão nas universidades, trazendo novas vertentes teóricas para seu exercício, gerando sua renovação. O agravamento das expressões da questão social exigia que houvesse aportes teóricos e metodológicos que respondessem as demandas da população. Com isso, há a construção de um pluralismo teórico que buscava legitimar e validar a prática profissional, organizando os pressupostos que davam base à profissão.

Essas mudanças nos padrões de debates e produções intelectuais no país abrem espaço para que ocorra um Movimento de Reconceituação da profissão, que se desdobra a partir da busca pela validação teórica-metodológica da profissão. Buscando fundamentações de outros países, as novas teorias propunham repensar as concepções profissionais, como sua natureza, funções e objetivos. (Paulo Netto, 2009). Rompendo com a ideia conservadora que atravessava a prática profissional, que supunha uma homogeneidade de visões práticas.

Dentre as vertentes que adentram a profissão nesse período, se destacam a “modernizadora” (Paulo Netto, 2009) com suas características funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, seguindo a modernização conservadora preconizada pelo período histórico do país, e a “fenomenológica” (Paulo Netto, 2009), que com um debate voltado para a transformação social através do diálogo, em uma perspectiva que reatualizava teoricamente o conservadorismo presente desde os primórdios da profissão.

Mesmo que algumas dessas vertentes tivessem um propósito de conciliação de classes e manutenção da ordem do capital, é esse movimento de reconceituação da profissão que abre espaço para a chegada da teoria crítica, levando ao movimento de tentativa de ruptura com a abordagem ligada a ordem burguesa. Dessa forma,

[...] instaurando condições para uma renovação do Serviço Social De acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava. (Paulo Netto, 2009, p. 129)

Nesse contexto, a teoria marxista dentro do Serviço Social brasileiro toma corpo, principalmente através do intenso questionamento às práticas institucionalizadas que era preconizada pelos espaços sócio-ocupacionais onde os profissionais se inseriam. Ainda que com teorias conservadoras em seu início, nos anos subsequentes a reconceituação da profissão, o debate acerca do marxismo vai se fortalecendo, reconfigurando as linhas de fundamentação teóricas e metodológicas da profissão.

Não sem esforço. As demais teorias que despontaram com a aproximação intelectual demonstram como conservadorismo se fazia presente dentre os profissionais, de modo com que foram necessários intensos debates em encontros e congressos da categoria profissional para que o debate da teoria crítica fosse cada vez mais difundido. Por esses motivos, somado com os atravessamentos do capitalismo na profissão, que o movimento de reconceituação do Serviço Social e a chegada da teoria crítica propõe uma “intenção de ruptura” (Paulo Netto, 2009) com o conservadorismo, se opondo ao tradicionalismo da profissão.

Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). [...] Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista [...] e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: sua emersão inicial na primeira metade da década de setenta, permaneceu por longos anos um signo isolado. (Paulo Netto, 2009, p. 159)

É importante retomar que esse movimento crítico se deu em um momento em que o país se via imerso em uma ditadura civil-militar, com forte repressão a pensamentos de esquerda. Com isso, para além de pontuar a importância da chegada de novas bases teóricas na profissão quando levantamos a questão de sua renovação, também precisamos considerar o contexto político cultural do período, em que os assistentes sociais se viam cercados por censura e faziam coro com os demais setores da população que clamavam pela redemocratização do país.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade e latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um demandas das classes subalternas, novo projeto comprometido com as particularmente expressas em suas mobilizações. (Yazbek, 2009, p. 7)

Com a soma desses fatores, é criado o cenário necessário para a construção coletiva de uma direção ética e política para os profissionais, que os compreenda enquanto parte da classe trabalhadora e afirme um compromisso com seus interesses. É criado então o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, que tem como núcleo o “reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.” (Paulo Netto, 2006, p. 15).

Considerando que a forma como o capitalismo se estrutura, baseado na exploração desenfreada de uma parte da sociedade sobre outra, é impossível conquistar uma liberdade plena dos sujeitos, de modo com que o projeto também propõe a construção de uma nova ordem societária, que não se baseia na exploração de um grupo social sobre o outro.

Esse cenário também abre espaço para que ocorram os debates acerca da ética profissional afirmada em legislações que regulamentem o exercício profissional, regularizando legalmente o compromisso afirmado para a profissão. Com isso, a formulação do novo Código de Ética Profissional do Assistente Social se dá em 1986, sendo posteriormente reformulado em 1993 (Paulo Netto, 2013).

Nesse novo documento, são afirmados valores e princípios humanistas para guiar o exercício cotidiano, como o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos e a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia. Para além, se posiciona a favor da equidade e da justiça social, assim como o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. Quanto à atuação profissional, o código de ética traça para os profissionais a exigência do “compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com demais profissionais e trabalhadores.” (Iamamoto, 2009, p. 25)

Por mais que tenha demorado alguns anos para conquistar sua hegemonia dentre o corpo profissional, devido à heterogeneidade da categoria, esse novo projeto coletivamente construído pautava-se em ideais que acompanhavam, no período, a crescente perspectiva da sociedade de melhores condições para a classe trabalhadora, que contribuíram para o fim a ditadura e a do decreto da nova constituição 1988. Com isso, foi afirmada uma nova “direção social estratégica” (Batistoni, Silva, 2021, p. 84) para o Serviço Social, que se faz presente no corpo profissional até os dias atuais.

No entanto, a América-Latina teve seu capitalismo desenvolvido de forma hiper tardia, com assinalada dependência de países imperialistas, e marcada por uma revolução burguesa que ocorreu através de uma perspectiva colonial, mantendo o poder condensado nas mãos do mesmo grupo social. Com isso, quando nos propomos a pensar sobre as influências da organização da cultura na profissão, faz-se crucial refletir que uma sociedade com ideais pautadas em um capitalismo predatório tem uma perspectiva conservadora, duramente entremeada em suas instituições políticas e sociais, interferindo de forma profunda no Serviço Social.

Nesse cenário, quando nos propomos a tratar acerca do processo de renovação crítica da profissão, é crucial ressaltar que é abordado uma *intenção* de ruptura com a cultura neoconservadora, pois ela se insere em todos os espaços sócio-ocupacionais da categoria, que tem como principal empregador o Estado, que requisita da profissão formas de garantir sua manutenção. Dessa forma, buscar efetivar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é uma resistência constante, principalmente ao considerarmos que a economia brasileira segue tendo ranços profundos de seu passado dependente e colonial. Paulo Netto (2009, p. 161) exemplifica que há um “flagrante hiato entre a *intenção* de romper com o passado do Serviço Social e os *indicativos prático-profissionais* para consumá-la”

Com essa tendência cultural de organização social e econômica, o Estado brasileiro, assim como a maior parte dos demais Estados da América Latina, tem enquanto estratégia reduzir os gastos dos setores responsáveis pela proteção social quando há crises profundas em sua estrutura, visando manter o lucro das altas classes. Como resposta, o país é frequentemente atravessado por reformas que geram a informalização e agravamento da precarização do trabalho, como precarizações e uberizações, além de proteções sociais que se resumem a apenas gerir o pauperismo extremo de sua população (Batistoni, Silva, 2021). É, inclusive, esse processo histórico um dos grandes responsáveis por Estados autoritários, como a ditadura militar que assolou o Brasil e demais países da América-Latina, em uma forma rígida de garantia da dominância do capital.

Como forma de exemplificar essa questão, em seu texto, Batistoni e Silva (2021) trazem três eixos de impactos para o Serviço Social que se estruturam na forma como capitalismo brasileiro se organiza:

O primeiro deles é a precarização que perpassa o trabalho, articulada com a “gestão mínima do pauperismo extremo” (Batistoni e Silva, 2021, p. 88), que levou à flexibilização e terceirização da profissão, dando uma impressão de que o trabalhador virou um pequeno empreendedor, sem hora fixa para trabalhar e sem patrão, mas na verdade gera uma hiper exploração desprovida de direitos trabalhistas e proteção social. Essa modalidade também resvala na atuação de assistentes sociais, reconfigurando suas condições de trabalho e a forma com que se inserem em espaços socioocupacionais, com a terceirização de seu exercício profissional.

A terceirização perpassa outras esferas do mundo trabalho, atingindo a classe trabalhadora como um todo. O agravamento desse fenômeno de terceirização intensa tem sido denominado de “uberização do trabalho” (Antunes, 2023), expandindo-se com o aumento das plataformas de serviços digitais em aplicativos para celular. De acordo com Antunes (2023), esses novos espaços produtivos representam novas formas de acumulação no capitalismo contemporâneo, retomando formas pretéritas de trabalho semelhantes ao período do capitalismo de acumulação primitiva. As problemáticas que perpassam a terceirização envolvem a forte precarização do trabalho, que por não configurarem vínculo empregatício carece de direitos, mas que se disfarça ao vender uma ideia de que o trabalhador é o seu próprio patrão, dono de sua própria jornada de trabalho.

Cria-se, desse modo, uma disponibilidade enorme para o labor, possibilitada pela expansão do trabalho on-line, digital, pelos “aplicativos” e plataformas que se utilizam

cada vez mais intensamente dessa força de trabalho sobran­te que, entretanto, é apresentada pelas plataformas como “prestadora de serviços”, “trabalho autônomo”, configurando modalidades de trabalho que mascaram o trabalho assalariado, individualizando-o, invisibilizando-o e, assim, escapando da legislação social do trabalho existente nos países onde estas plataformas atuam. Trabalhadores/as se metamorfoseiam, então, em empreendedores, que devem imaginar seu modo de vida como uma forma de empresariamento, uma espécie de burguês-de-si-próprio. No entanto, o que se efetiva muitas vezes e sem que se perceba é a condição de proletário-de-si-mesmo. Parece florescer, então, uma curiosa figura, a do empreendedor-proletário (Antunes, 2023, p. 521)

Como segundo eixo, trazendo enquanto empecilho para o avanço da perspectiva crítica da profissão, os autores abordam sobre a precarização das condições formativas, assim como dos setores de ensino no geral, que têm acarretado uma grande abertura de cursos com ensino à distância e privatizações de universidades. Esses processos focalizam uma perspectiva produtivista, pautando em uma formação que se limita no requisitado pelo Estado e com caráter puramente informativo, que pouco se propõe a realização da crítica ao sistema vigente.

Como relação a esta questão, é necessário pontuar o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), que agravou o cenário ao sucatear ainda mais as políticas públicas voltadas para a educação, além de contribuir para a “demonização” das ciências humanas, e principalmente das vertentes teóricas que se propõe a criticar a ordem societária. Para além, também fomentou e protagonizou ataques profundos às minorias sociais, como pessoas negras, povos indígenas, a população LGBTQIA+ e mulheres, também realizando diversos discursos que reforçam a culpabilização da pobreza e exaltavam países imperialistas como os Estados Unidos da América, reforçando uma cultura de capitalismo dependente e de “devastação social” (Batistoni, Silva, 2021, p. 91).

Por fim, como terceiro e último eixo, os autores abordam a intensificação do conservadorismo através de vertentes teórico-práticas da profissão, que se reeditam e ganham espaço devido às condições cada vez mais complexas da realização do trabalho profissional. Como exposto anteriormente, o conservadorismo nunca deixou completamente o Serviço Social, mas ele vem ganhando força ao ocupar as lacunas deixadas pela precarização da atuação e formação de assistente sociais, que ocorre acompanhando o contexto de fragilização do mercado de trabalho como um todo.

Com isso, vem se intensificando perspectivas teóricas que se esgotam no imediatismo, focando apenas na prática profissional em si, resignando-se à ordem do capital. Para além,

Estas orientações ocupam o universo profissional reafirmando uma racionalidade abstrata que se impõe à prioridade ontológica. Valorizam o comando epistemológico e ou homogeneizam a modernidade ressaltando suas mazelas na trilha do

irracionalismo que nega qualquer abordagem histórico-crítica e ressalta a razão instrumental para o manejo da profissão. (Batistoni e Silva, 2021, p. 93)

Esse contexto também reforça o recrudescimento de tendências no campo de políticas sociais, justificando ações sociais assistencialistas, focadas na responsabilização da família, com perspectivas extremamente alinhadas com a ideologia neoliberal. Ainda, elas vêm se somando às perspectivas moralistas e religiosamente fundamentalistas, que ganham cada vez mais espaço e se assemelham com as perspectivas religiosas que marcam o início da profissão no país.

Com isso, se torna nítido como a cultura capitalista, que entremeia todos as esferas da sociedade, impacta de forma profunda a atuação de assistentes sociais, de maneira que efetivar o projeto ético-político hegemônico tem sido um desafio que se intensifica cada vez mais. Mesmo que a sociedade avance e formas mais explícitas de compreendê-la em seu cerne ganhem cada vez mais destaque, o sistema capitalista possui mecanismos que o adaptam as novas dinâmicas da sociedade, garantindo sua hegemonia, mesmo que tenha que acatar ideias progressistas.

Nesse cenário, nos vemos debatendo cada vez mais alternativas que visem fazer a vida nesse sistema mais suportável, ao invés de buscarmos de fato formas de superá-lo completamente. E tal questão se dissemina principalmente através do campo cultural, em que a cultura hegemônica naturaliza as formas de exploração capitalista.

É esse o contexto, atravessado de antagonismos devido à intensa luta de classes e às adaptações do sistema capitalista, sempre acompanhando as mudanças culturais momentâneas de forma profunda para garantir sua hegemonia, em que assistentes sociais atuam. Dessa forma, são diversos os atravessamentos conjunturais que atingem a atuação profissional, que são intensificadas devido a formulação das políticas sociais, âmbito nos quais os profissionais exercem sua prática cotidianamente.

3.2. O “Cotidiano”: A atuação do Serviço Social no âmbito do trabalho e das políticas públicas

Já é de amplo conhecimento que a história do Brasil é perpassada por um período de colonização intensa, em que todos os recursos produzidos no país eram utilizados para o enriquecimento de sua nação colonizadora, Portugal. Nesse processo, que atravessou séculos a

fio da história do país, a economia era voltada para a agricultura, produzindo insumos para serem principalmente exportados para os demais continentes.

Como realce inicial para a discussão, é importante frisar que o colonialismo consistiu em um regime político e econômico que visava a exploração e a dominação de uma determinada população sobre a outra, por meio de apropriação material e econômica. Ainda, tal processo ultrapassou questões financeiras ao manipular a subjetividade e o universo simbólico dos povos dominados, assim como seus costumes e linguagens, apoderando-se da cultura local e marcando profundamente seu modo de produções de conhecimentos (Quijano, 2005).

É necessário compreender que apesar da declaração de independência no Brasil ter ocorrido em 1822, e posteriormente ter se instaurado uma democracia – que sofreu, como sabemos, golpes ao longo de sua história – pouco mudou em relação à organização de sua economia. Isso é resultado da forma como ocorreram os avanços do capital industrial no país, que se deu de maneira distinta da maior parte das nações no hemisfério norte do mundo. As vias atravessadas que resultaram na chegada do “verdadeiro capitalismo” (Chasin, 2000) no Brasil são repletas de particularidades, principalmente devido a sua história enquanto colônia. Sendo assim, como realce inicial para a discussão, precisamos compreender como se desenrolou o processo de entificação do capitalismo no contexto brasileiro, refletindo sobre as diferenças e semelhanças com os demais países para mergulharmos em suas especificações.

Ao tratar sobre a entificação do capitalismo ao redor do globo, Chasin (2000) aborda sobre a capacidade desse sistema de se adaptar às mudanças da sociedade para garantir seu funcionamento, mantendo em foco seus interesses. A via prussiana, forma pela qual ocorreu a entificação do capitalismo alemão, demonstra essa questão, ainda que inserida em um contexto de feudalismo. Lentamente, as fazendas feudais foram deixando de existir para serem substituídas pelo modelo capitalista, de modo que não houve transição de poder. Aqueles que detinham as riquezas quando a sociedade se organizava em um modelo feudal se tornaram os burgueses do novo sistema. Dessa forma, a transformação ocorreu “pelo alto” (Chasin, 2000, p. 42).

Essa via se contrasta totalmente com o modelo norte-americano, que tem uma mudança brusca do modelo econômico para o modo de produção capitalista, acelerando suas forças produtivas. Para além, também garante melhores condições aos camponeses, que puderam ascender economicamente durante o processo de transição de sistemas societários.

Essas formas de entificação do capitalismo que o autor se propõe a discutir, de forma alguma, segundo ele, as configuram como algum modelo a ser seguido. O propósito do autor é buscar traçar paralelos entre elas e a forma como o capitalismo ocorre no Brasil, que se

assemelha à via Prussiana, para que possamos entender quais são as particularidades do modelo brasileiro. O capitalismo brasileiro e o alemão têm processos de entificação com acentuadas semelhanças, tendo em vista que em ambos os países, o poder em momento algum transicionou entre a população - a alteração no modo de modelo societário ocorreu “pelo alto”, ao conciliar perspectivas políticas para que ocorresse a adaptação ao sistema vigente. Para além, assim como na Alemanha, a presença de grandes propriedades rurais foi decisiva no nosso país.

Dessa forma, em ambos os casos, a expansão das forças produtivas se dá de forma lenta e gradativa, sem qualquer tipo de participação das classes populares, e com uma implantação de indústrias tardiamente, com diversos obstáculos sendo impostos por forças contrárias a essa “modernização”. O autor coloca que, para que haja mudanças, o “novo” precisa pagar “altos tributos para o velho” (Chasin, 2000, p. 44), para conciliar os avanços capitalistas.

No entanto, as semelhanças entre a entificação do capitalismo alemão e o brasileiro não vão muito além disso. Enquanto as propriedades rurais alemãs eram provenientes do sistema feudal, no Brasil sua organização procedia de uma perspectiva histórica com origem totalmente distinta, tendo em vista que os latifúndios do país resultavam de uma economia colonial. Para além, a industrialização alemã, mesmo que tardia, atinge seu ápice bem antes da brasileira, acelerando a partir de um dado momento e concedendo à Alemanha o título de imperialista ainda no século XIX. Com isso, Chasin (2000) classifica o *verdadeiro capitalismo* alemão como *tardio*, enquanto, dentro desses parâmetros, o Brasil se enquadraria em um capitalismo *hiper tardio*.

Pontuando essas diferenças, o autor prossegue se referindo à forma de desenvolvimento brasileiro como *Via ou caminho Colonial*, tendo em vista a influência que esse modelo econômico gerou na chegada do capital industrial no país.

É necessário compreendermos que o lucro proveniente da indústria é um capital fundamental para o sistema capitalista, tendo em vista que ele impera sobre a burguesia. Sendo assim, ainda conforme Chasin (2000), é ele quem marca o início do *verdadeiro capitalismo* em um país, se deparando com as condições sócio-histórica do lugar e se adaptando a elas para garantir seu funcionamento.

Ao tratar sobre as particularidades presentes no contexto brasileiro, aqui, a entificação do sistema capitalista é marcada principalmente pela forte existência de uma econômica agroexportadora, que bloqueia o avanço da indústria no país. “É apenas no bojo contraditório do auge e concomitante desequilíbrio do sistema agroexportador que a industrialização brasileira, de fato, tem início” (Chasin, 2000, p. 56).

Nesse cenário, anteriormente à crise no setor agrônômico, a exportação brasileira recebia investimento externo, dos países que compravam os insumos, afirmando uma ideia internacional de que o país tinha uma “vocação agrícola” (Chasin, 2000, p. 57). Os custos dessa exportação eram destinados a ela mesma, de forma que não angariavam investimentos para a indústria no país.

Arelado a esse contexto, para Quijano (2005), o colonialismo no Brasil marca de forma profunda a economia local, tendo em vista que a industrialização só passa a ganhar espaço em um contexto de crise, como forma de suprir demandas da própria elite. Nesse cenário, a indústria brasileira é pautada na colonialidade, favorecendo o mercado exterior e as exportações até a atualidade.

Para o autor, a colonialidade se constitui como a continuidade de práticas e perspectivas coloniais, expressadas nas relações políticas, econômicas e sociais do país.

Este foi o início do peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo. Para tal finalidade não era necessário reorganizar globalmente as economias locais, assalariar massivamente servos, nem produzir tecnologia própria. A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder. (Quijano, 2005, p. 135)

Dessa forma, Chasin (2000) expõe que foi apenas em 1930 que termina a hegemonia da economia agrário-exportadora e inicia-se uma industrialização no país, que só conquista uma predominância em sua renda interna em meados de 1956.

Dentro desse panorama, é crucial pontuar que o Brasil tem mais uma particularidade que o distingue completamente da via prussiana: a escravidão dos povos africanos e indígenas que assolou o país durante sua fase colonial. Durante esse período, a economia brasileira, de caráter agrário, se ancorava na exploração dos escravizados, que eram forçados a produzir os insumos que posteriormente seriam exportados. Nesse sentido, como pontua Mazzeo (2015), o latifúndio escravagista marca profundamente o desenvolvimento histórico-social e econômico do Brasil.

A isso acrescentamos que os elementos específicos engendrados por uma sociedade latifundiária e escravista não só aparecem na estrutura produtiva – forças produtivas/relações de produção específicas –, como também determinam os aspectos particulares superestruturais da formação econômico-social brasileira. (Mazzeo, 2015, p. 56)

Nesse contexto, Quijano (2005) expõe que as relações capitalistas de trabalho na época colonial se baseavam na exploração racial, tendo o trabalho assalariado como um privilégio para brancos. Com isso, por mais que o Brasil tenha se destituído do caráter de colônia há muito tempo, é uma das características do colonialismo o racismo como base das relações econômicas e sociais do país, afetando profundamente a vida da população negra e indígena em todas as suas esferas.

Arelado a esse cenário, a lógica racista na qual se pautava a colonização europeia sob a América-Latina traçou um padrão cultural que coloca o norte do mundo (Europa e Estados-Unidos) como centro do capitalismo (Quijano, 2005). Dessa forma, traçou uma “geografia social do capitalismo” (Quijano, 2005, p. 120), tendo a Europa como centro das atividades de produção a serem desenvolvidas.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2005, p. 121)

Com isso, se torna nítido que quando o sistema societário alcança um ponto em que o progresso social se torna necessário, devido às demandas pungentes das mudanças históricas, ele se adapta para garantir sua hegemonia. E é nesse contexto que o Serviço Social, profissão inerente ao sistema capitalista, surge.

Como exposto, o Serviço Social chega na América-latina em um período em que as demandas da população se intensificavam na medida em que o mundo do trabalho se reorganizava com as alterações do capital. Com o agravamento das expressões da questão social, o Estado precisava de formas para apaziguar a população e garantir que continuassem executando suas funções, de modo a manter a hegemonia da lógica burguesa.

Nesse contexto, o avançar da profissão ao longo dos anos tem uma relação intrínseca com o desenvolvimento do modo de produção da sociedade, seguindo no mesmo ritmo de suas mudanças. Assim, precisamos compreender que conforme a organização da cultura na sociedade se alterava, era, e ainda é, requisitado ao Serviço Social formas de responder as novas dinâmicas.

Mesmo a institucionalização da profissão e sua chegada nas universidades na América-Latina são frutos de novas requisições do modo de produção capitalista, ainda que marquem de forma tão profunda uma nova organização teórica da profissão, que resultou em um posicionamento crítico por parte dos profissionais.

Com essas questões expostas, como já abordado no primeiro momento desse trabalho, o uso como aporte teórico da perspectiva gramsciana de cultura, que a trata como intrínseca à sociedade. Retomando esse conceito, de acordo com Abreu (2002), a cultura se configura como o campo onde se efetivam as relações entre interesses econômicos, políticos e ideológicos, de modo que é por meio dela que a burguesia garante sua hegemonia.

E, como apresentado, o Brasil tem, assim como a maior parte dos países da América Latina, uma organização cultural traçada através do sistema capitalista, que se baseia principalmente em uma perspectiva colonial, marcada pela lógica do colonialismo. Nesse cenário, mesmo nos tempos atuais em que o capitalismo brasileiro se encontra mais consolidado, o país tem enquanto foco uma economia que se ancora na exportação agrícola para demais países ao redor do globo, de modo com que sua sociedade se organiza para garantir a hegemonia dos grandes latifúndios.

Como consequência, mesmo na atualidade, as políticas sociais brasileiras têm enquanto propósito facilitar a exportação de insumos básicos e importação de produtos manufaturados. Com isso, a economia se estrutura através de um modelo de acumulação flexível, compondo o que Antunes (2018) considera como desenho multifacetado da nova morfologia do trabalho, do modo com que as legislações trabalhistas e até mesmo a proteção social são pautadas por uma lógica produtivista, que contribui para a precarização do trabalho.

Eles são parte das forças sociais do trabalho que participam, direta ou indiretamente, da geração de mais - valor e da valorização do capital. São trabalhadores e trabalhadoras que oscilam entre a grande heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade, etc.) e a impulsão tendencial para uma forte homogeneização que resulta da condição precarizada presente em distintas modalidades de trabalho que se ampliam em escala global. Essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque não só na criação de novas formas geradoras de mais-valor, mas também no desencadeamento de novas lutas sociais, das quais os assalariados da indústria, da agroindústria e de serviços têm tido papel de relevo (Antunes, 2018 p. 157).

Nesse contexto, o Serviço Social se vê frente um cenário complexo de precarização das políticas sociais, tendo que articular sua atuação profissional com as demandas do capital, que exigem um apaziguamento e submissão à ordem da classe trabalhadora, com seu próprio projeto ético-político. Ainda, o contexto neoliberal aliado ao colonialismo brasileiro aprofunda as

desigualdades sociais e requisita à profissão um enfrentamento qualificado das expressões da questão social, na defesa dos interesses da população.

Atrelado a esse cenário, faz-se necessário abordar que o Serviço Social é tido, por Raichelis (2017), enquanto “expressão do trabalho coletivo”, atuando na prestação de serviços vinculados às políticas sociais como mediação privilegiada (mas, como aponta a autora, não exclusiva) em seu trabalho profissional, na perspectiva de responder às expressões da questão social. Retoma que a profissão resulta das relações sociais contraditórias, que estruturam o capitalismo desde sua gênese, participando da produção e promoção de serviços e direitos sociais, em resposta às necessidades trazidas pelos grupos e classes sociais, especialmente as frações pauperizadas da classe trabalhadora.

É importante pontuar que as políticas sociais, âmbito na qual os profissionais assistentes sociais atuam, foram fortalecidas na “Constituição Cidadã”, criada em 1988, com a institucionalização da Seguridade Social no país. Tais políticas afirmam os direitos dos cidadãos brasileiros, de modo a cobrir, reduzir ou prevenir situações de risco e desproteção social (Yazbek, 2009) que possam atingi-los. Elas buscam, em sua teoria, criar um cenário de proteção social, de modo a atender a parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para que saiam dessa condição.

No entanto, indo na contramão ao que é proposto, os anos que seguem a criação da Constituição de 1988 são marcados por uma intensa precarização das políticas sociais, restringindo o acesso da população a elas e falhando em atender suas demandas. Com isso, boa parte da população brasileira se encontra imersa em um contexto de falta de acesso a políticas de assistência, saúde, educação, segurança pública e demais políticas que compõe a esfera da proteção social no país, agravando o cenário de pauperização.

É sempre oportuno lembrar que, nos anos 1980 e 1990, a somatória de extorsões que configurou um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, conviveu com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste de economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. (Yazbek, 2009, p. 14)

Nessa perspectiva, faz-se necessário ressaltar que as políticas públicas assumem sua relevância ao buscar maneiras de conduzir a classe trabalhadora, respondendo às demandas produtivas do capital, na mesma medida em que objetivam exercer o papel de atender as necessidades da população, que surgem conforme se adequam aos processos de produção do

sistema econômico vigente. Elas possuem em si uma função de atuar no avanço da conciliação de classes, no sentido de criar as devidas condições para manter as massas populares ativas em seus trabalhos, ao mesmo tempo em que atendem às demandas daqueles que, de acordo com os interesses do capital, não conseguem se encaixar enquanto força produtiva, além dos que já foram esgotados pelo trabalho ou ainda não atingiram a idade necessária para se tornarem trabalhadores.

Este sedimento da população, chamado de exército industrial de reserva, são classificados por Marx (2017), enquanto os que se enquadram em situações de pauperismo, colocando que há um período hábil para um sujeito poder se enquadrar enquanto trabalhador, definido por sua idade. Nessa perspectiva, para garantir uma produção com um gasto reduzido para os patrões, se estabelece uma necessidade de haver mais mão de obra disponível do que o sistema é capaz de empregar, de modo que aqueles que não se encaixam nos padrões exigidos são excluídos pelo sistema e sobrevivem em situações miseráveis. Assim, as políticas públicas se configuram enquanto uma das respostas do Estado para garantir a manutenção e hegemonia do sistema burguês, atuando de maneira contraditória ao regulamentar as condições de trabalho ao mesmo tempo em que também, por meio das políticas sociais, atendem as demandas trazidas por aqueles que não se encaixam no que é exigido do Capital para se tornarem trabalhadores.

Há diversas contrariedades que atravessam as políticas de proteção social no Brasil. De acordo com Sposati (2013), primeiro, elas buscam amenizar as vulnerabilidades causadas pelo próprio sistema que se ancora na exploração desenfreada de uma classe social sobre outra, e depois, no contexto brasileiro, fazem isso por meio de financiamento que transita entre o campo público e o privado, muitas vezes se dando por meio de uma lógica contributiva, levando a uma desresponsabilização por parte do Estado.

Sob esse entendimento, a luta pelo reconhecimento de Direitos Humanos e Sociais no âmbito da proteção social lhe imprime marcas significativas que aproximam o Serviço Social e a direção de seu projeto ético político desse campo de prática. [...] É sob essa perspectiva que a ação profissional do assistente social constrói suas possibilidades de exercício da prática que é, ao mesmo tempo, contínuo confronto com as reduções que se processam no caminho da igualdade de uma ação que busca entender o mais possível o alcance de direitos. (Sposati, 2013, p. 664)

Além disso, as políticas públicas são um componente essencial da circulação do capital, uma vez que o Estado as utiliza para realizar compras, transferir renda e contratar forças de trabalho (Raichelis, 2017). Dessa forma, o fundo público expressa os recursos estatais direcionados para financiar a acumulação, formando uma relação complexa entre as

necessidades do Estado e as do capital. Essa dinâmica contribui para a regulamentação do capitalismo, priorizando os interesses da acumulação em detrimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

Apesar de não haver produção direta de mais-valia no trabalho do setor público, o Estado se torna o principal explorador e violador de direitos, regulamentando as condições de trabalho e reproduzindo a lógica burguesa. As políticas sociais são utilizadas para defender os interesses do capital, determinando a quantidade de recursos destinados a atender às necessidades daqueles que não se encaixam nos padrões de trabalho ditados pelo sistema.

Nesse contexto, é importante retomar que o projeto ético-político afirma um compromisso com a classe trabalhadora e seus interesses. Contudo, foi atribuído para a profissão, por parte do Estado, outro objetivo: o da conciliação de classes. É esperado, então, que assistentes sociais, através das políticas sociais, atuem para apaziguar qualquer eventual descontentamento que a classe trabalhadora demonstre com o sistema capitalista, contribuindo para sua manutenção. Dessa forma, buscar efetivar o projeto profissional em um cotidiano atravessado por tantas complexidades é um grande desafio para os profissionais, tendo em vista de que ambos possuem objetivações diferentes. Nessa direção, os profissionais encontram em sua atuação o conflito entre o que lhes é profissionalmente atribuído pelas instituições a qual se inserem e o que é preconizado pelo seu projeto profissional.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva para que se possa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade e OS processos de sua produção e reprodução ampliada; para projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. (Iamamoto, 2004, p. 17-18)

Arelado a esse cenário, para que possam exercer sua profissão, os assistentes sociais precisam dispor de meios e instrumentos de trabalho que nem sempre são sua propriedade, de modo que são colocados à disposição pelos seus empregadores, podendo ser instituições públicas ou privadas. Destacam-se infraestrutura material e financeira, como o desenvolvimento de programas, projetos e benefícios (Raichelis, 2017).

Por mais que haja uma relativa autonomia na profissão, respaldada pela legislação profissional (Iamamoto, 2004), ela ainda se encontra subordinada a questões econômicas e políticas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais em que os profissionais atuam,

considerando que eles se constituem enquanto trabalhadores assalariados. Com isso, eles são submetidos às requisições institucionais, de forma com que sua atuação, ainda que com uma intencionalidade repleta de conteúdos críticos, encontra-se limitada pelos recursos que lhe são disponibilizados, e cerceada pela lógica burguesa.

Tal questão é intensificada pelo fato de que o principal empregador de assistentes sociais é o Estado, que estabelece essa relação com o objetivo de que profissionais utilizem das políticas públicas para apaziguar as demandas geradas em decorrência da questão social. Desse modo, por mais que haja a elaboração de estratégias, por parte dos profissionais de rumar na contramão a essa perspectiva, a atuação profissional é cerceada pelas intenções do Estado, que busca uma conciliação de classes.

Dentro desse contexto, os desafios contemporâneos que perpassam o mundo trabalho também atingem o Serviço Social, como o “desemprego maciço e prolongado; informalidade em grande proporção; grande rotatividade; desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, queda do nível de renda medida do trabalhador;” (Iamamoto, 2004, p. 14). Com isso, as precarizações que vem atravessando a classe trabalhadora como um todo no Brasil também impactam o cotidiano de assistente sociais, devido a sua condição de trabalhador assalariado como os demais.

Para além, o Estado também tende a terceirizar essa relação de trabalho, responsabilizando instituições de terceiro setor a atender as demandas que não consegue suprir. Devido ao avanço cada vez mais forte do neoliberalismo, que trata as políticas públicas com uma lógica mercantilista, é retirado dos serviços sociais sua dimensão de direitos, exaurindo o significado do que significa ser “público” (Raichelis, 2017). Com essas instituições, passa a haver uma nova leitura de execução de política públicas, em uma esfera “publica não estatal” (Iamamoto, 2004, p. 32), executadas por “organizações da sociedade civil de interesse público” (Iamamoto, 2004, p. 32), que marcam uma desresponsabilização do Estado.

Chama a atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre o terceiro setor e sociedade civil, cuja polissemia é patente. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas *entidades civis sem fins lucrativos* –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao “bem comum”, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e da violência. (Iamamoto, 2004, p. 32)

Dessa forma, o trabalho de assistentes sociais inseridos nessas instituições é atravessado pela perspectiva filantrópica, que geralmente pauta essas organizações, atuando com as

políticas públicas em âmbitos privados. Ainda, esse setor é marcado pela precarização de vínculos empregatícios, que fragmenta o mercado de trabalho e pode alterar as atribuições profissionais e assim efetivar uma direção conciliadora.

Ainda quanto à precarização perpassando a atuação de assistentes sociais, a formação profissional também é atravessada pelo intenso cenário de fragilização, através da oferta irregular de estágios dentro do âmbito de Serviço Social. São muitas as instituições que ofertam vagas com a denominação de estágio para diminuir o salário ofertado, responsabilizando estudantes em processo de formação atribuições relativas a profissionais formados, exigindo as mesmas responsabilidades profissionais, com jornadas de trabalho semelhantes e a execução das mesmas funções. Tal fato, bastante presente nas universidades que ofertam o curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social, denominando de “estágio docência” vagas para a responsabilidade completas de oferta e organizações de disciplinas para a graduação, contribuem para a precarização da profissão, e a afasta do que é preconizado em seu projeto ético-político.

Através das perspectivas apresentadas, compreender a profissão como intrínseca aos processos de trabalho é entender que ela está essencialmente vinculada aos interesses da classe dominante, e aos movimentos antagônicos que fundamentam o capitalismo. É no bojo desses conflitos cotidianos que assistentes sociais atuam, mediando os processos de conciliação entre as classes enquanto buscam formas de se desvincular das estruturas institucionais e burguesas que limitam sua atuação.

Ainda que enfrente obstáculos, a categoria profissional busca formular estratégias que fujam da reprodução das estruturas dominantes, visando atender as necessidades dos usuários que são “condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformando em demandas profissionais, reelaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais” (Iamamoto, 2004, p. 24).

Portanto, as condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social. Os objetivos e projetos propostos, que direcionam a ação, têm uma importância fundamental, na afirmação da condição dos indivíduos sociais como sujeitos da história (Iamamoto, 2004, p. 25)

Por fim, as políticas sociais, que atuam como uma estratégia de controle da ordem social, são implementadas através do Serviço Social, tornando a profissão instrumento para a

manutenção da ordem burguesa (Guerra, 2007). Atravessado pela divisão sociotécnica do trabalho e perpassado pela condição de assalariado como as demais profissões, é atribuída à atuação profissional a função de reproduzir as relações capitalistas de produção.

No decorrer desse trabalho, os conceitos de instrumentalização, instrumentalidade e suas diferenças se tornarão mais nítidos, conforme retomamos as condições sócio-históricas que perpassam essa categoria na profissão. No entanto, é impossível pensar as propriedades do Serviço Social sem antes nos propormos a refletir acerca dos conceitos fundantes da sociedade, assim como a consolidação da profissão e todos os rebatimentos que atravessam a sua atuação, ancorada nas políticas sociais.

3.3. A “Estrutura”: A instrumentalidade e suas dimensões como fundamentação da atuação profissional

Como as demais profissões, o Serviço Social possui teorias que fundamentam a sua atuação profissional, baseadas em suas intenções e nas requisições contidas nos espaços sócio-ocupacionais que o empregam. Como visto nos demais momentos desse trabalho, a profissão é conduzida, de forma hegemônica, por uma teoria crítica, propondo ir à além das exigências dos empregadores, que geralmente buscam uma orientação rumo a conciliação de classes.

Dessa forma, quando alinhado ao seu projeto ético-político, há uma profunda diferença entre a intencionalidade que o profissional dispõe em sua prática, e as requisições limitantes contidas nas políticas públicas e nas instituições onde se insere. Essas intenções entremeiam os seus instrumentais de atuação, perpassando seu cotidiano.

No entanto, acompanhando os demais momentos desse trabalho, refletir sobre instrumentalidade também perpassa o contexto capitalista que fundamenta nossa sociedade. Para além de uma categoria que concerne o Serviço Social, a instrumentalidade tem em si um significado ontológico, que se baseia nos processos de trabalho do ser humano, atualmente distanciado de seu verdadeiro propósito e voltado para a sobrevivência na sociedade do capital.

Dessa forma, nos propor a pensar na instrumentalidade do Serviço Social é nos debruçar sobre o trabalho em sua totalidade, pensando-o como na articulação entre teleologia e causalidade (Costa e Madeira, 2013). O trabalho, por sua vez, consiste em um processo em que o indivíduo transforma a natureza enquanto transforma a si mesmo, por adquirir conhecimento enquanto realiza a atividade. Em resumo:

[...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural pra satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana, e portanto independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 2017, p. 38)

Para Marx (2017), essa atividade desenvolvida de maneira consciente é o trabalho social, que distancia o “homem” do animal, pois este trabalha apenas para suprir uma necessidade imediata, de forma inconsciente. Nesse contexto, o “homem” supera sua condição de dominado ao transformar a natureza através do trabalho, ao mesmo tempo transformando a si mesmo. No ponto de vista ontológico, o que distancia o trabalho de qualquer outra atividade desenvolvida por animais na natureza é o fato de que sua realização possui um propósito, idealizado antes mesmo de sua finalização. Dessa forma, o trabalho é a categoria fundante do ser social, e conseqüentemente funda todas as reproduções sociais e seus complexos.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2017, p. 255-256).

Ao pensarmos nessas questões aplicadas ao Serviço Social, precisamos compreender o trabalho enquanto determinante da função social da profissão. Para além, como expostos anteriormente, é importante entender a posição que a profissão ocupa como trabalho assalariado, na produção e reprodução da lógica do capital. Todas essas questões são relevantes pois a instrumentalidade consiste em uma propriedade da profissão que visa expor a intencionalidade da atuação frente às demandas da população (Guerra, 2007).

De acordo com Guerra (2007) todo trabalho social é dotado de instrumentalidade, por estar atravessado de uma intencionalidade. Como exposto, trabalho consiste no processo realizado pelos “homens” de transformar a realidade ao manipularem objetos, instrumentalizando-os para que atendam sua necessidade. Essas questões são condicionadas ao atendimento das necessidades, sejam materiais, como comer e dormir, ou espirituais, como reflexões relativas à mente.

Com isso, a autora explica que o processo de trabalho é “um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios das condições objetivas e subjetivas” (Guerra, 2007, p. 3). Sendo assim, o movimento que consiste em transformar a natureza se configura como trabalho,

que ocorre através da modificação de condições para alcançar determinadas finalidades. Essas finalidades, por si só, serão dotadas de uma intenção, dependente da subjetividade do sujeito que executa a ação.

Enquanto realiza essa transformação, o sujeito em questão também se transforma, alterando sua consciência, linguagem, hábitos e compreensões sobre a sua realidade, produzindo o mundo material e imaterial que os cerca. A instrumentalidade, então, se configura em transformar em instrumentos meios e objetos para que, através de uma intenção, eles se tornem algo útil para aquele que executa a ação.

Sendo assim, no Serviço Social, a instrumentalidade da profissão consiste na alteração das condições existentes no cotidiano profissional em meios que possibilitem o alcance dos objetivos almejados. É por isso que a instrumentalidade transmite a intencionalidade da ação profissional, objetivando-a em respostas. Guerra (2007) argumenta que a instrumentalidade vai sendo adquirida conforme o profissional concretiza seus objetivos, aplicando sua intenção como respostas profissionais.

Em suma, é por meio da instrumentalidade, “adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível cotidiano” (Guerra, 2007, p. 2).

Com o contexto capitalista que perpassa nossa sociedade, a instrumentalidade do trabalho, ao ser resumida na compra e venda de força de trabalho, transforma o homem na própria mercadoria, convertendo-a em uma “instrumentalização das pessoas” (Guerra, 2007, p. 5). Ao invés de trabalhar por suas próprias finalidades, os sujeitos passam a trabalhar pela finalidade de outro sujeito, na busca pela garantia de sua subsistência em um sistema baseado no lucro, de modo com que sua condição passa a ser a permanência na ordem burguesa. O processo produtivo capitalista converte, então, as práticas sociais em instrumentos de reprodução do próprio capital.

Dessa forma, as profissões se configuram como respostas às necessidades sociais, qualificadas e institucionalizadas, relacionadas às classes sociais. E o Serviço Social, assim como as outras profissões, é parte dessa divisão social e técnica do trabalho.

Como anteriormente exposto, o Serviço Social tem como papel atribuído pelo Estado de intervir nas refrações da questão social, por intermédio das políticas sociais, espaço sócio-ocupacional em assistentes sociais atuam (Guerra, 2007). Nesse processo, há uma institucionalização da profissão, que atinge a intencionalidade aplicada na atuação profissional.

Na posição de trabalhador assalariado, o profissional precisa seguir o que a instituição na qual se insere espera, para que possa manter suas condições objetivas que ditam a necessidade da venda de sua mão de obra.

Nesse contexto, ainda como abordado em outro momento desse texto, há uma instrumentalização da profissão que é utilizada pelo Estado na finalidade de manutenção da ordem do capital. Na mesma medida em que os sujeitos são convertidos em instrumento dentro da lógica do capital, o Serviço Social também é convertido a essa condição, atuando a serviço da lógica burguesa, reproduzindo as relações de produção capitalistas.

A instrumentalidade da profissão, de acordo com Guerra (2007), também está nas respostas profissionais, dadas frente às necessidades das classes sociais, advindas do capital e do trabalho. Ao requisitar soluções perante as vulnerabilidades nas quais são condicionados, a população busca as políticas sociais como alternativa direta e imediata as suas questões. Na mesma medida em que os instrumentais da profissão são requisitados pelas classes hegemônica, as classes antagônicas também requisitam intervenções profissionais que traduzam suas demandas.

Com isso, funções como operacionalizar, executar e implementar políticas sociais se constituem como instrumentos da atuação de assistentes sociais, na reprodução da sua força de trabalho. Para além, intervir nas condições objetivas e subjetivas da vida dos sujeitos, buscando mudanças de valores, comportamentos e atitudes, também se constituem como meios de hastear a busca por modificar as variáveis do contexto social das populações vulnerabilizadas.

Guerra (2007) frisa a relevância do cotidiano dos sujeitos, tanto do público usuário quanto das categorias profissionais, por ser onde o assistente social exerce sua instrumentalidade. É no cotidiano que se encontram as demandas imediatas, e, dessa forma, se busca repostas imediatas.

O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos, por isso um espaço ineliminável e insuprimível. As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano, que implicam na ausência de mediação, só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional. (Guerra, 2007, p. 9)

Embora sejam dotadas de natureza segmentada e manipulatória e limitadas a situações emergentes por responderem às demandas contraditórias do capital, as intervenções exigidas

dos profissionais, pelo mesmos instrumentos, no contexto da instrumentalidade, podem atender apenas a fins imediatos para situações que tendem a percepções individuais, através de intervenções que geralmente se esgotam em contextos práticos e segmentados da realidade social, como podem compor as demandas trazidas pelo público usuário, e constituem parte da atuação profissional.

A atuação profissional não deveria esgotar no imediatismo da reprodução e manutenção da ordem burguesa. É por isso que não deve haver uma simplificação da profissão à sua dimensão instrumental, que garante a eficácia operatória da profissão, mas a reduz a responder as demandas e exigências do mercado de trabalho.

Da mesma forma que as demandas nas quais os profissionais se deparam são repletas de complexidades que perpassam a realidade da população (como questões culturais, políticas e ideológicas), as respostas dadas a elas também precisam dotar de caráter crítico, se inscrevendo no campo de valores éticos, morais e políticos, respaldadas pelos referenciais teóricos e políticos que ditam a profissão (Guerra, 2007).

Sendo assim, de acordo com Martinelli (2006), é necessário que o profissional interprete a realidade que está sendo colocada em cena, buscando desvendar suas determinações através de uma análise de conjuntura. Há forças sociais que tensionam a sociedade e refratam na vida da população, e nenhuma realidade se constitui de forma estática ou linear, de modo que, para que a atuação de assistentes sociais se dê de forma ética, é necessário que haja uma leitura que busque mediar os contextos em questão.

Esbarramos em uma das categorias de Marx (2017), a mediação. Atrelado ao contexto de trabalho, a mediação consiste na capacidade de compreender o real de uma forma que seja possível transformá-lo (Martinelli e Moraes, 2012). Para isso, é preciso que a realidade seja compreendida em sua totalidade, considerando as relações presentes no movimento dialético da história.

“É na dialética entre o universal e o singular que se encontra a chave para desvendar o conhecimento do modo de ser do ser social” (Martinelli e Moraes, 2012, p. 5). Ou seja, é no campo das mediações que se faz possível uma aproximação com o real, permeando a singularidade dos sujeitos e desvendando as questões que delimitam o seu modo de ser. Dessa forma, se nega a imediaticidade, compreendendo que os seres sociais possuem particularidades que são ditadas pela vivência genérica que os atravessam.

Portanto, a partir da categoria mediação, por meio da razão teórica do movimento inerente ao real, possibilitará conhecer a realidade e dissolver a aparência fenomênica, própria da facticidade (imediaticidade). Partido dos fatos empíricos, provocando

passagens e conexões, deslocando-se do abstrato e buscando o máximo de mediações apreendendo a processualidade e os nexos lógicos que articulam os fatos, alcançando assim, a síntese de múltiplas determinações. (Martinelli e Moraes, 2012, p. 6)

De acordo com Guerra (2007), é apenas através da mediação que a atuação profissional de assistentes sociais pode romper com o imediatismo inerente à dimensão instrumental de seu trabalho. Para isso, é necessário que haja conhecimento acerca da questão social e as dimensões que a constituem, para que seja possível traçar estratégias capazes de orientar a atuação profissional em suas intervenções.

Tratando-se da intencionalidade na qual a profissão é pautada, a mediação é uma categoria que se interpõe em uma atuação que se comprometa com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social. O profissional pode igualmente realizar uma atuação que se limite à lógica burguesa, tratando das questões aparentes que lhe surgem, imprimindo uma direção alienante nos instrumentais utilizados.

Quando a demanda de um indivíduo chega até o profissional assistente social, ela aparece com caráter singular, como um problema individual e isolado, como uma imediatricidade. Dessa forma, a mediação possibilita uma aproximação com a realidade do público usuário, efetivando a passagem entre a relação contraditória da reprodução da ideologia dominante com um processo de consciência contra hegemônica (Martinelli e Moraes, 2012).

Guerra (2007) argumenta, então, que a instrumentalidade é uma mediação do Serviço Social, por permitir que atuação profissional vá para além de ações instrumentais e exerça intervenções críticas e efetivas. É por meio do campo da mediação que a cultura profissional se movimenta, onde as referências teóricas e metodológicas da profissão se efetivam como leitura da realidade.

A instrumentalidade é a totalidade do Serviço Social, que é constituída de suas múltiplas dimensões: técnico-operativa, ético-político e teórica-metodológica. É por meio do conhecimento crítico, construído através de pesquisas e estudos acerca das ciências sociais, que a profissão realiza o desvendamento das determinações da realidade, e através da relação dialética entre teoria e prática, supera as burocracias intrínsecas ao cotidiano.

Por essa razão, as dimensões metodológicas do Serviço Social são de extrema importância para a atuação profissional. Quando desprovida de teoria, a prática se limita aos seus instrumentos operativos, sem efetivar a leitura da realidade através da mediação, tornando-se mera replicadora da ideologia dominante.

Nesse contexto, é importante frisar que quando abordamos a questão do trabalho profissional, é considerado o contexto sócio-histórico na qual a profissão se insere, inerente à

sociedade capitalista (Iamamoto, 2009). Com isso, o trabalho profissional deve englobar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades profissionais que se centrem em uma profissão interventiva.

As dimensões teóricas e metodológicas que devem guiar a atuação profissional foram fundamentadas pela história, teoria e métodos que perpassam a profissão no país (Pereira, 2015), anteriormente analisados nesse capítulo. Com isso, a intervenção dos profissionais deve ser composta por dimensões que busquem se aproximar da realidade da profissão, indissociáveis entre si.

Dessa forma, é preconizado que os profissionais não apenas operacionalizem a sua atuação, mas busquem uma construção intelectual, ontológica e metodológica do fazer profissional (Pereira, 2015). E para tal, é necessário que haja uma profunda leitura acerca do contexto social na qual o público usuário se insere, articulando esses conhecimentos para que haja uma intervenção que atenda às necessidades da população.

De forma alguma buscamos afirmar que as técnicas, operacionalizações e instrumentos profissionais devam ser descartados, pelo contrário. Elas constituem importante processo do exercício de assistente sociais e delimitam a busca pela efetivação dos objetivos intencionados. Esses conjuntos de táticas e técnicas instrumentalizadoras do fazer profissional, que buscam implementar por meio da ação as direções políticas e metodológicas da profissão, constitui a dimensão técnico-operativa do Serviço Social (Santos, 2013).

De acordo com Santos (2013), o termo “dimensão” abarca as propriedades de algo, no sentido de suas direções, princípios e pressupostos. Quando abordamos as dimensões do Serviço Social, estamos nos referindo aos elementos constitutivos da profissão, que o estrutura no âmbito das reflexões e projeções de pensamento, transformando-o em ações.

Quanto às demais dimensões que constituem o Serviço Social, são aquelas já desmiuçadas no decorrer desse capítulo. A dimensão teórica-metodológica se “refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional.” (Pereira, 2015, p. 5). Ou seja, ela abarca a teoria profissional, cujas mudanças acompanham os avanços econômicos e culturais do Brasil no processo histórico de consolidação da profissão, até chegar à teoria hegemonicamente adotada no período atual, que se constitui como a teoria crítica.

Compreender a dimensão teórica-metodológica do Serviço Social é mergulhar no caminho sinuoso que marcou as diferentes teorias que atravessaram a profissão ao longo da sua história, até ser possível analisar os motivos que levam a necessidade da apreensão da

perspectiva ontológica enquanto fundante de nossa sociedade. A teoria e metodologia adotadas de forma hegemônica no processo de formação de profissionais assistentes sociais se ancora na perspectiva marxista, que parte da realidade da sociedade repartida em classes. Ela dá suporte para atuação profissional ao delimitar a compreensão de todo o antagonismo que perpassa a inserção de assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais.

A dimensão ética-política, coletivamente debatida e afirmada, surge como resultado desse processo histórico de renovação da profissão.

O Serviço Social fez um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano: constituiu democraticamente a sua base normativa, expressa na Lei da Regulamentação da Profissão, que estabelece as competências e as atribuições profissionais, e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993. Este prescreve direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores humanistas guias para o exercício cotidiano [...]. A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o exercício profissional. (Iamamoto, 2009, p. 25)

Ou seja, também inscrita no processo histórico da profissão no Brasil, essa dimensão delimita qual a direção ética e política que fundamenta a atuação profissão, ancorada pelo Código de Ética profissional e nosso projeto ético-político. Por sua vez, essa direção se deu através do compromisso com a classe trabalhadora, fundamentada na teoria crítica que sustenta a atuação profissional.

Por essa razão, ainda que repartidas em três principais dimensões, de forma alguma quando colocadas em práticas esses elementos devem ser fragmentados. A divisão serve para fins didáticos, tendo em vista de que no cotidiano profissional as dimensões se relacionam entre si, constituindo níveis diferentes de apreensão da realidade. Sua interlocução direciona uma atuação profissional que se propõe a compreender profundamente a sociedade e suas bases.

Dessa forma, ir além da instrumentalização da profissão significa conciliar todas as dimensões, dando uma perspectiva ética e política para as ações objetivadas através das técnicas da profissão, que é fundamentada por uma metodologia. Quanto mais conhecimento teórico o profissional possuir, mais variadas serão as possibilidades de mediações realizadas na busca por priorizar as demandas trazidas pelo público usuário.

Na perspectiva ontológica os instrumentos configuram um produto da ação humana, constituídos como um meio para alcançar uma finalidade. E a escolhas dos instrumentos se dá na busca por alcançar essa finalidade pretendida. Portanto, todo instrumento, ao ser utilizado, está entremeado de uma intenção (Santos, 2013). Nesse contexto, no âmbito do Serviço Social,

ao compreender a estrutura da sociedade repartida em classes e afirmar um compromisso político com a classe trabalhadora, a intencionalidade colocada nos instrumentais deve preconizar uma abordagem que se oponha ao imediatismo da lógica burguesa

Sendo assim,

A dimensão teórica de uma intervenção trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade. Realidade com a qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional. A dimensão política trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições, no entanto esse compromisso e essas intencionalidades possuem uma sustentação teórica – mesmo que não se tenha consciência disso. Ética é uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política. (Santos, 2013, p. 2)

Ainda de acordo com Santos (2013), os conhecimentos e saberes que se expressam nas dimensões configuram-se como a cultura profissional do Serviço Social. Esses conhecimentos dão embasamento para que seja hasteada uma lógica contra hegemônica à herança cultural da profissão, que por muito tempo foi pautada em teorias conservadoras. Com o aporte teórico na perspectiva do projeto ético político, é possível a elaboração de respostas adequadas às necessidades reais da população, visando ir além da conciliação de classes, necessária para a manutenção do sistema capitalista.

Dessa forma, a intencionalidade colocada em toda e qualquer atuação profissional realizada estará dotada de uma ideologia, podendo ou não corroborar com a imposta pela classe dominante. Como exposto no primeiro momento desse trabalho, Gramsci (2014) classifica a ideologia como um conjunto de ideias, produto das transformações sociais e históricas, traduzindo a visão de mundo de um grupo de pessoas.

Enquanto parte integrante da estrutura da sociedade, ela é capaz de justificar a realidade, naturalizando hábitos e perspectivas de vida. Nesse contexto, sempre estará intrínseca ao trabalho do assistente social uma ideologia, corroborando com a hegemônica ou não. Ao atuar nos processos de produção e reprodução do capital, estando em contato direto com a população, os assistentes sociais incidem na organização da cultura, podendo influenciar na visão de mundo do público usuário (Abreu e Cardoso, 2009).

E, como apresentado, houve períodos em que a atuação profissional se resumia a adequação de respostas às demandas da população para que corroborassem com os interesses do Estado, utilizando a ideologia burguesa na tentativa de garantir controle. Mesmo que o Projeto Ético-Político profissional, que é pautado na perspectiva crítica, seja atualmente

hegemônico, ainda há profissionais que exercem um trabalho aparado por instrumentais que favorecem a ideologia do capital.

Nesse cenário, sempre que o assistente social desenvolve qualquer atividade em sua atuação, independente de qual seja a sua intencionalidade, os instrumentais que o guiam e a teoria que o fundamenta, ele realizará um trabalho “eminentemente educativo” (Jacinto, 2017, p. 2). Na execução de um diálogo com o público usuário, nas trocas de informações e orientações visando potencializar e mobilizar os sujeitos para que busquem conquistar os seus direitos, ocorre um processo educativo, entremeado de ideologia, reforçando alguma perspectiva teórica. Há, então, uma dimensão educativa no Serviço Social, fundante de sua identidade, que se efetiva por meio das demais dimensões da profissão.

Sendo assim, a dimensão educativa é realizada no âmbito dos instrumentos e operacionalizações que atravessam a dimensão técnico-operativa, com respaldo da dimensão teórica-metodológica e com uma intencionalidade calçada na dimensão política. Por essa razão, ela é parte indissociável das demais dimensões, diretamente relacionada às apropriações que os profissionais fazem das categorias da profissão (Lima e Miotto, 2011).

O movimento da sua operacionalização articula dialeticamente as três dimensões referidas ao Serviço Social (teórica, ética e técnica) e se materializa através: do conhecimento/investigação da realidade sócio-comunitária-institucional na qual se intervém; do planejamento e da documentação do processo de trabalho; das formas escolhidas de abordagens dos sujeitos para quem se destina a ação; da definição dos instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na execução da ação. (Lima e Miotto, 2011, p. 228)

De acordo com Lima e Miotto (2011), as ações educativas se consolidam na relação entre o poder e o saber, parte das práticas fundamentadas na totalidade, e se constituem como parte de um processo em que os sujeitos mudam sua forma de compreender o mundo e as relações humanas. Enquanto prática consciente que se materializa em um discurso, no Serviço Social ela é concretizada enquanto mediação entre as demandas individuais e os espaços coletivos em que se constroem.

Nessa perspectiva, para que a atuação profissional corrobore com os interesses da classe trabalhadora, a função pedagógica exercida precisa fomentar um processo de elaboração de uma concepção crítica de mundo, que aborde a realidade como ela é. Para isso, precisa visar práticas com o público usuário, que os coloquem como os protagonistas de sua realidade, estabelecendo estratégias coletivas para se pensar a luta contra o capital, fortalecendo a ideologia contra hegemônica.

Considerando o caráter interventivo da profissão (Guerra, 2007), essas ações se estabelecem tanto no âmbito da intervenção individual quanto coletiva, associada a processos de problematização e coletivização de demandas individuais, através de mobilização e participação social, como também no âmbito individual através da apropriação de informação, por parte dos sujeitos atendidos, como caminho para a acesso aos serviços sociais.

Dessa forma, é necessário que o profissional trabalhe em função de socializar conhecimentos, buscando uma mobilização social, para que a nova sociedade visada seja construída de forma coletiva, contanto com participação popular. Jacinto (2017) traz que, pensando que a atuação de assistentes sociais contribui com o acesso dos sujeitos aos seus direitos enquanto cidadãos, para além de exercer uma função de repasse de recursos materiais concretos, o profissional pode realizar tais ações visando um processo educativo crítico, que “exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos” (Jacinto, 2017, p. 81).

Essa relação se estabelece através do nexos orgânico entre o trabalho e a organização da cultura (Abreu e Cardoso, 2009), por onde se articulam os interesses políticos, econômicos e ideológicos, adequando-se a processos societários. Por essa razão, é necessário frisarmos que estímulo à participação popular se constitui como elemento fundamental do processo de intervenção crítica e consciente junto às classes populares, na afirmação do processo histórico do desenvolvimento teórico e político da profissão.

Nesse contexto, assistentes sociais podem ser “facilitadores de transformações sociais” (Jacinto, 2017, p. 81), utilizando-se da ideologia contra hegemônica para traçar alternativas educativas que fomentem um senso crítico da classe trabalhadora. Com isso, efetivam seu projeto ético-político e contribuem para que possamos alcançar uma nova sociabilidade, que não se baseie na exploração de uma classe sobre a outra.

Para isso, a atuação profissional deve oportunizar para o público usuário a compreensão ampla da sociedade em que vivem, dos direitos dos quais possuem e da possibilidade de coletivização de suas demandas. A relação entre as práticas educativas, a conscientização e a participação social são requisitos fundamentais para que haja a autonomia dos sujeitos.

Em suma, as práticas educativas no trabalho de assistentes sociais, alinhados a sua dimensão ética e política, concretizam-se

[...] fundamentalmente através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a

construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (Abreu e Cardoso, 2009, p. 13)

Por fim, é importante frisar que mesmo quando dotada de intenção política e corroborando com a teoria hegemonicamente estabelecida na profissão, a dimensão educativa não possui os meios para que garanta, sozinha, a objetivação de sua intenção (Lima e Miotto, 2011). Há diversas complexidades que perpassam a atuação profissional que se interpõe no caminho traçado rumo à transformação social. O acesso da população às políticas por si só já é repleto de dificuldades, e mesmo quando atendidos por elas, os antagonismos institucionais presentes em sua execução se interpõem como empecilho para a atuação profissional.

Mesmo assim, há uma responsabilidade ética na atuação profissional, que deve se propor a buscar alternativas em sua execução que se pretendam superar, da melhor forma possível, o imediatismo da profissão. E isso exige ampla compreensão dos impactos e potenciais de sua atuação profissional.

Por meio das questões expostas, podemos perceber que as propriedades nas quais o Serviço Social é fundamentado se relacionam de forma profunda, acompanhando sua consolidação na sociedade ao longo do processo histórico da formação das políticas sociais brasileiras. Esse percurso pressupõe por definição a matriz teórico-metodológica da profissão e sua finalidade, para que haja profundo conhecimento acerca da realidade dos indivíduos a quem a ação é destinada, para que então sejam delimitados instrumentais que possibilitam a consecução do objetivo intencionado.

As relações sociais são construções humanas, produtos historicamente construídos, e dessa forma, passíveis de mudanças. Por essa razão, compreender os movimentos contraditórios que resvalam a profissão e a vida da população é parte da formação crítica de profissionais, tendo em vista que é no bojo dessa complexidade em que se constrói a possibilidade de transformações sociais. Sendo assim, compreender a totalidade, não só da sociedade como também da profissão, é passo indispensável na jornada rumo à qualidade dos serviços prestados na atuação profissional.

4. SOM: A relação entre a dimensão educativa do Serviço Social brasileiro e a organização da Cultura: Os sons distantes de uma nova sociedade

A leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade. (Freire, 2000, p. 21)

Como anteriormente debatido no decorrer deste texto, para o teatrólogo brasileiro Augusto Boal, existem três canais fundamentais da estética, que configuram os pensamentos simbólicos dos sujeitos e vem sendo cooptados pela burguesia. Dentro desses canais, o “som” são ruídos emitidos, muitas vezes pelos sujeitos, e podem concretizar pensamento vocalizados, sendo uma expressão artística que exprime a visão de mundo daqueles que o emanam. E dentro da sociedade repartida em classes, assim como tudo que resvala a cultura, vem sendo utilizado como meio de manipulação da sociedade.

Nesse contexto, considerando o sistema societário pautado na estratificação de classes, os antagonismos políticos que as perpassam também alcançam os demais canais estéticos, integrando-os em sua estrutura de dominação, e garantindo sua hegemonia até mesmo nos sentidos dos sujeitos. Dessa forma, como todos os movimentos contraditórios, da mesma maneira que são utilizados para hastear a ideologia burguesa, os campos estéticos podem se constituir como caminhos para uma emancipação política, como exposição da realidade concreta.

[...] temos que repudiar a ideia de que só com palavras se pensa, pois que pensamos também com sons e imagens, ainda que de forma subliminal, inconsciente, profunda! Temos que repudiar a ideia de que existe uma só estética, soberana, à qual estamos submetidos" tal atitude seria-nossa-rendição ao Pensamento Único, à ditadura da palavra que, como sabemos, é ambígua. (Boal, 2009, p. 16)

Atrelado a esse panorama, por fazer parte dessa complexa trama societária que determina o capitalismo como hegemônico, o Serviço Social também possui contradições devido à divisão das classes sociais fundantes. Criado pelo Estado com o propósito de apaziguar a luta dessas classes sociais, por muitos anos, a profissão teve como fundamentação perspectivas positivistas, que cooperavam com o sistema capitalista.

No entanto, na realidade latino-americana e especificamente brasileira, a partir do momento em que os profissionais assistentes sociais passam a se compreender enquanto parte

da classe trabalhadora, por venderem sua força de trabalho como todos, há uma organização coletiva para que seja defendido um compromisso com a classe a qual pertencem. Esse foi um processo tensionado por disputas, contradições no interior da categoria profissional, culminando em um movimento de reconceituação, que ocorreu na América Latina e no Brasil, que em linhas gerais propõe uma tentativa de ruptura com as raízes conservadoras da profissão.

Nessa direção, por mais que a expectativa do Estado seja uma atuação do assistente social que condiz com sua agenda política pendendo para os interesses do capital, a profissão possui um projeto ético-político que busca construir, em conjunto com o público usuário dos serviços derivados das diversas políticas sociais, uma diretriz hegemônica na profissão, buscando efetuar seu trabalho profissional na perspectiva da luta na direção de uma nova ordem societária que não se baseie em exploração. Não sem desafios, tendo em vista de que atuam no âmbito das políticas públicas, formuladas pela classe dominante, e integram os mecanismos que buscam mantê-la enquanto predominante.

No momento inicial desse trabalho, tratamos acerca da cultura e seus dobramentos na sociedade, tendo-a enquanto os hábitos e costumes de uma determinada sociedade, ancorado na perspectiva Gramsciana. Após, buscamos apresentar os movimentos antagônicos que atravessam o Serviço Social de forma aprofundada, e perpassam todas os seus âmbitos, passando pela sua consolidação enquanto profissão e atingindo sua atuação cotidiana, influenciando em seus instrumentais e em seu contato com a população.

Nesse movimento, tornou-se nítido que em nossa sociedade as contradições de classes se fazem latente em todos os espaços onde se traçam relações sociais, demonstrando como as lutas de hegemonias políticas atravessam diferentes aspectos e níveis da vida cotidiana dos sujeitos. Com isso, a consciência dos indivíduos sobre a sociedade e o papel que exercem dentro dela é cooptada em todas as suas esferas, afastando a população de sua criticidade, de modo que o mundo que constroem se dá de forma contraditória.

Para Gramsci (2015a), essas contradições se expressam na consciência teórica dos sujeitos, que resume a forma como enxergam o mundo e sua própria realidade. Essa, para o teórico, se constitui como “subjetividade histórica de um grupo social, como fato real, que se apresenta como fenômeno de ‘especulação’ filosófica e é simplesmente um ato prático” (Gramsci, 2015a, p. 240). A realidade nada mais é do que a forma como o conteúdo social se concretiza para os sujeitos, de modo a conduzi-los para uma unidade moral, formada a partir dos interesses burgueses.

Nesse contexto, Gramsci (2015a) aborda que por sermos pertencentes a uma determinada classe social, que dita como serão suas práticas cotidianas, todos nós somos “conformistas de algum conformismo” (Gramsci, 2015a, p. 76), mas sem que ao menos saibamos quais são os assuntos com os quais nos conformarmos, porque a alienação presente nas concepções de mundo é tão intensa, que nem ao menos somos capazes de saber a qual conformismo fazemos parte. Isso porque nós “homens” somos produtos historicamente desenvolvidos, resumidos, no contexto atual, ao modo de produção capitalista e a função que exercemos nele, de modo que nos reconhecemos para além de nossa função social se faz quase impossível.

Com isso, o escrito italiano defende que há duas teorias de consciência de mundo que regem os sujeitos, contraditórias entre si.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. (Gramsci, 2015a, p. 83)

Uma relação interessante a se fazer, pensando no caminho percorrido por esse trabalho até então, é que Gramsci (2015a) aborda a necessidade de que haja uma unidade entre teoria e prática, tal qual o Serviço Social. Isso porque a teoria se configura como uma reflexão acerca do fazer, enquanto a prática, se não possuir caráter reflexivo, se torna contraditória.

Para Gramsci (2015a), a relação entre teoria e prática é historicamente dada, pois supõe uma atitude intelectual, como progresso filosófico de reflexão acerca da realidade imposta, na superação do senso comum. Ancorando-se na perspectiva marxiana da divisão de classes e do trabalho, o teórico explica que a sociedade é constituída para além da soma de seus componentes individuais, sendo o coletivo passo fundamental para a manutenção do sistema capitalista por meio da exploração de classes e determinado nos processos de trabalho e de produção.

Nesse contexto, em todos os âmbitos da vida social, pensar em uma prática que se efetive sem teoria é pensar em uma ação alienada, carente de reflexão acerca da realidade concreta, dando-se de forma contraditória. Isso porque na complexa trama na qual se ancora a divisão de classes, sempre haverá uma que explora a outra para benefício próprio.

Justificado por esse cenário, toda relação de hegemonia sempre ocorre de forma pedagógica porque todas elas se afirmam ao fomentar concepções de mundo para os sujeitos, constituindo-se enquanto processos ideológicos. Nesse contexto, Gramsci (2016) traz que toda formação ideológica de hegemonia na sociedade se dá por meio de uma mediação entre Estado e sociedade civil, fomentada por indivíduos que se inserem nas relações sociais.

Esses indivíduos são os intelectuais, que se constituem enquanto pessoas diretamente relacionadas à vida social e às determinações do mundo real, participando ativamente do processo de formação de consciência crítica das classes subalternas, ou de sua subordinação através da reafirmação da ideologia burguesa. Para Gramsci (2016), os intelectuais travam uma associação dialética com o mundo real, com função central no desenvolvimento de formação da contra-hegemonia ou da lógica burguesa. Sendo assim, o teórico faz separações entre as formas de intelectuais e seus alinhamentos com as classes sociais, pautando a importância do intelectual orgânico na construção de uma nova cultura.

Nesse sentido, para Gramsci, a difusão de um modo de pensar e de operar homogêneos — de uma consciência coletiva — na realidade das formações sócio-históricas, necessitaria de condições e iniciativas múltiplas, sendo um equívoco pensar que cada estrato social elaboraria de igual forma, com os mesmos métodos, sua consciência e sua cultura. Gramsci evidencia que um pensar e operar homogêneo são uma especialidade própria dos intelectuais profissionais. Não é, assim, um dado do “senso comum”. Explicita que é uma ilusão pensar que uma ideia ou conceito amplamente difundidos sejam incorporados nas diversas consciências com os mesmos efeitos organizativos. (Duriguetto, 2014, p. 268)

Dessa forma, a função social dos intelectuais ocorre através de um trabalho formativo-educativo, que fundamenta a elaboração da consciência crítica dos sujeitos através das determinações concretas da sociedade. Por meio de sua função de intermediação entre Estado e a sociedade, esse trabalho possibilita uma quebra com a manipulação causada pela ideologia burguesa, criando um processo contra-hegemônico.

Essas são as razões que levam o Serviço Social a ter Antonio Gramsci como um importante fundamentador teórico para a prática profissional. Como explicitado, a atuação profissional sempre tem intrínseco um caráter educativo. Nesse contexto, os estudos de Gramsci exercem uma função de respaldar as mediações entre assistente social e sociedade civil que objetivem perspectivas emancipatórias, na afirmação do compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Lima e Mioto (2011), a teoria gramsciana tem sido crucial no processo de reflexão quanto aos significados ontológicos e epistemológicos das ações educativas, de

modo a propor mediações que operacionalizem os conceitos de hegemonia, na leitura do assistente social como um intelectual.

Nesse mesmo contexto, outro autor que se faz crucial no processo de compreensão teórica acerca da dimensão educativa da profissão é Paulo Freire, educador brasileiro que fez importantes reflexões sobre a educação popular para o mundo, na busca pela emancipação política dos sujeitos.

Em Paulo Freire, o que define uma ação como educativa é a intenção de ensinar veiculada por ela, que irá conectar, através da ação, o educador ao projeto político e de sociedade da classe trabalhadora. Por isso, é considerada uma ação planejada e, para realizá-la, o educador necessita estabelecer objetivos informando o que e como pretende ensinar e explicitando neles os seus princípios orientadores (Lima e Miotto, 2011, p. 220-221)

Como educador engajado em movimentos sociais, que buscava sistematizar métodos de alfabetização para jovens e adultos, Freire influenciou na concretização de diversas propostas pedagógicas de movimentos populares que abordavam a importância da organização social através da educação. Suas obras se pautam na compreensão dos sujeitos em seu papel ativo na cultura, como transformadores de contextos sociais, abordando a mediação como parte fundamental nos processos educativos transformadores de consciência.

Tal qual Augusto Boal, Paulo Freire ousou pensar em um novo modelo de sociedade em um Brasil marcado pela ditadura civil-militar, de modo que ambos foram perseguidos e exilados, precisando formar suas reflexões políticas com caráter crítico fora do país.

Boal foi um teatrólogo brasileiro, fundador do Teatro do Oprimido, que pautava a arte e a cultura como armas, usadas pela burguesia para render a população à condição de objetos trabalhando em favor do capital. Tal qual Gramsci (2016), o teatrólogo brasileiro fala da cultura como formuladora dos hábitos da sociedade, de maneira que uma nova perspectiva cultural precisa ser inventada para que se acabem as relações de opressão.

A arte e a cultura são tratadas como instrumento de luta porque se faz urgente construir formas de oposição à manipulação burguesa, que parece sutil ao ser captada mas se insere na consciência dos sujeitos de modo violento, dominando-a (Boal, 2009). Os meios estéticos se encontram subjugados, atuando como garantidores de que as “práticas” da população sempre corroborem com os interesses hegemônicos, impedindo que se expressem livremente e construam sua própria realidade.

O pensamento estético, que produz arte e cultura, é essencial para a libertação dos oprimidos, amplia e aprofunda sua capacidade de conhecer. Só com cidadãos que, por

todos OS meios simbólicos (palavras) e sensíveis (som e imagem), se tornam conscientes da realidade em que vivem e das formas possíveis de transformá-la. (BOAL, 2009, p. 16)

Nesse contexto, o “som” se ergue como um dos canais estéticos cooptados, de forma que as palavras expressadas pela população parecem sempre reproduzir uma perspectiva conservadora, que se alinha à lógica do capital e coloca as classes subalternas na posição de oprimidos. Mesmo assim, há aqueles tal qual Boal, Freire, e Gramsci, assim como muitos teóricos do Serviço Social usados nesse texto, que gritam palavras de indignação, e usam de seus estudos e pesquisas para emitir pensamentos que ensaiam uma nova cultura, organizada pela perspectiva popular. Como analogia, nesse capítulo buscamos nos somar a essas vozes e emitir pensamentos na busca por um nova sociedade, que não se paute na opressão.

Sendo assim, pelo viés da educação e da cultura, esse trabalho busca em seu momento final pensar em alternativas para uma nova organização cultural, em que os indivíduos não precisem se conformar em serem apenas objetos utilizados para a manutenção do modo de produção capitalista. Através da relação entre Augusto Boal, Paulo Freire e Antonio Gramsci, buscaremos trazer um arsenal teórico-metodológico para o trabalho do assistente social, através de sua dimensão educativa.

O teatro popular e a educação popular são processos de construção inseridos em um contexto histórico de sua época, sendo, portanto, fruto das diferentes situações políticas do seu momento de produção e construção, por traz em si princípios da realidade vivida por seus sujeitos. Freire e Boal, ao sistematizarem suas metodologias, provocam reflexões e propiciam os debates sobre estas questões latentes na sociedade. (Teixeira, 2007, p. 120)

Dessa forma, a analogia feita nesse último momento do trabalho busca pensar naquilo que é preconizado pelo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que defende de forma intransigente uma nova ordem societária, assim como a relação presente entre a cultura e a dimensão educativa do Serviço Social, que se erguem como possibilidades de avanço no longo caminho que precisamos percorrer para alcançar esse objetivo. Essa relação se constitui com uma forma de pensarmos em possibilidades para alcançar essa realidade, de forma que podemos ouvir os sons distantes de uma sociedade vindoura.

4.1 – O Intelectual Orgânico no processo educativo para a construção da contra hegemonia

Pensando na perspectiva cultural que abordamos no primeiro momento desse texto, e no papel que o Serviço Social exerce no processo de manutenção da hegemonia do capital em nossa sociedade, é importante refletirmos sobre as formas de fomentar movimentos de contra hegemonia.

Como exposto, para que haja um movimento contra hegemônico que de fato se comprometa com os interesses da classe trabalhadora, é crucial que sejam fomentadas formas de desenvolvimento de pensamento crítico por parte da população. Por meio da cultura, vem sendo disseminada uma perspectiva condizente à lógica do capital, que manipula a opinião pública para impedi-la de refletir sobre sua própria realidade.

Nesse contexto, uma “consciência coletiva” (Gramsci, 2016) é passo fundamental para a criação de processos contra hegemônicos, por se pautarem em formas homogêneas de operar e pensar acerca da realidade, de modo que está diretamente relacionada à cultura da população. Para o teórico, essa consciência de modo algum poderia ignorar questões como a classe dos sujeitos, e está associada aos intelectuais de uma determinada classe ou sociedade.

É importante pontuar que o conceito de intelectuais é debatido por Gramsci desde o seu primeiro caderno, e perpassa diversos pontos da relação entre Estado e as classes sociais (Duriguetto, 2014), exercendo importante papel na formação do conceito de hegemonia. Dentro desse processo, o teórico divide a compreensão de intelectuais em duas ideias principais: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico.

Como intelectual tradicional, Gramsci (2016) define sujeitos que se ocupam somente com suas funções descritivas, sem estabelecer relações de responsabilização com nenhuma classe social. Com isso, se colocam em uma posição de neutralidade.

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. (Gramsci, 2016, p. 15-16)

Esse grupo é advindo de um processo histórico e contínuo, de maneira que mesmo com alterações no modo de produção capitalista esses intelectuais permaneceram interpretando seus papéis (Gramsci, 2016). Com isso, atualizam-se para que possam se adaptar aos movimentos

da sociedade, mas permanecem sendo necessários para que se estabeleça essa relação entre população e Estado, através da organização da cultura.

Como o Estado é um grande disseminador da ideologia burguesa, construindo e alimentando uma cultura considerada como superior à das massas, para se opor a esse movimento é necessário a valorização de uma cultura espontânea, que demonstre os hábitos da classe trabalhadora. É nesse cenário que há uma inferiorização da cultura popular, como abordado no primeiro momento desse texto, que como consequência, retira o caráter reflexivo da cultura organizada pela classe popular. Gramsci (2016) refere-se a essa forma de cultura como “folclore”, a qual se baseia em uma perspectiva de senso comum.

Tal qual exposto no primeiro momento desse texto, Abreu (2002), fundamentada em Gramsci (2016), aborda o senso comum como a opinião das massas, manipulada pela ideologia burguesa e moldada a partir de sua relação com a visão de mundo dos sujeitos.

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom-senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar. (Gramsci, 2016, p. 187)

Para o filósofo, o senso comum é o “folclore” da população, pautado em uma concepção de mundo “desagregada” (Gramsci, 2016) da realidade e na ideologia burguesa. Com isso, o folclore seria um sistema de crenças, opiniões, modos de ver e agir da população, formados espontaneamente através do senso comum.

Dessa forma, é importante frisar que o senso comum de modo algum resume a cultura popular contra-hegemônica, produzida através da consciência crítica coletiva na qual Gramsci (2016) se refere. Isso porque tal consciência só se organiza a partir de uma reflexão coletiva da realidade, organicamente instituída de modo ativo e consciente, por meio da participação na produção da história do mundo.

Gramsci (2015c) tem o intelectual enquanto um intermediário entre o Estado e a sociedade civil, mediando sua relação. Nesse panorama, o intelectual orgânico é aquele que se forma de maneira orgânica na sociedade, evidenciando a mudança na posição e função dos intelectuais dentro do sistema capitalista, podendo atuar como um “organizador técnico”,

cumprindo funções na vida social. O que definirá qual tipo de intelectual um sujeito pode ser é a forma como exerce esse papel mediador, se aliando aos interesses do Estado ou da população.

Nessa direção, o intelectual orgânico seria o responsável por atuar nos processos de formação de consciência crítica, podendo contribuir para a construção de uma concepção de mundo da classe trabalhadora, estabelecendo uma “relação ‘orgânica’ entre eles, condição essa necessária para a superação da natureza acrítica do senso comum e pela potencialização da capacidade intelectual e da eficácia da atividade política dos ‘simples’” (Duriguetto, 2014, p. 275).

Todas as classes sociais possuem, então, os seus intelectuais, representando suas práticas e concepções e realizando um trabalho de mediação. E esse trabalho sempre possui intrínseco um caráter político.

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (Gramsci, 2015c, p. 81)

Da mesma forma que um político representa as ideologias e perspectivas de seu partido, um intelectual faz o mesmo pela classe que representa, destituindo ou corroborando com ideologias em nome de sua concepção cultural (Soler, 2017). Com isso, os intelectuais atuam para a legitimação de uma posição social, elaborando seu desenvolvimento dentro das relações sociais dessa classe, com exercício de sua própria atividade.

Dessa forma, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2016, p. 17), porque nem todos os sujeitos são especializados para exercer uma determinada função. Os intelectuais são aqueles que possuem qualificação técnica para a execução de um trabalho, de modo que há categorias para cada atividade intelectual, formando relações com os grupos sociais a que pertencem. Como exemplo, Gramsci (2016) diz que qualquer pessoa pode costurar um rasgo em seu paletó, mas isso não significa que todas são alfaiates.

Ainda,

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais

tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (Gramsci, 2016, p.17)

Os intelectuais se desenvolvem de forma historicamente determinada pelos processos de produção e reprodução da hegemonia, podendo exercer função de dominação ou sua oposição.

É importante pontuar que os intelectuais atuam no campo da superestrutura de Gramsci (2016), um dos meios onde a burguesia exerce sua dominação. É através desse campo onde também se estabelecem as articulações entre a cultura e a ideologia. Dessa forma, ter em mente o campo da superestrutura é ponto relevante ao debate, pois é por meio dele onde se deve travar a luta para a criação de uma contra-hegemonia (Soler, 2017).

Para Gramsci (2015a), a contra-hegemonia vai se dar por meio de uma consciência coletiva, através de uma “organicidade de pensamentos”, construindo uma relação coerente entre a concepção de mundo dos sujeitos e a ação. E, para isso, é necessário que todos os sujeitos se entendam como filósofos que são, ou seja, indivíduos capazes de refletirem sobre sua realidade, para que pratiquem uma ação que se oponha à hegemonia. Desse modo, Gramsci (2015a) preconiza a criação de uma “filosofia da práxis”.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. (Gramsci, 2015a, p. 81)

Sendo assim, a “filosofia da práxis” representa uma superação de todas as formas de ideologia (Soler, 2017).

A filosofia da práxis está relacionada não só ao imanentismo, mas também à concepção subjetiva da realidade, precisamente enquanto a inverte, explicando-a como fato histórico, como “subjetividade histórica de um grupo social”, como fato real, que se apresenta como fenômeno de “especulação” filosófica e é simplesmente um ato prático, ou seja, a forma de um concreto conteúdo social e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a forjar para si uma unidade moral. [...] A filosofia da práxis é a concepção historicista da realidade que se libertou de todo resíduo de transcendência e de teologia até mesmo em sua última encarnação especulativa; o

historicismo idealista crociano permanece ainda na fase teológico-especulativa. (Gramsci, 2015a, p.240)

Dessa forma, a “filosofia da práxis” é indissociável da realidade, e deve ser entendida através de sua historicidade, da relação que estabelece com as classes sociais e a sociedade como um todo. Ela se configura como uma dimensão política que visa combater o senso comum e a apropriação cultural que atravessa a filosofia (Duriguetto, 2014), pautando a necessidade, por meio da crítica, de se aproximar a filosofia da população.

“Todos os homens são filósofos” (Gramsci, 2015a), portanto é urgente a desconstrução do preconceito de que a filosofia é algo inalcançável para todos, e demonstrar que há filosofia contida em todos os âmbitos da sociedade, como na linguagem, no sistema de crenças e superstições, e também na relação entre senso comum e bom senso². De modo algum essa afirmação busca limitar a filosofia a algo espontâneo, resumida ao “folclore”, e sim propor uma noção distinta da clássica que determina quem e se alguém pode ser um intelectual.

A separação entre filosofia dos intelectuais e senso comum ocorre através da dimensão política (Duriguetto, 2014), na execução de uma nova concepção de realidade por parte dos sujeitos, partindo de uma consciência crítica. Esse processo é pautado na relação entre teoria e prática (concepção de mundo e ação no mundo), no desenvolvimento de uma compreensão dos sujeitos enquanto parte de uma determinada força ideológica e na ação de praticá-la.

Nesse cenário, o papel dos intelectuais orgânicos é utilizar os meios ideológicos para defender a condição da produção de uma contra-hegemonia, refletindo acerca dos saberes populares, sem se limitar ao senso comum. Para isso, precisam fomentar um processo de “autoconsciência crítica” (Gramsci, 2015a, p. 84), que busque despertar nos indivíduos a compreensão dos processos hegemônicos que os rodeiam.

Um conceito que se faz de suma importância ao tratarmos da contra hegemonia na perspectiva de Gramsci (2015a) é do “homem-massa”, fundamentado na filosofia da práxis e sua historicidade. Esse conceito abarca o conformismo presente nos sujeitos, que não se reconhecem como o produto histórico da sociedade, não a criticando. O “homem massa” não aplica consciência teórica em suas ações, mas mesmo assim é capaz de transformar o mundo que o circunda. Com isso, os sujeitos podem gerar contradições no seu modo de agir, por ter atitudes que não condizem com sua realidade.

² Para Gramsci (2015a, p. 77), “A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o “bom senso”, que se contrapõe ao senso comum.”. Dessa forma, “bom senso” é um contraponto ao senso comum, formado através da filosofia e da reflexão crítica dos sujeitos acerca de sua realidade.

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. (Gramsci, 2015a, p.76)

Isso porque a visão de mundo que os indivíduos recebem durante suas vidas, ou seja, em sua historicidade, é a ideologia burguesa, que por ser hegemônica, é acolhida sem críticas. Como debatido anteriormente, a cultura dominante se faz presente em todos os aspectos da vida dos sujeitos em sociedade, por este motivo as pessoas a recebem sem julgamentos, demonstrando comportamentos que podem até mesmo defendê-las, e por isso apontados como contraditórios por Gramsci (2015a).

Gramsci aponta que a consciência crítica é atribuída por meio de uma luta de “hegemonias políticas” (Gramsci, 2015a, p.83), adquiridas no cotidiano e nos espaços coletivos da população, em que todas as hegemonias possuem em si um caráter pedagógico. O “homem coletivo” está sempre vinculado a um grupo social, constituído através da historicidade do sistema capitalista, por serem parte fundamental do desenvolvimento do modo de produção na qual esse modelo de sociedade se baseia.

Dentro desse contexto, os intelectuais são os responsáveis por buscarem trabalhar a questão da relação entre teoria e prática para a visão de mundo do “homem massa”, em um processo de facilitar a consciência crítica dos sujeitos.

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. [...] O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (Gramsci, 2015a, p. 84)

Sendo assim, o trabalho do intelectual orgânico possui caráter educativo e formativo.

Dessa forma, por ter intrínseco um caráter educativo, a questão dos intelectuais, para Gramsci (2015a), atravessa também a escola, tendo-a como um espaço capaz de elaborar intelectuais de diversos níveis. No modelo atual, a escola vem sendo um espaço que contribui para a hegemonia burguesa, formando intelectuais comprometidos com a ideologia do capital.

No entanto, Gramsci (2016) defende uma “escola unitária”, capaz de formar uma cultura geral e formativa, onde haja equilíbrio entre as capacidades de trabalhar manualmente e o trabalho intelectual, de modo a fomentar o potencial dos sujeitos de influenciarem em sua realidade. Dessa forma, a “escola unitária” promoveria a atividade intelectual, contribuindo para a formação de novos intelectuais orgânicos, com uma concepção de mundo crítica. É importante frisar que o escritor elabora o conceito de “escola unitária” relativa à Itália de seu período. Ainda assim, há diversas semelhanças entre os apontamentos de uma escola nos moldes burgueses da época e a educação brasileira na contemporaneidade.

Para o teórico, a escola exerce importante papel na organização da cultura, e deveria contribuir para a articulação de uma cultura homogênea, alinhada a filosofia da práxis.

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (Gramsci, 2016, p. 31)

Com isso, a escola seria pautada em seu verdadeiro princípio educativo e pedagógico, democratizando o ensino de modo que preconizasse mais do que formar operários que contribuirão com o modo de produção capitalista, e pudesse formar dirigentes, capazes de influir na sociedade. Ainda, a “escola unitária” não demonstra essa lógica apenas em escolas particulares, voltadas para receber os filhos da classe burguesa, como também tem ocorrido, separando tipos de escola para cada grupo social e contribuindo com as estratificações sociais.

Por essa razão, o princípio educativo de Gramsci (2016) se baseia na criação de uma escola única, onde os filhos de todas as classes sociais estudariam em conjunto, formando o jovem como pessoa e não apenas como profissional. No entanto, a perspectiva do princípio educativo Gramsciano propõe uma educação que não se limite à escola, alcançando todas as etapas da vida dos sujeitos, como veremos no segundo momento desse texto.

É importante retomar que a origem do Serviço Social se deu com um propósito do Estado e das classes dominantes de atuarem em consonância com seus interesses, buscando apaziguar as classes subalternas em um contexto de intensa precarização do trabalho. Nesse cenário, é requisitado aos profissionais lidarem com as expressões da questão social, na realização de funções como gerenciamento da pobreza e amenização de conflitos.

No entanto, o assistente social integra a classe trabalhadora e ao entrar em contato com a teoria crítica da sociedade, passa por um processo de tomada de consciência e reconhece o processo de contradição no qual está inserido. Enquanto trabalhador, os processos de manipulação e alienação da organização da cultura que contribuem para a manutenção da ideologia burguesa também afetam os assistentes sociais, de forma que a expectativa de seus empregadores é que execute um trabalho que corrobore com uma perspectiva ideológica que se sustenta através de sua exploração e dos demais trabalhadores.

Nesse contexto, o trabalho de assistentes sociais, em contato direto com a população, possui em si as contradições que perpassam a dimensão política da hegemonia, podendo contribuir com a lógica burguesa ou defender os interesses da classe trabalhadora. É intrínseca à atuação profissional uma dimensão educativa, dotada com potencial de contribuir com a manutenção da ideologia burguesa enquanto dominante, ou se opor a ela.

Não há como negar o caráter contraditório da intervenção do(a) assistente social, uma vez que seu projeto ético político aponta para a direção social que tem como horizonte a emancipação humana, e sua atuação se dá dentro da sociedade capitalista, através de espaços que se configuram estratégicos para manutenção desta sociedade. O projeto profissional é parte de um projeto de sociedade que, na atualidade, está num momento predominantemente conservador, contrarrevolucionário, fragmentador das lutas sociais, o que vem dificultando a construção de um movimento de massas. (Jacinto, 2017, p. 83)

O assistente social se configura, então, como um intelectual orgânico, atuando na relação entre Estado e sociedade civil enquanto profissional qualificado, atravessado pelas contradições políticas que perpassam as hegemonias na sociedade e pode contribuir com processos emancipatórios contra hegemônicos. Cabe ao profissional buscar alternativas e estratégias em seu exercício que favoreçam processos emancipatórios, na busca por efetivar seu projeto ético-político.

Nesse contexto, a perspectiva de intelectuais orgânicos de Gramsci se configura como uma importante fundamentação teórica para o trabalho de assistentes sociais, na busca para que compreendam o papel que exercem dentro da complexa trama na qual se baseia nosso sistema societário. Compreender a sociedade em seu cerne e como os profissionais se encaixam nela se

ergue como importante adendo à prática profissional, e pode gerar estratégias que impactem na busca pela organização de uma nova cultura.

4.2. Paulo Freire, Boal e o princípio educativo de Gramsci: Caminhos educativos emancipatórios;

A escola, mesmo que atravessada por tantas precarizações, exerce um importante papel no processo de socialização dos jovens e crianças. O espaço permite com que se estabeleçam relações entre família, escola e trabalho, oferecendo diversas experiências na infância e na juventude, além de se configurar enquanto um espaço capaz de alcançar sujeitos em âmbitos que as políticas públicas no geral enfrentam dificuldades para penetrar. Almeida (2020, p. 177) compreende a instituição educacional como um “espaço de convívio, de proteção social, que num país que restringiu sua concepção de seguridade social, cumpre contraditoriamente com certas funções de cuidado e formação humana”.

Apesar do sistema capitalista ter transformado a escola e demais espaços educacionais em campos destinados para regular a população por parte do Estado, ela não perde sua importância, por se constituir uma dimensão da vida social. A educação possui um caráter ontológico, fazendo parte da formação sócio-histórica da vida humana. Contudo, a política educacional brasileira contribui para a ascensão do sistema capitalista, e se constitui enquanto palco de contradições, pois é indissociável da luta pela superação desse mesmo sistema. Nessa direção, Almeida (2007), comenta que é próprio à lógica burguesa mercantilizar e cooptar esse processo, transformando-o em um dos instrumentos para sua manutenção.

Como expostos anteriormente, Gramsci (2016) traz a escola como um espaço que contribui para a divisão de classes e a hegemonia burguesa, por separar a forma com que o ensino é trabalhado de acordo com o acesso às instituições de ensino. Dessa maneira, elas não exercem todo o potencial educativo que poderiam, tendo em vista que se encontram comprometidas com ideologia do Capital.

É importante pontuar que ao nos propormos a pensar sobre a educação como um instrumento contra hegemônico, apontar as contradições presentes na escola dentro da sociedade atual se torna ponto fundamental para a discussão. Isso porque a escola se configura como principal contato da população com a formação profissional e humana, além da inserção dos sujeitos na sociedade e no trabalho, mesmo que alienado de sua verdadeira função. Ainda

que atravessada por dimensões políticas antagônicas, a escola contribui para uma formação humana que ultrapasse o senso comum, contribuindo para novas concepções de mundo.

As noções científicas entravam em luta com a concepção mágica do mundo e da natureza, que a criança absorve do ambiente impregnado de folclore, enquanto as noções de direitos e deveres entram em luta com as tendências à barbárie individualista e localista, que é também um aspecto do folclore. Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo (Gramsci, 2016, p. 39)

Por essas razões, ao pensarmos na educação enquanto fundamental para a construção de uma nova sociedade, é impossível descartar o ambiente escolar, mas se torna igualmente importante compreender que por ser dotada de contradições, uma educação emancipadora precisa ocorrer fora dos muros da escola. Faz parte das bases da política educacional dificultar que permeiem ideias que não corroborem com o que é posto pelo sistema vigente nas instituições educacionais, conforme alerta Almeida:

Chamamos a atenção para o fato de que a subordinação da própria educação à lógica da produção da mercadoria expressa um dos limites impostos às experiências educacionais na atualidade, uma vez que transfigura a noção da educação como direito na concepção de um serviço que pode ser comercializado ou cuja produção se submeta a critérios outros distantes da esfera de luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais. (Almeida, 2007, p. 13)

Com isso, torna-se nítido que é intrínseco à educação a perspectiva política, que no cenário atual corrobora com a hegemonia do capital. É possível, então, pensar uma educação que se contraponha a esse panorama, dotada de um teor crítico que vise a transformação social dos sujeitos.

Para pensarmos em uma educação com caráter transformador, é necessário romper com os limites das instituições escolares, para que ela não se restrinja às políticas ditadas pelo Estado. Mesmo assim, não se pode excluir de todo esses espaços, porque são grandes responsáveis pela disseminação da cultura capitalista, mantenedora desse sistema como hegemônico.

Corroborando com a perspectiva apresentada no primeiro momento desse trabalho, em suas obras, Paulo Freire (1979, p. 21) classifica a cultura como “resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações

de diálogo com outro homem”. Nesta direção, a educação, como dimensão da vida humana, se relaciona diretamente com a dinâmica da cultura, pois ela é palco de disputa da hegemonia cultural. Assim, as perspectivas educativas na atualidade em sua maioria buscam garantir que a perspectiva da cultura dominante seja a disseminada.

Nos moldes educativos atuais, geralmente a educação ocorre de forma hierarquizada, sem que os educandos possam participar e opinar nos processos educativos. Nesta direção, fortalece e propaga a concepção do senso comum, de que a cultura popular é inferior, portanto, não deve ser considerada.

Para além, a cultura e a educação na perspectiva burguesa se apoiam na mesma estratégia para afastar a classe trabalhadora do acesso à compreensão crítica da dinâmica perversa do capitalismo. Assim como para acessar cultura, como para assistir peças de teatro ou ir ao cinema, são estipulados ingressos e entradas com valores elevados, uma educação que se comprometa com a formação de intelectuais, geralmente só pode ser alcançada através de altas mensalidades.

Como adendo à discussão, é importante pontuar que, ainda que não partam de uma perspectiva crítica, as escolas particulares proporcionam uma educação que possibilita aos seus alunos mais chances de terem acesso a ensinos superiores, de modo que podem ascender socialmente e proporcionando melhores condições financeiras no futuro. Com isso, garantem que a produção da cultura mantenha-se condensada nas mãos daqueles que possuem melhores condições econômicas.

Corroborando com essa questão, Gramsci (2015b) aborda a educação pautada na estratificação das classes, moldando sua qualidade e o acesso da população em geral:

Mas, também no mundo moderno, o que significa praticamente a situação criada num Estado pelas cláusulas de uma concordata? Significa o reconhecimento público de determinados privilégios políticos para uma casta de cidadãos do próprio Estado. A forma não é mais a medieval, mas a substância é a mesma. No desenvolvimento da história moderna, aquela casta vira ser atacado e destruído um monopólio de função social que explicava e justificava sua existência, o monopólio da cultura e da educação. A concordata reconhece novamente este monopólio, ainda que atenuado e controlado, uma vez que assegura à casta posições e condições preliminares que esta, unicamente com suas forças, com a adesão intrínseca de sua concepção de mundo à realidade efetiva, não poderia obter e manter. (Gramsci, 2015b, p. 42)

No entanto, ainda que as escolas particulares possuam um comprometimento com a qualidade do ensino ofertado, sua perspectiva continua sendo a de preparar os alunos para o mundo de trabalho – com a diferença apenas em qual universo do trabalho irão se inserir, na do trabalho intelectual ou técnico. Nessa mesma perspectiva, pagar por acessar arte e cultura não

necessariamente implicará que o conteúdo consumido partirá de uma perspectiva crítica. Nessa direção, mesmo quando elitizadas, a cultura e a educação, podem, como de fato ocorre em sua maioria, propagar uma perspectiva de consonância com os interesses do capital.

Nesse mesmo contexto, Boal (2009) aborda a educação como indispensável aos sujeitos, e cooptada pela estética dominante. Para o teatrólogo, educação significa “transmissão de saber existente” (Boal, 2009, p. 245), de modo com que ela pode ser pedagógica, ou seja, buscando novos saberes, ou autoritária, como o Brasil vislumbrou com maior força no período em que esteve imerso na ditadura civil-militar.

Na mesma medida em que a educação e as políticas que as instituem no Brasil acompanharam as mudanças de produção do sistema capitalista, de maneira a corresponder a suas demandas, a cultura vivencia o mesmo fenômeno. A valorização do capital permeia a sociedade através da cultura, que alastra a perspectiva do modo de produção com jornadas de trabalho abusivas como algo natural.

Com isso, Boal (2009) traz a educação como “filha” da cultura, porque ela se adequa a cada sociedade conforme seus hábitos e costumes. Tal qual Gramsci (2016), Boal (2009) aborda que a cultura se organiza por meios educativos, através do que é ditado como normal e aceitável na sociedade.

A cultura alienante, conforme discutida no início deste trabalho, massifica “o homem”, fazendo que ele veja a perspectiva capitalista como correta, como a única possível para a sociedade, tornando-se até mesmo defensor dela. E a educação burguesa, institucionalizada pelo Estado, configura-se como um dos espaços que difundem essa perspectiva.

Paulo Freire (1979, p. 21), ainda a respeito de cultura, explicita que ela é:

[...] também aquisição sistemática da experiência humana, mas uma aquisição crítica e criadora, e não uma justaposição de informações armazenadas na inteligência ou na memória e não "incorporadas" no seu total e na vida plena do homem. Neste sentido, é lícito dizer que o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que o precederam.

O educador argumenta que os sujeitos são capazes de transformar a própria cultura, desprendendo-se da lógica alienante e superando a visão de mundo burguesa através da crítica a ela. Para isso, de acordo com Almeida (2007), essa crítica pode se fazer dentro das experiências educacionais, articulando com demais segmentos da sociedade, de modo a contrapor o que vem sendo hegemonicamente posto como correto.

Para Paulo Freire (1979), para que a educação possa dotar-se de uma perspectiva transformadora, ela precisa caminhar de acordo com a cultura da população, partindo de sua realidade. Os processos educacionais precisam ser construídos de forma coletiva, afirmando que apenas assim haverá uma construção coerente da formação crítica.

A prática educativa proposta por Freire tem o propósito de atuar enquanto potencializadora da construção e reconstrução do mundo pela população, de forma que sejam influentes sobre sua própria realidade. Para isso, o educador defende um processo de “conscientização” (Freire, 1979), como desenvolvimento da condição do ser humano, que torna os sujeitos capazes de construir perspectivas críticas sobre suas realidades. Para Freire (1979) “conscientização” é um compromisso histórico, tendo em vista que para que os indivíduos sejam capazes de transformar criticamente a sociedade, é necessário que se insiram criticamente nela.

Nesta mesma linha de raciocínio, Boal (2015), ao tratar do potencial presente no teatro e na cultura, defende uma perspectiva de emancipação semelhante à abordada por Freire (1979), frisando que para que possam transformar a realidade, os sujeitos precisam ser capazes de se compreender enquanto os protagonistas de sua própria história.

É importante pontuar que, para Boal (2009), além de pedagógico, o teatro também pode exercer uma função educativa³, trabalhando questões socioculturais que potencializam os processos de reconhecimento da população enquanto sujeitos particulares, mas também coletivos. Enquanto o teatro como prática pedagógica se resume a integrar esta arte as matérias escolares, como história e matemática (Coelho, 2014), o teatro enquanto prática educativa possibilita uma transformação social, por permitir que os sujeitos se observem em cena e em seu cotidiano, de forma a enxergar o mundo de um ângulo que geralmente é oculto. Ambas as práticas teatrais podem auxiliar o jovem a se compreender para além dos estigmas que o circundam, seja na sala de aula, compreendendo suas potencialidades nas diversas esferas do conhecimento, ou fora dela, vislumbrando diferentes realidades.

Freire (1987) também sinaliza o quanto a escola influencia na cultura popular. Na escola, os estudantes encontram um espaço onde devem seguir regras e padrões, adaptando-se

³Ainda que para a teoria crítica no geral, definir algo como “pedagógico” ou “educativo” se configure como a mesma coisa, em seu livro “Estética do Oprimido” (2009), relacionando os termos ao teatro, Boal faz uma distinção entre eles, classificando “educar” como “a transmissão de conhecimento inquestionáveis ou inquestionados” (Boal, 2009, p. 245), enquanto “pedagógico” é definido pelo teatrólogo como “busca de novos saberes” (Boal, 2009, p. 245). Nesse mesmo contexto, Coelho (2014), aponta distinções nos termos ao usá-los para se referir à prática do teatro na perspectiva educativa, definindo o “teatro pedagógico” como sua realização na sala de aula, e o “teatro educativo” como o teatro que ultrapasse os muros da escola e proponha transformações no cotidiano dos sujeitos

às normas estabelecidas daquele espaço. Ali, já aprendem como devem se portar em sociedade de acordo com sua classe, seguindo os padrões ditados como certo pela cultura alienante.

Percebemos que ele valorizava muita a questão cultural como algo significativo no processo de definição de seu nível sociocultural, e que este contribuiria muito no desenvolvimento do indivíduo dentro da sociedade. Para Paulo Freire os desenvolvimentos destes aspectos são os que vão regulando paulatinamente o poder cultural dos indivíduos (Bueno, Melo e Neto, 2008, p. 5)

Dessa forma, para que não haja uma imposição por parte do educador sobre o educando, Freire (1979) defende que é necessário compreender como os educandos pensam e agem, quais são suas concepções de mundo, para que a prática educativa ocorra de modo horizontal, em uma construção coletiva. O educando deve ter espaço para expor sua voz na sala de aula, expandindo suas relações sociais e estabelecendo um diálogo participativo. Com a sociedade pautando-se em uma perspectiva opressora, a população tem medo de se expressar, de vociferar suas ideias e pensamentos pelo risco de sofrer alguma discriminação. Por isso, a sala de aula precisa se configurar como um ambiente seguro para que rompam com esse silêncio.

Sobre a perspectiva da cultura popular como “inculta”, temática apresentada no início deste texto, fundamentada por Chauí (2009), relacionada à educação, destacamos que Freire (1987) argumenta que a elite brasileira costuma ditar que a visão de mundo “correta”, ou seja, a cultura que é considerada como “válida”, só pode vir de profissionais intelectuais que corroborem com a lógica burguesa. Por isso os moldes da educação formal no Brasil se dão de forma hierarquizada, com professores ditando o que é tido como atitudes corretas e erradas para os estudantes, para que apenas obedeçam (Freire, 1987). Para as classes dominantes, tudo o que vem do povo é considerado como “ignorante”, portanto, descartam a necessidade de ouvir e compreender a cultura popular para organizar as ações educativas.

Nesse sentido, segundo Freire, entende que para os grupos dominantes a “incultura” do povo é tal que lhes parece um absurdo falar da necessidade de respeitar a visão do mundo que ele esteja tendo, pois dado o preconceito desta elite, ela passa a entender que uma visão de mundo concreta seria possível apenas por profissionais. Deste modo, parece absurdo para a elite a afirmação de que é indispensável ouvir o povo para a organização do conteúdo programático da ação educativa. É que para esta elite “a ignorância absoluta” do povo não lhe permite outra coisa senão receber os seus ensinamentos. (Bueno, Melo, Neto, 2008, p.5)

Nesse contexto, considerando a educação como um dos principais meios pelo qual se dissemina a cultura alienante, ela se torna o principal palco para que essa hegemonia seja “quebrada”. A educação acompanha os indivíduos desde sua infância, ditando comportamentos

que corroborem para a manutenção da divisão de classes sociais em toda a sua vida. A escola controla os sujeitos antes mesmos que entrem no mundo do trabalho, já naturalizando a perspectiva do modo de produção capitalista, garantindo sua manutenção. Desta forma, a população passa a acreditar que o capitalismo é o melhor sistema societário que existe, tornando-se defensores dele, mesmo que seja construído para explorá-los de modo desenfreado, enquanto uma pequena parte da população se beneficia disso.

Ainda, corroborando com o que foi abordado no primeiro momento desse capítulo, em que Gramsci (2016) traz o ambiente escolar como disseminador da “alta cultura”, além de se construir meramente como um espaço que busca preparar o trabalhador para sua condição de operário.

[...] escolas e instituições de alta cultura são similares. (Também nesse campo a quantidade não pode ser destacada da qualidade. À mais refinada especialização técnico cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e o maior empenho no favorecimento do acesso aos graus intermediários do maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a mais ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais — ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democrática — não deixa de ter inconvenientes: cria-se assim a possibilidade de amplas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, como ocorre efetivamente em todas as sociedades modernas.) (Gramsci, 2016, p. 18)

Dessa forma, se faz necessário iniciar um trabalho que busque trazer uma perspectiva crítica para a educação escolarizada. As práticas educativas precisam valorizar os sujeitos, sem submetê-los à alienação massificante da naturalização do trabalho nos moldes capitalistas. A sociedade foi construída pelo povo e cabe a ele modificá-la. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma “tomada de consciência” da realidade, de maneira que os sujeitos se percebam como parte ativa dela, capazes de moldá-la à sua vontade.

Ancorado na abordagem de Célia Linhares, que trata a respeito do termo “instituinte” como algo “novo”, que buscaria dar rumo à cultura em uma direção diferente da atual, no que se refere ao afastamento dos sujeitos da realidade concreta, a partir de uma cultura alienante, Almeida (2007, p.13) faz o seguinte comentário:

Da mesma forma que a progressiva complexificação da vida e das formas de produção social têm levado a um incessante movimento de fragmentação do real, quer das práticas sociais e profissionais, quer dos conhecimentos que as orientam. Tomar as experiências educacionais como práticas instituintes é essencialmente reconhecer suas potencialidades de superação da lógica fragmentária hegemônica de organização dos fazeres e dos saberes.

Sendo assim, reconhecer que a educação possui um potencial de transformação da realidade, consiste em tratar o conhecimento como capaz de atuar enquanto uma forma de buscar superar a lógica vigente. Uma educação transformadora tem como propósito impulsionar esse processo de tomada de consciência da população, de modo que se vislumbrem capazes de alterar a sociedade que os explora.

No entanto, as políticas educacionais são historicamente construídas para evitar que a educação crítica permeie o ambiente escolar. Por isso, as práticas educativas transformadoras precisam ultrapassar os muros da escola. A forma como a organização pedagógica é instituída no ambiente escolar, pautando-se em uma abordagem empresarial, constrói um consenso que garante a manutenção capitalista. Dessa forma, qualquer outra prática que não corrobore com a perspectiva hegemônica é deixada de lado.

É por isso os educadores que tentam permear em suas abordagens pedagógicas a perspectiva transformadora o fazem através de estratégias que consistem em lutar pela institucionalização de práticas pedagógicas contra-hegemônicas. A luta consiste em tentar ampliar a concepção de educação para fortalecê-la como um direito humano e social.

Paulo Freire (1979, 1987, 2000) defende que para que haja uma perspectiva crítica, a educação popular e a cultura popular precisam caminhar juntas. Com as políticas educacionais tendo sido criadas por uma elite que enxerga a cultura popular como inferior, se torna um desafio para os educadores conseguirem, de fato, efetivar uma educação popular na sala de aula.

Essas são as razões que levam Gramsci (2016) a abordar a “escola unitária”, como anteriormente apresentada, como saída necessária na criação de uma nova cultura, que se organize de maneira contra-hegemonica. Para o teórico, é urgente que a escola atue enquanto um espaço que articule novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, demonstrando que todos os sujeitos são capazes de refletir criticamente sobre sua realidade enquanto intelectuais e filósofos, capazes de descobrir sozinhos verdades e formando suas próprias ideias.

Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. (Gramsci, 2016, p. 37)

Dessa forma, o princípio educativo de Gramsci (2016) não deve se esgotar na escola, necessitando ultrapassá-la para alcançar todas as formas de organização da cultura, envolvendo toda a vida social.

Tal qual Freire (1987) e Boal (2009), Gramsci (2015b) defende que é por meio da criação de uma nova organização da cultura, que se baseie através da cultura popular, que a destituição da ideologia burguesa como hegemônica se faz possível. E esse processo só será disseminado na sociedade através de uma perspectiva educativa, na utilização de instrumentos que fomentem a consciência crítica dos sujeitos. E um desses instrumentos é a arte, que, por expressar as visões de mundo daqueles que a criam (Boal, 2009), possibilita que sejam ensaiados novos modelos de sociedade.

Retomando a discussão realizada no primeiro momento desse trabalho, a “Estética” configura-se como os sentimentos processados pelos sujeitos ao entrarem em contato com algum objeto (Boal, 2009). Em uma sociedade em que a organização da cultura é manipulada e arranjada para que sempre sejam difundidos os interesses de uma determinada classe social, os sentimentos estéticos gerados pela população terminam por corroborar com a lógica burguesa. Com isso, expressões culturais, como a imprensa, impactam no mundo cultural, dão à “memória um subsídio de valor inestimável e permitem uma extensão inaudita da atividade educacional” (Gramsci, 2015b, p. 63).

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural), mas na superfície, não em profundidade. (Gramsci, 2015b, p. 64)

As expressões artísticas reduzidas às linguagens superficiais contribuem para a hegemonia capitalista, portanto, se faz urgente pensar em uma nova forma de se organizar a cultura, por meio de instrumentos contra-hegemônicos, que permitam à população vislumbrar uma nova realidade.

Sendo assim, uma nova cultura se configura como formas distintas de se pensar a sociedade, na qual a cultura popular se faça presente. E para isso, os intelectuais exercem importante papel, através de sua perspectiva educativa, fomentando um processo de tomada de consciência através da filosofia da práxis.

A filosofia da práxis é o coroamento de todo este movimento de reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre cultura popular e alta cultura. [...] é uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia. Ainda atravessa sua fase popular: suscitar um grupo de intelectuais independentes não é coisa fácil, requer um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções e novas formações muito numerosas e complexas: é a concepção de um grupo social subalterno, sem iniciativa histórica, que se amplia continuamente, mas de modo

inorgânico, e sem poder ultrapassar um certo grau qualitativo que está sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade, que, só ele, permite um certo equilíbrio orgânico no desenvolvimento do grupo intelectual. (Gramsci, 2014, p. 36)

Democratizar a cultura é urgente, tendo em vista tudo o que ela significa dentro da sociedade. E isso só é possível ao defender processos educativos emancipatórios, seja através da escola, espaço fundamental na formação dos sujeitos, ou fora dela, através das artes e de mais canais estéticos. Uma nova organização da cultura é impossível de ser pautada sem uma educação emancipadora, em que haja participação ativa da população em todos os seus processos. Sua criação precisa ser pautada na ação criativa e sensível da população, através do trabalho e reflexão coletiva, mergulhando na realidade em sua verdadeira forma.

Por fim, se torna nítido que a melhor estratégia de enfrentamento da cultura alienante vem por intermédio de uma educação crítica, libertadora, de forma que se torne possível se contrapor gradativamente aos hábitos e concepções da realidade que vislumbram um processo de naturalização das desigualdades sociais. E não podemos esperar que ocorra de modo repentino um rompimento com essa perspectiva, que entremeia as relações sociais.

Ao pautarmos um despertar da população para as perversidades presentes no sistema capitalista, se faz urgente propiciar ações educativas que possibilitam que esses processos ocorram no decorrer da historicidade de nossa sociedade. Para isso, é necessária a implementação de mecanismos que busquem apontar esses recortes excludentes nos quais nosso sistema se baseia, efetivando ações que desvelem a verdadeira face da realidade concreta.

No que concerne aos rebatimentos para o Serviço Social, pautando o seu projeto ético-político profissional hegemônico, que tem como princípio o comprometimento com a classe trabalhadora, é urgente afastar da atuação do assistente social perspectivas que se alinhem com a cultura alienante. Para assistentes sociais, é sempre uma alternativa buscar traçar estratégias que tragam para seus espaços sócio-ocupacionais uma concepção da cultura local, contribuindo para que haja a compreensão da realidade para além da visão hegemonicamente posta.

Percebemos então, que a saída se encontra na luta coletiva, envolvendo todos os segmentos da sociedade, para que possa haver essa mudança no consenso do que signifique, de fato, a educação. Ela se configura como um dos principais pilares que sustentam o sistema capitalista, disseminando a cultura alienante, e por isso precisamos urgente entremeá-la com uma perspectiva crítica. Mas para a isso, é necessário priorizar processos educativos emancipatórios, que ultrapassem os limites da escola e alcancem a população como um todo,

democratizando o conhecimento. Abordar a educação em sua perspectiva emancipadora é passo fundamental no processo de criação de uma nova cultura, ultrapassando a ideologia burguesa.

4.3. O papel dos assistentes sociais na organização da cultura através da dimensão educativa

Como exposto, os assistentes sociais atuam como mediadores entre a sociedade civil e o Estado, instituindo-se como um intelectual orgânico, dotado de potencial de influir na concepção de mundo dos sujeitos e em sua organização da cultura. Ainda, por estar constante contato com a população, a profissão possui em seu exercício profissional aspectos educativos, capazes de fortalecer processos emancipatórios, ou contribuir com a manutenção da lógica do capital.

Com isso, é intrínseco na história da profissão uma relação com a organização da cultura, que atravessa seu processo de consolidação teórica-metodológica e cotidiano de atuação pautado no atendimento das demandas da população. Como exposto anteriormente, associada à instrumentalidade do Serviço Social, há uma dimensão educativa na profissão que pode contribuir com a ideologia hegemônica, ou com os processos de contra-hegemonia que se proponham a questioná-la.

Para refletir acerca da relação existente entre a cultura e a dimensão educativa do Serviço Social, é necessário retomarmos algumas questões. A atuação de assistentes sociais sempre exerce uma função educativa e organizativa, atuando em conjunto com a classe trabalhadora, mas não necessariamente defende seus interesses. Devido a sua gênese positivista, que pauta a profissão na conciliação de classes, o exercício profissional pode se basear na ótica da manutenção do poder dominante, e visar “conformar o modo de vida da população à nova racionalização do processo de produção e do trabalho” (Jacinto, 2015, p. 21).

Dessa forma, como anteriormente analisado, a dimensão educativa não implica, indispensavelmente, em uma atuação que efetive o projeto ético-político profissional, podendo resultar em uma prática imediatista, afastada da teoria, e descolada da filosofia da práxis.

Nessa direção, as estratégias educativas desempenhadas pela categoria profissional podem se pautar tanto na defesa dos interesses da burguesia, visando a manutenção da exploração da classe trabalhadora, preconizada pelo sistema capitalista, quanto em um horizonte emancipatório, buscando a transformação social como forma de alcançar uma nova organização da cultura.

Nesse sentido, para defender os interesses da classe trabalhadora, os assistentes sociais, através da dimensão educativa, devem executar ações que objetivem a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais, o que pode ocorrer pela participação ativa na luta pelos seus interesses (Jacinto, 2015). De tal modo, a construção de possibilidades para uma nova sociabilidade deve ser dar de maneira conjunta, na interação entre assistentes sociais e público usuário, de modo que as estratégias educativas caminhem em uma perspectiva emancipadora.

Dessa forma, afirmada pelo seu projeto ético-político, o caráter educativo contido na atuação profissional

[...] concretiza-se fundamentalmente através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (Abreu e Cardoso, 2009, p. 16)

Tal qual a educação e a cultura, o Serviço Social é atravessado pelas hegemonias políticas e suas contradições, influenciando na forma como os sujeitos compreendem a sociedade. Enquanto intelectuais, responsáveis pela mediação entre Estado e sociedade civil, é parte do trabalho dos profissionais contribuir com a organização da cultura da sociedade, independentemente de seu posicionamento ideológico. A forma como esse processo vai se dar é algo que perpassa diversas questões, como o funcionamento institucional do espaço sócio-ocupacional em que esse profissional trabalha, que estabelece limites e possibilidades.

O projeto ético-político, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, é hegemônico nas bases teóricas da profissão, respaldando todas as dimensões operacionais e metodológicas de sua atuação, mas o cotidiano profissional interpõe diversos desafios para a efetivação desse projeto, com exigências institucionais que preconizam o apaziguamento de conflitos sociais e o gerenciamento da pobreza, deixando pouco espaço para que sejam efetivadas formas de se pensar em um verdadeiro alinhamento com a cultura popular.

Iamamoto (2009) aborda sobre as contradições que atravessam a atuação profissional, baseadas na necessidade de responder às expressões da questão social, uma das principais requisições da atuação cotidiana por parte das instituições governamentais. Nos princípios da seguridade social, que pautam um avanço da democracia através da participação e controle popular por meio da defesa de direitos, é passo importante compreender a primazia do Estado,

como condutor de políticas públicas e a instância fundamental para sua universalização, fomentando uma descentralização do poder, possibilitando uma politização da participação popular.

Para além, há perspectivas de condução das políticas públicas neoliberais, que se baseiam na lógica financeira, gerando as terceirizações do trabalho e instituições de terceiro setor, como exposto anteriormente, atropelando direitos sociais. Essas perspectivas se pautam na desresponsabilização do Estado, apenas regulamentando a administração pública e se mantendo na “retaguarda” no desenvolvimento econômico e social do país (Iamamoto, 2009).

Dentro desse contexto, a atuação de assistentes sociais se vê cerceada por interesses privados e pela “crescente mercadorização do atendimento às necessidades sociais” (Iamamoto, 2009, p. 24), de maneira a vislumbrar uma efetivação do projeto ético-político se torna um grande desafio. Desdobram-se, então, como importante trabalho realizado pelos profissionais os processos de elaboração, gerenciamento e monitoramento da seguridade social, junto aos conselhos de políticas, em âmbito nacionais, estaduais e municipais.

Com isso, se torna nítido o papel que o Serviço Social exerce nos espaços de disputas ideológicas, que são atravessados por perspectivas neoliberais que tentam transformar espaços de participação em meios para reiterar ideologias conservadoras.

Nessa direção,

Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob a sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. Isso representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ideológica política para assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade. (Iamamoto, 2009, p. 25)

Nesse panorama, os intelectuais exercem importante papel na construção de um pensamento coletivo na sociedade, pautando a participação popular como passo fundamental na construção de uma nova cultura. Inserir-se em espaços participativos e fomentar que sejam somados pela população, de maneira que possam coletivamente abordar as políticas sociais e seu funcionamento, é coletivizar a construção da organização da cultura.

Abreu e Cardoso (2009) abordam que tanto na esfera pública quanto privada, as demandas profissionais são refirmadas na relação de prestação de serviços e benefícios institucionais, que no âmbito de gestão de programas e projetos abrem espaço para que haja envolvimento da população na mobilização social e sua organização política.

Ainda conforme Abreu e Cardoso (2009), é importante pontuar que processos de mobilização têm como contrapartida fomentar e reforçar, por parte do Estado, responsabilização da população pela sua própria sobrevivência, motivo que leva as perspectivas neoliberais a fomentarem a criação desses espaços. Ao mesmo tempo, eles possibilitam uma democratização da vida em sociedade, viabilizando uma organização da sociedade civil dentro da esfera pública (Iamamoto, 2009).

Ao pautar uma perspectiva contra-hegemônica à lógica burguesa em sua atuação, se desenha, para assistentes sociais, a necessidade de pautar a mobilização social como alternativa ao controle exercido pelo Estado, através de sua dimensão educativa. A participação social se constitui como questão fundamental no processo de politização das relações sociais, no processo de apropriação de consciência crítica da realidade.

É necessário fomentar os trabalhos de base, por meio da organização popular, “organicamente integrados aos movimentos sociais e às instâncias de organização política dos segmentos e grupos sociais subalternos” (Iamamoto, 2009, p. 25). Por meio de seu caráter educativo, contribuir para esse processo de mobilização para que os espaços de conselhos e participação social se tornem meios de fortalecimento da cultura popular se impõe como possibilidade de efetivação do projeto profissional, que propõe uma nova configuração cultural para a sociedade.

Impulsionar o desenvolvimento de projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida da população, na busca de criar dados sobre as expressões da questão social, também é trabalho de suma importância a ser realizado dentro dos espaços sócio-ocupacionais, para que sejam traçadas estratégias contra-hegemônicas. Isso porque

O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia. (Iamamoto, 2009, p. 25)

Ainda, ao pensarmos no assistente social como um intelectual orgânico, capaz de contribuir com a formação crítica dos sujeitos, pautar formas de fomentar a produção de arte pela população, torna-se uma importante estratégia, pensando no projeto ético-político da categoria, que propõe uma sociabilidade pautada na equidade.

Como trabalhado por Boal (2009), os canais estéticos são as principais formas pelas quais as normas comportamentais reguladas pela ideologia burguesa se disseminam, naturalizando a

exploração capitalista. Desencadear ações coletivas que busquem viabilizar propostas profissionais que pautem ir além das demandas institucionais requer também pensar em estratégias no campo da comunicação social, considerando os canais da imagem, palavra e som para alcançar os sujeitos atendidos.

Abreu e Cardoso (2009, p.13) colocam ainda:

Para além desses espaços sócio-ocupacionais dos conselhos e da organização política, as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem ainda desenvolver-se no campo da comunicação social, utilizando a linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmitificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação

Dessa forma, como exposto anteriormente, pensar em uma organização da cultura que se distingue da hegemônica, é pensar em novas formas de se produzir cultura, através de suas expressões. A criação de uma nova sociabilidade atravessa questões como a forma como os sujeitos enxergam a sociedade em que vivem, questionando processos que ocorrem por meio de sua exploração.

Para que isso ocorra, é preciso que os indivíduos possam se expressar livremente, articulando, através da linguagem, pensamentos que expressem suas frustrações sobre o cotidiano, suas ideias e perspectivas, para que possam refletir criticamente sobre sua própria realidade. E a arte, como uma expressão cultural que expõe a cultura de uma determinada população, atua como um instrumento que possibilita esse processo.

Em outros casos, estes problemas são mal formulados por causa da influência de conceitos estéticos de origem crociana, em especial os que se referem ao chamado “moralismo” na arte, ao “conteúdo” exterior à arte, à afirmação de que a história da cultura não deve ser confundida com a história da arte. Não se consegue compreender concretamente que a arte é sempre ligada a uma determinada cultura ou civilização e que, lutando-se para reformar a cultura, consegue-se modificar o “conteúdo” da arte, trabalha-se para criar uma nova arte, não a partir de fora (pretendendo-se uma arte didática, de tese, moralista), mas de dentro, já que o homem inteiro é modificado na medida em que são modificados seus sentimentos, suas concepções e as relações das quais o homem é a expressão necessária. (Gramsci, 2014, p. 31)

Nesse contexto, a arte como estética se constitui como um dos canais nos quais a ideologia burguesa vem sendo disseminada. A perspectiva “moralista” da arte, como abordada por Gramsci (2014) é uma de suas faces que defende comportamentos e hábitos que corroborem com a lógica hegemônica, garantindo o pleno funcionamento da ideologia do capital.

É desta maneira que o teatro pode vir a contribuir enquanto estratégia educativa no processo de produção de estratégias contra-hegemônicas. Por possuir o potencial de expressar a cultura humana, fazendo os sujeitos compreenderem a totalidade através de uma perspectiva crítica, o teatro, assim como as artes no geral, se configura enquanto uma prática educativa que pode auxiliar no trabalho dos assistentes sociais enquanto facilitadores de transformações sociais. Ainda, ao considerar os sujeitos invisibilizados pela sociedade, o teatro pode atuar enquanto uma forma de expor o contexto de violação ao qual estão inseridos, premissa fundamental para a compreensão e o reconhecimento da população enquanto sujeito de direitos (Scherer, 2013).

Através deste panorama, pensando que a arte se configura enquanto forma dos sujeitos se expressarem, ela se institui como instrumento a ser utilizado por assistentes sociais nas intervenções realizadas, como apoio na percepção das demandas apresentadas, além de ampliar as leituras da realidade, facilitando seu enfrentamento. As artes podem ser uma estratégia de “contra hegemonia da instrumentalidade da profissão” (Narcizo, 2012), resultando em atuações que não se conformem com as fragmentações tão presentes no cotidiano profissional, de modo a auxiliar na busca pela efetivação do projeto ético-político hegemônico.

Nessa perspectiva, além de aproximar o público usuário das artes, para que possa desempenhar uma função de estratégia educativa para o Serviço Social, é importante que os profissionais assistentes sociais também se proponham a se apropriar das técnicas teatrais, assim como as artísticas no geral, tendo-as enquanto uma maneira de buscar ultrapassar o imediatismo do cotidiano. Dessa forma, conhecer como se dão as expressões artísticas, como por exemplo o “Teatro do Oprimido” (Boal, 2019) anteriormente apresentado, pode possibilitar, por meio da dimensão educativa, um exercício profissional que objetive a práxis.

Ao profissional que se dispuser a trabalhar na articulação de tal dimensão da vida humana, será necessário ter conhecimento de certas técnicas que fazem a expressão artística brotar nos indivíduos de maneira mais profunda, e isso só ocorre a partir do conhecimento das várias expressões artísticas existentes. Desta forma, pode-se estabelecer articulações entre áreas do conhecimento e “expertises”, em uma perspectiva interdisciplinar na articulação da arte com fins emancipatórios. (Scherer, 2013, p.172)

Técnicas como o teatro, que trabalham os canais estéticos em toda a sua complexidade, configuram-se enquanto forma de dar visibilidade à população marginalizada, expondo sua realidade. Boal (2019) traz que além de consumir teatro, para que ele possa de fato exercer o caráter transformador, é preciso produzi-lo. Assim, dispor de espaços onde os sujeitos possam

se tornar atores, de modo a não apenas colocar sua realidade em cena, mas também ensaiar novas possibilidades para ela, é forma efetiva de trazer à tona as violências cotidianas, possibilitando a criação de uma consciência crítica.

Contudo, tanto a dimensão educativa do Serviço Social, quanto o teatro, para que estejam aliados com os interesses da classe trabalhadora e objetivem uma emancipação social, precisam se dar enquanto uma construção coletiva, envolvendo todos os participantes. De tal forma, ao utilizar o teatro enquanto estratégia em sua atuação, é necessário que o assistente social possua a cautela de manter o sujeito como o centro da ação, sem tratá-lo com uma perspectiva de “tutela” (Scherer, 2013), possibilitando que ele exponha seu cotidiano de modo livre.

Ainda, como exposto, o cotidiano se configura como parte fundamental no trabalho de assistentes sociais, por se dar como o nível em que os sujeitos expressam sua realidade social e estabelecem suas relações interpessoais (Guerra, 2007). Para Prates (2007), as artes se constituem como importante instrumento de leitura do cotidiano para assistentes sociais, por permitirem que se aproximem das expressões de vida de seus usuários, alcançando-os de formas mais profundas.

Ancorada no conceito de Marx do método de exposição, a autora aborda que através do método, os sujeitos podem revelar suas complexidades e aproximações sensíveis da realidade, permitindo que seja mais fácil de identificar as “dores” alheias. Prates (2007) trabalha a arte como importante instrumento de desvendamento das refrações da questão social, o que, através de desenvolvimento processual e histórico, pode possibilitar planejamentos de estratégia de intervenção.

No entanto,

Do mesmo modo que no trabalho com grupos o uso da técnica não pode se sobrepor a dinâmica grupal, sob pena de que a efetividade se perca no caminho (fetiche da técnica que está na base do tecnicismo), o uso da arte, ou qualquer estratégia de exposição, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o conteúdo aprofundado e problematizado da mensagem orientada para uma finalidade, ou a exposição perde densidade e substância. (Prates, 2007, p. 11)

Dessa forma, é importante que a estratégia sobreponha a problematização do que for identificado como demandas pelos profissionais, que precisam responder a elas de forma qualificada e teoricamente fundamentada. Com isso, os profissionais usam a arte como forma de conhecer seu público usuário, utilizando de seus instrumentais para responder as exigências expostas.

Refletindo sobre esse complexo cenário, este trabalho visou propor que a arte, em suas diversas formas, pode vir a ser uma estratégia que facilita o processo de emancipação política, na busca pela construção de uma nova organização da cultura, podendo contribuir significativamente para o Serviço Social. A arte tem em si o potencial de ser um espaço em que a população possa expressar suas demandas, de modo a ensaiar novas realidades. Por isso, é urgente criar mecanismos que permitam aos sujeitos colocarem em cena suas vivências e as situações cotidianas que enfrentam.

Como aponta Boal (2019), a arte, e principalmente o teatro, apesar de suas contradições, pode ser um meio pelo qual os indivíduos dramatizam os problemas que enfrentam cotidianamente, de modo a permitir que ensaiem possibilidades de lidar com esses desafios. Por meio desses processos, podem se reconhecer como sujeitos capazes de intervir em sua própria realidade.

Assim, a arte é uma estratégia com potencial efetivo no reconhecimento da população como sujeitos de direitos e participantes ativos da sociedade, promovendo um senso de cidadania. No entanto, por si só, ela não pode resolver todos os problemas enfrentados por essa população e pelo mundo. A melhor alternativa para lidar com as expressões da questão social e com a inferiorização da cultura popular, reside em políticas públicas que realmente atendam às demandas do povo.

Da mesma forma, a arte não pode ser a única estratégia para a atuação dos assistentes sociais. Quando consideramos que o principal objetivo de uma prática profissional alinhada ao projeto ético-político da categoria é a emancipação política, a arte emerge como uma estratégia viável. No entanto, ela deve ser inserida em um contexto mais amplo, onde práticas essenciais relacionadas aos instrumentais da profissão precisam ser exercidas.

Por conseguinte, diante de tudo o que foi exposto, torna-se notável que as artes, utilizadas enquanto estratégias de atuação, abrem diversas possibilidades para os assistentes sociais. Por meio da dimensão educativa, expressões artísticas podem atuar enquanto alternativas a serem utilizadas de diversas formas pela categoria profissional, colocando em cena a realidade da classe trabalhadora. Atravessada por expressões da questão social, que as invisibilizam e marginalizam, as artes alienantes resultam em um processo que impede que os indivíduos se reconheçam enquanto sujeitos de direito, de forma a traçar o processo inverso é um poderoso instrumento na luta contra-hegemônica.

A arte articulada nos processos de trabalho nos quais assistentes sociais se inserem, dimensão poderá auxiliar no fortalecimento de processos sociais emancipatórios da

população, na educativa do trabalho do assistente social, possibilitando que o seu projeto ético-político ganhe vida em uma ordem prática, obtendo uma materialidade no campo deste profissional. (Scherer, 2013, p. 178)

Ainda, pautar uma nova organização da cultura é buscar estratégias de oposição à hegemonia burguesa em todas as suas esferas, sempre objetivando a participação popular como premissa principal. Como já abordado, enquanto intelectuais orgânicos, é papel de assistentes sociais fomentar um processo de criação de consciência crítica nos sujeitos, de maneira que façam leituras da realidade concreta, afastada da manipulação ideológica.

No entanto, considerando a perspectiva educativa pautada por Freire (1979), a educação só pode ser transformadora quando aliada à cultura dos sujeitos, ocorre através de uma construção coletiva, partindo de sua realidade, em diálogo horizontal. Nesse contexto, a linguagem se desenha para o autor como parte fundamental do processo educativo, por pautar “a concretude do comunicar” (Freire, 2000, p. 21), expondo a visão de mundo do educando. Com isso, defende a arte de constatar, como forma de denunciar a realidade, pautando que o fazer pedagógico político sempre precisa partir do diálogo com o sujeito.

Pelo contrário, feito com rigor metódico, a leitura do mundo que se funda na possibilidade que mulheres e homens ao longo da longa história criaram de entender a concretude e de comunicar o entendido se constitui como fator indiscutível aprimoramento da linguagem. A prática de constatar, de encontrar a ou as razões de ser do constatado, a prática de denunciar a realidade constatada e de anunciar a sua superação, que fazem parte do processo da leitura do mundo, dão lugar à experiência da conjectura, da suposição da opinião a que falta porém fundamento preciso. Com a metodização da curiosidade, a leitura do mundo pode ensejar a ultrapassagem da pura conjectura para projeto de mundo. A presença maior de ingenuidade que caracteriza a curiosidade no momento da conjectura vai cedendo o espaço a uma inquieta e mais segura criticidade que possibilita a superação da pura opinião no da conjectura pelo projeto de mundo. (Freire, 2000, p. 21)

Dessa forma, para que o assistente social, enquanto intelectual orgânico, exerça um trabalho que busque uma nova organização da cultura, sua atuação profissional precisa partir da cultura do público usuário, no respeito a sua realidade, e se efetive na construção coletiva do fazer profissional.

Por fim, é importante pensar no trabalho do assistente social enquanto parte integrante do movimento criador do sujeito, tal qual preconiza a categoria trabalho fundamental da perspectiva marxista e orientada através do materialismo histórico dialético, propriedade intelectual do profissional (Iamamoto, 2009). Como trabalho concreto e abstrato, ele particulariza-se nas relações sociais que estabelece, contribuindo para a produção e reprodução das relações sociais, através das quais se estrutura o sistema capitalista.

Com isso, a atuação de assistente sociais se insere nas particularidades e relações nas quais o trabalho se inscreve,

[...] reconhecendo tanto suas características enquanto trabalho concreto (e avançando na leitura das competências atribuições privativas do assistente social, tais como se forjam na atualidade), quanto sua dimensão de trabalho humano abstrato, em seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social. Isso remete ao enfrentamento dos dilemas do trabalho produtivo e/o improdutivo, cuja caracterização depende das relações estabelecidas com específicos sujeitos sociais, na órbita c das quais se realiza o trabalho do assistente social. (Iamamoto, 2009, p. 36)

Isso se faz ponto crucial para o debate dessa pesquisa, devido ao fato de que, como todo e qualquer trabalhador dentro da sociedade capitalista, o assistente social está atravessado por todos os dilemas que perpassam a classe proletária e suas lutas. Com isso, pautar a emancipação da classe trabalhadora é pautar sua própria liberdade, assim como vislumbrar uma nova organização cultural é buscar traçar uma sociedade em que seus interesses também se façam valer.

As reflexões apresentadas são chave para a compressão de que o assistente social é detentor de um papel fundamental no processo de organização da cultura. Com potencial de impactar a sociedade, seja como defensor da ideologia burguesa ou como fomentador de processos contra-hegemônicos, cabe ao profissional reconhecer seu caráter de intelectual orgânico e os impactos que sua atuação pode causar para a população. Nesse panorama, alinhar-se ao seu projeto ético-político e manter em mente seus interesses enquanto parte da classe trabalhadora, é preconizar uma nova organização da cultura, na qual direitos sociais sejam defendidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A terra, a água e o ar; a palavra, o som e a
imagem são bens da humanidade. Arte é direito e
obrigação, forma de conhecimento e gozo.
Arte é dever de cidadania!
Arma de libertação!
(Boal, 2009, p. 95)*

Ao longo dessa pesquisa, apresentamos, através de três momentos, pontos principais para o debate acerca da relação profunda que se estabelece entre a cultura e o Serviço Social brasileiro, dando foco especial ao teatro, enquanto expressão cultural emancipadora. Por meio das análises, se tornou nítido que uma das principais formas na qual essa conexão se estabelece é por meio da dimensão educativa do Serviço Social, que por ser um trabalho pautado no contato direto com a população, tem potencial de contribuir com sua visão da realidade.

Dessa forma, ancorando-nos na perspectiva Gramsciana de compreensão da cultura e sociedade, por poderem se caracterizar como intelectuais orgânicos, os assistentes sociais possuem em sua atuação potencial de influenciar na organização da cultura, capazes de impactar na manutenção de nosso sistema. Exercendo um trabalho de mediador entre a sociedade civil e o Estado, os profissionais fazem parte da complexa trama que sustenta o capitalismo em sua hegemonia, vivendo em constante contradição devido à sociedade repartida em classes.

Nesse mesmo cenário, a cultura também é palco de antagonismos políticos, repartida entre a cultura hegemônica e a cultura popular, sendo a primeira tratada como os hábitos “cultos” e tidos como os mais corretos pelo senso comum. Nesse cenário, as expressões culturais da classe trabalhadora, que demonstram a forma como veem o mundo e se organizam dentro dele são popularmente apresentadas como inferiores, de modo que a população se vê constantemente tentando se adequar aos padrões culturais hegemônicos.

Como forma de garantir esse processo, os canais estéticos, palavra, imagem e som, se configuram como os campos culturais nos quais a ideologia burguesa se dissemina, naturalizando-se como correta dentro da sociedade. Com isso, tudo o que a população consome é esteticamente cooptado para que contribua para a garantia da hegemonia do sistema capitalista na sociedade.

Nesse contexto, a arte se destaca como instrumento capaz de romper o processo de alienação dos canais estéticos, por se tratar de uma dimensão da vida humana. Constituindo-se

como um campo em que os sujeitos podem se expressar livremente sobre as questões de seu cotidiano, expondo suas visões de mundo, produzir arte pode gerar ações de contra-hegemonia, contribuindo com a consciência crítica da população.

Dessa forma, é importante destacar o teatro como expressão artística com potencial de gerar movimentos contra-hegemônicos, pois sua execução atravessa todos os canais estéticos. Boal (2009) argumenta que, tanto a palavra, a imagem e o som são utilizados no desenvolvimento teatral, por isto se destaca como expressão cultural com potencial crítico, capaz de contribuir com a quebra da alienação que perpassa a cultura.

No decorrer desse trabalho, buscamos pensar nas contradições políticas que perpassam nossa sociedade, e os rebatimentos que representam para os campos específicos analisados: A cultura, o Serviço Social e sua dimensão educativa. Como resultado, foi possível refletir sobre o impacto profundo que acarretam para todos os campos da vida social, perpassando as relações dos sujeitos em todas as suas esferas.

Seja como absorvem o mundo que os circunda, os pensamentos que organizam em relação a ele, como os exprimem, alcançando até mesmo como os sujeitos se relacionam uns com os outros, e seu trabalho, os antagonismos de classes inerentes ao sistema capitalista atravessam todo e qualquer comportamento dos seres humanos e sua vida em sociedade. Não por acidente, tendo em vista que é parte desse sistema recorrer a mecanismos que garantam sua hegemonia, independentemente dos movimentos da sociedade, que, em constante mudança, se refaz a todo momento.

Isso porque um modelo de organização societária que se estrutura em uma exploração massiva de uma parte da população sobre a outra, poderia muito facilmente gerar revoltas, que terminariam por destitui-lo. Como forma de garantir que isso não aconteça, a naturalização desse sistema é muito bem arquitetada, sutilmente se disseminando para a população em todos os campos da vida cotidiana, até que se torne tão banal, que os sujeitos passam a defender esse sistema, mesmo que participem dele na condição de explorados. Não apenas defendem, como também enfrentam dificuldades em vislumbrar qualquer outra sociedade que não se estruture do mesmo modo, acreditando que uma outra forma de vida é impossível.

Paulo Freire (2000), em suas cartas pedagógicas que expunham sua indignação, fala sobre o quão importante é reconhecer o papel que ocupamos na sociedade. Quando nos propormos a sermos educadores, é parte fundamental de nossa função fomentar uma nova sociabilidade, onde não haja opressões.

[...] é desafiar-nos, pais e mães, professoras e professores, operários, estudantes, a refletir sobre o papel que temos e a responsabilidade de assumi-lo bem, na construção e no aperfeiçoamento da democracia entre nós. Não de uma democracia que aprofunda as desigualdades, puramente convencional, que fortifica o poder dos poderosos, que assiste de braços cruzados à aviltção e ao destrato dos humildes e que acalenta a impunidade. Não de uma democracia cujo sonho de Estado, dito liberal, é o Estado que maximiza a liberdade dos fortes para acumular capital em face da pobreza e às vezes da miséria das maiorias, mas de uma democracia de que o Estado, recusando posições licenciosas ou autoritárias e respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdica de seu papel regulador das relações sociais. Intervém, portanto, democraticamente, enquanto responsável pelo desenvolvimento da solidariedade social. (Freire, 2000, p. 24-25)

Usando sua reflexão, acreditamos que entender o papel que nós, pesquisadores, assumimos como intelectuais orgânicos é reconhecer que temos um dever para com a sociedade, fomentando conhecimento que vise refletir sobre novas sociabilidades. Um sistema que se organiza de modo que uma parcela tão pequena da população viva em condições econômicas exacerbadas, dotando de 1% da riqueza produzida no mundo, enquanto o resto de nós se digladia por migalhas, precisa ser colocada em xeque para que possamos elaborar novas formas de vivermos em coletivo. Questões como burnout, ansiedade e depressão se fazem comuns entre a classe trabalhadora, porque nossas vidas se resumem a trabalhar incansavelmente, para que possamos sobreviver.

Nesse contexto, soa natural lutarmos pelo básico, e exigir uma sociedade em que as opressões não sejam tão intensas, tendo o “progresso” como a melhor coisa que possamos receber, de forma que a vida dos sujeitos, mesmo que ainda constantemente explorados, seja minimamente suportável dentro desse sistema. No atual cenário, onde o conservadorismo avança a passos largos no âmbito da sociedade civil e se fortalece no congresso brasileiro, e em que nos vemos cada vez mais tendo que defender o óbvio, o básico soa como muito. Mas, tal qual diz Boal (2009), precisamos alcançar a raiz dos problemas para que possamos nos revoltar contra eles, propondo mudanças profundas.

Ao analisarmos a sociedade em seu cerne, torna-se nítido que as opressões são inerentes ao sistema capitalista e, dentro dele, jamais deixaram de existir. As contradições são necessárias, porque mantém o sistema funcionando e definir minorias como mão de obra barata torna-se fundamental para a obtenção de lucro. Revoltar-se e transformar esse sentimento em ações configuram-se como única resposta possível para esse cenário, como alternativa para que sejam propostas mudanças que atinjam a raiz do problema.

Como preconiza Gramsci (2015a), deixemos o conformismo de lado, para que possamos olhar para a realidade em sua concretude, e entender que estamos longe de alterações que façam

com que esses cenários deixem de existir. Mas que, se nos contentarmos com esse pouco, ele é tudo o que sempre teremos.

Aconselhando-nos a abandonar a inocência, como já foi apresentado no decorrer desse trabalho, Boal (2009) nos convida a refletir sobre a sociedade em seus conflitos, que sempre existiram e fazem parte dessa complexa trama. De modo que, se sonhamos em mudá-la de alguma forma, precisamos compreender que essas dissonâncias são necessárias. Em uma sociedade que se sustenta através de conflitos, eles se tornam passo fundamental no processo de superá-la.

Nesse cenário, Boal (2009) trata a arte como uma arma, que por tempo demais vem sendo utilizada pela burguesia contra nós. Essa constatação pode se refletir nos demais pontos analisados no decorrer dessa pesquisa, como o próprio Serviço Social – uma profissão fundada para garantir a ordem da sociedade, por meio do apaziguamento de qualquer possível revolta que a insatisfação da classe trabalhadora pudesse gerar. Através da administração da pobreza, na busca por identificar os “mais miseráveis dentre os miseráveis”, a profissão tem em seu cerne o objetivo de contribuir com o processo de garantia de que a população se contente com o mínimo.

Dessa forma, compreender essas questões como arma é dar a elas a seriedade que merecem. São armas, porque podem ferir. Não sozinhas, mas através da forma como são manejadas, se usadas em favor de uma ideologia, e qual sua pretensão. Tal qual os canais estéticos, nossa profissão e o conhecimento em geral vem sendo utilizados contra a população, de modo que, por tempo demais, essas armas operam para garantir a soberania da ordem burguesa, ferindo a classe trabalhadora ao cerceá-la completamente.

Por essas razões, tal qual Boal (2009), é necessário que passemos a compreender a severidade desse processo, para que possamos criar nós mesmos o nosso arsenal. Que nos armemos de conhecimento, e, em nossas condições de intelectuais orgânicos, nos envolvamos ativamente com os demais setores da sociedade, contribuindo através da perspectiva educativa para a construção de uma consciência distinta da posta pelo senso comum. Que através dos processos educativos, conheçamos a cultura do próximo, aprendendo também com ele, para que possamos organizar juntos uma nova cultura, em que a equidade seja a chave.

Quando essas relações de opressão se tornam nítidas, mudá-las requer abraçar a nossa função social para além da que nos é exigida pelo sistema capitalista, enquanto educadores capazes de contribuir com uma nova sociedade, tal qual preconiza Freire (2000). Enquanto pesquisadores, assistentes sociais e membros da classe trabalhadora, construir uma nova

sociedade para todos é reconhecer nossa consciência enquanto coletiva e individual. E através desse processo, contribuir cada vez mais para a formação de novos intelectuais, que passarão o legado do conhecimento para frente, entendendo que essa luta é coletiva, e seus resultados só serão alcançados se pautados na construção conjunta.

Dessa forma, o propósito desse trabalho foi contribuir para esse processo, buscando refletir sobre novas estratégias para avançar no sinuoso caminho que nos separa de uma sociedade melhor. Tal qual a arte, conhecimento é arma, e cada pesquisa que se proponha a repensar os moldes nos quais se organiza nossa cultura é um instrumento a mais que temos na luta contra as opressões. Uma nova sociedade é possível. Que juntos, possamos construí-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 593-608.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A política de educação no estado do Rio de Janeiro e o trabalho de assistentes sociais. In: **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Org: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Salvador: EDUFBA, 2020.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: **SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 3., 2007. Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte: CRESS, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. **Análise Social**, Lisboa, p. 513-532, 8 nov. 2023.

BATISTONI, Maria Rosângela; SILVA, José Fernando Siqueira da. Renovação Crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos. In. **Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais: diálogos com o Serviço Social**. Org. Cláudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

BENJAMIN, Walter, A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica, in LIMA, Luiz Costa (org). **Teoria da Cultura de Massa**, 4ªed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 207-240.

BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2009.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 7 ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

BUENO, Giuliana.; MELO, Patrícia Siqueira; NETO, Luiz Bezerra. Ensaio sobre a relação entre cultura popular e educação popular no olhar de Paulo Freire. In: **IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire**. 2008. São Paulo.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. Reflexões sobre o sujeito coletivo em Antonio Gramsci. In: NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena. In: **Gramsci em Perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017. Cap. 5. p. 103-122.

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira: 1964 - 1994 - do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura Fundação Pedro Camon, 2009.

CODO, Wanderley. **O que é a alienação?**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COELHO, Márcia Azevedo. Teatro na Escola: Uma possibilidade de educação efetiva. **POLÊMICA**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 1208-1224, maio 2014.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Trabalho, práxis e Serviço Social. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 101-110, jun. 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 118, p. 265-293, jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes. 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a. v. 1

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 2

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b. v. 4

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015c. v. 5

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Literatura, folclore, gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 6

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**: módulo 4. Brasília: CEAD, 2007.

HORKHEIMER, Marx; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception [A indústria da Cultura: O Iluminismo como Mistificação das Massas], In **Routledge eBooks**. 2017. p. 405–424.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: Trajetórias e Desafios. In. **XVIII Seminário Latino-Americano de Escuela de Trabajo Social**. 2004. Córdoba.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 341-376.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio-histórico atual. In. Jacinto, Adriana Giaqueto, (Org.). **A dimensão educativa no Trabalho Social: exercícios e reflexão**. Jundiaí. 1 ed. Paco Editorial. p. 16-37. 2015

JACINTO, Adriana Giaqueto. **Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n.1, p. 77-85, Jan/Abr. 2017

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2011, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia.; MORAES, Josiane. A Importância da Categoria Mediação para o Serviço Social. In. **XX Seminário Latino-Americano de Escuela de Trabajo Social**. 2012. Córdoba.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MUSSI, Daniela Xavier Haj. Antonio Gramsci: cultura, política e classes subalternas. In: NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena. **Gramsci em Perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017. Cap. 3. p. 47-70.

NARCIZO, Elaine Cristina. Serviço Social, Movimentos Sociais e Arte: uma proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão. Franca, **Seminário da Saúde do Trabalhador de Franca**, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho de. Conceito de hegemonia em Gramsci. **Revista Org & Demo**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 159-174, 19 fev. 2021. Faculdade de Filosofia e Ciências.

OLIVEIRA, Julliane Trindade; ROCHA, Miliane Pinheiro; WELLEN, Henrique. Sob o casaco de Marx? A categoria da alienação no Serviço Social. **Revista Katálysis: Conflitos Sociais, Ideologia, Cultura e Serviço Social**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 320-329, maio 2019. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO).

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Ana Elisabete Mota. Maria Inês Souza Bravo. Roberta Uchoa. Vera Nogueira. Regina Marsiglia.

Luciano Gomes. Marlene Teixeira (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 4. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez Editora, 2018.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. In. **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**. 2015. Londrina.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 6, n. 2, p. 221-232, 18 dez. 2007.

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma da democracia em Marx. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 55-67, fev. 2007. FapUNIFESP (SciELO)

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 117-142.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25 – 65

SANCTUM, Flavio. **Estética do Oprimido de Augusto Boal** – Uma Odisséia pelos Sentidos. 2011. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciência da Arte – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof^ª. Dra. Martha D’Angelo. 129p.)

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, Belo Horizonte, n. 3, ano 2, 2. sem. 2013.

SILVA, Emanuely Leticia das Mercês. O DESENVOLVIMENTO DA ESTÉTICA NA HISTÓRIA HUMANA. **Educação e Formação em Meio A Questões Pedagógicas Estéticas, Éticas e Curriculares**, [S.L.], p. 88-107, 28 mar. 2023.

SCHERER, Giovane Antônio. **Serviço Social e Arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia em Revista**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 541-561, 11 ago. 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SOUZA, Rosivaldo dos Santos. **Ideologia hegemônica e contra hegemonia Gramsciana: uma perspectiva filosófica**. **Cadernos Cajuína**, Petrolina - PE, v. 3, n. 2, p. 66-78, out. 2017

TEIXEIRA, Tânia Márcia Baraúna. **Dimensões Sócio Educativas do Teatro do Oprimido; Paulo Freire e Augusto Boal**. Tese de Doutorado em Educação e Sociedade da Universidade Autônoma de Barcelona. Espanha, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antônio Gramsci. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, Jan/Jun 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, UnB, p. 143-164.